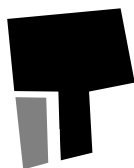


O Jornalista Republicano

Alves Correia

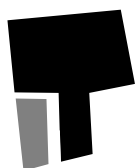
Ernesto Rodrigues

Colecção *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real



Título: *O Jornalista Republicano Alves Correia. Antologia*
Autor: Ernesto Rodrigues
Coleção *Tellus*, n.º 25
Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real
Vila Real, Setembro de 2012
Tiragem: 300 exemplares
Depósito Legal: 347304/12
ISBN: 978-972-9462-96-2
Composto e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real

O Jornalista Republicano
Alves Correia
Ernesto Rodrigues



Alves Correia, o «mais intemerato jornalista republicano»

Alves Correia, de seu nome completo António Narciso Rebelo Alves Correia, nasceu em Vila Real, em 25 de Maio de 1861, falecendo, tuberculoso e pobre, em Lisboa, a 5 de Janeiro de 1900. Erradamente, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* dá 1860 e 1906, e que morreu no Algarve. Não: passou por Albufeira – que deu o seu nome a rua –, em busca de saúde, mal deixou *O Paiz*, mas regressou.

Filho do multifacetado António Narciso Alves Correia (Gestaçô, Baião, 3-VII-1810 / Vila Real, 21-VIII-1898), com o qual é, por vezes, confundido, e de Ana Guilhermina de Moura Rebelo (Vale da Presa, São Cristóvão de Parada de Cunhos, Vila Real, 1830), teve em Lisboa uma singular carreira de quase vinte anos de jornalista intrépido e azougado, com não raros duelos e cicatrizes no corpo, na defesa da causa republicana. É o grande jornalista republicano de finais do século XIX, só equiparável, num devocionário pessoal, ao amigo João Chagas e, com *A Lucta* (1906), a Brito Camacho.

Praticante de farmácia (segundo aquela enciclopédia, farmacêutico) ainda em Vila Real e, depois, em Lisboa, virou-se decididamente para o jornalismo, ao entrar na *Folha do Povo*, seguindo-se a redacção d'*O Século*, a fundação d'*Os Debates* e da empresa que lançaria *A Vanguarda*. Abandonada esta, em Setembro de 1895, fundou *O País*, em 1 de Novembro.

É isto o que se sabe; mas é pouco. Tentemos repassar menos de 39 anos de vida, onde sobressai meia vida de jornalista notável.

A primeira dúvida, já levantada por Elísio Amaral Neves no texto da exposição sobre o pai organizada pelo Museu de Vila Real em 1999, é se a série de artigos intitulada “Os Aerostatos (Sua historia e descrição)”, n'*A Voz Escolar* (Vila Real, 8-III / 20-VI-1878), de que era redactor um dos dois irmãos mais velhos, também republicano, seriam do pai ou do filho, inclinando-se para aquele, por razão de idade, mas também de interesses peculiares. Ora, sendo enviados de Lisboa, a dúvida persiste: já aí vivia o jovem António Narciso, como vem assinado? Iniciou-se «em diversos jornais» de Vila Real, «de que se destaca *A Voz Escolar*», como Elísio Amaral Neves reconsidera em *O 5 de Outubro em Vila Real. Antologia* (2.^a ed., 2010, p. 7)?

Telegrama de António Policarpo da Silva Lisboa (1851-?) expedido para Vila Real em 24-VIII-1881 diz: «Venha para Lisboa imediatamente tem bom emprego». Ora, como encontramos Alves Correia, em 12-IV-1880, secretário da mesa do Centro Republicano Federal de Lisboa (a cujo presidente endereça carta de 8-II-1881), centro que António Policarpo animava com Manuel de Arriaga, concluímos que subiu a Vila Real por uns tempos, antes do regresso definitivo à capital. Que «bom emprego» seria esse?

E porque largara, antes, o Tejo?

Nesse tempo, acaso estreando-se na Imprensa a sério, Alves Correia escreve n'*O Trinta* (5-I-1879/9-VIII-1881, n.º 37), de Cecílio de Sousa (1840-1897), que, em 22-VI-1881, lhe comunica ir ser querelado por um artigo aí inserto. Pode a fuga ser uma explicação para os dois meses em Vila Real, no Verão de 1881?

Àquele sucede a *Folha do Povo* (11-VIII-1881/24-V-1898) – e respectivo *Almanach* anual –, do mesmo Cecílio de Sousa, mas as relações não melhoraram. Em carta violenta, de 25-I-1883, diz o já muito considerado director republicano: «Sr. Corrêa / Na redacção da *Folha do Povo* estão invertidos os papeis. O senhor manda, dispõe, insulta, injuria, e pouco falta para também bater.» Alves Correia recusa 1\$300 réis por cada número e o director põe termo à colaboração. Catorze anos depois, mágoas esquecidas, este fará o seu elogio necrológico n' *O Paiz* de 4-III-1897.

Já, entretanto, reaparece n' *A Era Nova* (1-XI-1882/13-XII-1885, n.º 553), dirigida por Silva Lisboa, em Janeiro de 1883, polemizando com a *Folha do Povo*; e numa inesperada «Revista de Instrucção Primaria», subtítulo de *Fræbel* (Lisboa, 21-IV-1882/Maio de 1885, s. 2, n.º 7), tirando o nome do pedagogo alemão (1782-1852) que, em 1837, fundou o primeiro jardim de infância.

Projecto de Feio Terenas (1850-1920), um dos criadores do Partido Republicano e, desde 1881, no Centro Federal de Lisboa, que veremos na varanda da Câmara Municipal de Lisboa em 5 de Outubro de 1910, Terenas é o primeiro bibliotecário da Câmara Municipal de Lisboa e acolhe «N. Alves Correia» no seu jornal. A maioria dos sete artigos de 1883 e 1884 debruça-se sobre instrução pública e primária no estrangeiro, particularmente em França e na Bélgica, mas, num propósito de sociologia da leitura, relevemos a série sobre “Bibliothecas populares municipaes de Lisboa”, que nos levará a concluir ter sido a ligação profissional alternativa, e mais segura, de quem, por comunicação de 21-VI-1884, é nomeado conservador da 3.ª biblioteca. Em 30 de Novembro de 1895, Alves Corrêa (como se escrevia) pede a exoneração «do logar de conservador das bibliothecas municipaes de Lisboa» (*O Paiz*, 1-XII-1895). Com efeito, desde 1-XI-1895, ele era o director político d' *O Paiz*, e não ficava bem, aos seus olhos ou alheios, aquecer um lugar público entre ferozes ataques à Monarquia. Mas haveria outras razões, na ressaca da expulsão d' *A Vanguarda*: talvez incompatibilidades pessoais; talvez vontade de uma liberdade individual que não o coarctasse nas críticas sempre engatilhadas, inclusive a republicanos; talvez ausências forçadas, quando posto a ferros; talvez problemas de saúde, que o debilitam. Se não entrou antes nas bibliotecas, como sugere telegrama de Silva Lisboa, certo é que, durante mais de onze anos, teve aí o seu principal ganha-pão.

Nas páginas d' *O Século* (4-I-1881), contacta novos mentores republicanos. O sintetizador do positivismo comtiano Francisco José Teixeira Bastos (1857-1902) é um deles, que lhe envia um cartão particular e 12 cartas, entre 1880 e 1895, guardados no espólio N58, da Biblioteca Nacional de Portugal, em que nos vimos apoiando. Convida Alves Correia, logo em 12-II-1881, a escrever para o diário de Sebastião de Magalhães Lima. Com vinte anos incompletos, é uma honra: seria bastante a presença n' *O Trinta*? Efeito, por um lado, da filosofia positiva, e, por outro, de um novo jornalismo diário, cada vez menos faccioso ou partidário, a clareza de linguagem e das teses políticas secundadas pela crueza dos números – particularmente, nos gastos da Casa Real e públicos – torna-se a mais temível arma do jornalista.

Mas, de sua principal responsabilidade, e com intervenção decisiva que o transformam num dos nossos maiores fundibulários, o «mais intemerato jornalista

republicano», segundo cartão de boas-festas de Sousa Brandão (31-XII-1896), são os três títulos seguintes: *Os Debates* (1-VIII-1888/31-I-1891, n.º 894), do então deputado Consiglieri Pedroso; *A Vanguarda* (9-III-1891/31-VII-1929, 3.ª série, n.º 3754) e *O Paiz* (1-XI-1895/19-VII-1898, n.º 982).

O primeiro visa servir os interesses do Partido Republicano e declara logo seu colaborador outro transmuntano, também ilustre jornalista: Alves da Veiga; em troca, Alves Correia enviará cartas políticas para *A Discussão / Diário Democrático da Manhã* (Porto, 1-XII-1883/19-II-1887, n.º 975), que Veiga redige. Em 8-VIII-1888, Magalhães Lima aceita que Alves Correia vá para *Os Debates* – entra como redactor principal a 22-VIII, segundo contrato escriturado por Consiglieri Pedroso –, mas, se quer ser redactor efectivo d’*O Século*, tem de comparecer todos os dias e todas as noites na Rua Formosa (hoje, Rua do Século).

Compromete-se com ambos. Não só: é o principal articulista de *Propaganda Democratica / Publicação quinzenal para o povo* (1886-1888, n.º 46), que Consiglieri Pedroso igualmente dirige. Mais: é correspondente d’*A Folha Nova* (Porto, 1881-1888) e d’*A República Portuguesa* (Porto, 1-IX-1890/31-I-1891, n.º 148), esta de João Chagas, que, não raro, lhe pede dinheiro emprestado e, na correspondência sucinta, cita amigos comuns: Basílio Teles, Sampaio Bruno, Júlio de Matos, Raul Brandão... Por escritura pública de 11-IV-1890, Correia e outros 18 accionistas adquirem *Os Debates*. Vai mostrar-se um acerado e acertado novo David contra Golias corrupto e secular.

O pós-Ultimatum agudiza a relação da Imprensa com a Monarquia. A edição de 12 de Janeiro titula: “INFAMES”. O editorial intitula-se “Uma covardia”:

Fomos os primeiros a prever os acontecimentos. Nós dissemos: – o governo cederá. E o governo cedeu, **esse governo de bandalhos, esse governo de pulhas, esse governo de ladrões**, que, depois de ter chafurdado a dignidade nacional nas lamas do Tejo, depois de ter **mettido as mãos nos cofres públicos** para sustentar os vícios crapulosos dos seus representantes mais dilectos e mais característicos, acaba de abater a bandeira nacional perante os bêbedos de Londres e de arremessar a honra do paiz aos pés de John Bull.

Marcando a violência nas palavras em negrito, conclui: «**Portugueses! / Abaixo a monarchia! / Abaixo os quadrilheiros! / Abaixo a infamia!**» A 13, interjeições encerram editorial: «**Guerra aos negreiros de Londres! / Fora os traidores! / Viva Serpa Pinto! / Abaixo os Braganças! / Viva a Republica!**» “Traição”, “A Grande Infamia”, “Humilhação”, etc., dominam os sentimentos e o discurso; na edição de 14-I, abre-se subscrição nacional para oferecer uma espada a Serpa Pinto, «que um governo de Portugal offendeu cobardemente no seu brio», ao enviá-lo de Moçambique para Luanda, não fosse estragar os planos de submissão à pérfida Albion... Voltaremos a Serpa Pinto.

Título de 16 de Abril, “O empréstimo de 9:000 contos / Um desastre”, que o Estado contrai em Paris, leva o Tribunal da Boa Hora a demandar o editor, para se saber quem redigiu artigo. Já Mariano Pina, de Paris, pede, em 3-V, o número incriminado, para se referir ao assunto n’*O Espectro / Pamphleto Hebdomadario*, que

sai no mesmo dia. Um coro de críticas da Imprensa republicana abate-se sobre D. Carlos. Tarde perceberemos, contudo, que outros lhe serão assacados, num ruidoso julgamento: artigos de 7-IV («Conspiremos, pois, a favor da pátria e da liberdade!»), 29-X, 4-XI. Colegas de banca acompanharão esse juízo na Boa Hora de redactor que ainda noticia “O movimento revolucionario no Porto” (31-I-1891) e promete editar-se no dia seguinte, o que já não acontece. Vejamos, por escrito, retrato físico e moral do nosso homem.

No relato d’*A Noite* (20-II-1890), Alves Correia apresentou-se no julgamento deste dia «como sempre, prazenteiro e alegre. Correcto na sua sobrecasaca preta. Um lindo *plastron* e bengala de pau santo com castão de prata. Muito *florsinha*, o Sr. Alves Correia!»

Ao delegado do procurador régio, Trindade Coelho, cumpria acusá-lo por abuso de liberdade de Imprensa. Confirma ser autor dos artigos incriminados: «Sim. Não ataquei ninguém, a não ser as instituições, com o fim de ver proclamada a republica, para salvação da honra e dignidade nacional.»

O advogado de defesa, Manuel de Arriaga – Correia sentira-se ofendido por Arriaga em sessão de 12-X-1887 no Club Henriques Nogueira, mas a pendência ficara em águas de bacalhau, por este ter reconhecido que não houvera intenção de ofender –, chama a depor o escritor Silva Pinto, que abona o carácter moral do arguido, como se vê por continuar pobre, e atribui os artigos incriminados, que não leu, a algum arrebatamento.

Acusado de «injúria grave e directa á pessoa do rei», sai condenado, com o editor d’*Os Debates*, «na pena de 6 mezes de prizão correcçional e em 500 mil réis de multa e nos sellos e custas dos autos», além da confirmada suspensão do jornal. Feito apelo, ficam em liberdade provisória.

No mês seguinte, já Alves Correia dirige *A Vanguarda*.

...Mas não lhe serão perdoados seis meses de Limoeiro, a começar em 8-XI-1891.

“O nosso ideal”, com que abre *A Vanguarda* (9-III-1891), radiografa a «immoralidade da administração portugueza», a dependência financeira do país em vias de contrair um novo empréstimo de 45 mil contos (o défice de 1890 atingira «a verba fabulosa de 15 mil contos», 13-III), a deterioração do tecido social: embora ao lado do republicanismo, propõe-se equidistante da louvável divergência de opiniões no seio democrático.

Uma das primeiras curiosidades é oferecer as nobres colunas da esquerda a colaboradores com futuro risonho: assim a enigmático Emílio, em 12-III, que poucos saberão tratar-se de Brito Camacho; Jacinto Nunes é colega de redacção. Com picos de virulência antimonárquica, e, depois, fel salpicando também republicanos, já não estamos longe da violenta campanha de 1907 contra João Franco e do pós-Regicídio.

O empréstimo e os conselhos de guerra no Porto, na sequência do 31 de Janeiro, dominam as titulações. Mas, a par da informação diária e do inevitável folhetim, a mais útil campanha contra a família reinante inicia-se em 8-VII, com “O que D. Carlos tem custado” à nação, como príncipe e rei. Seguem-se D. Luís, D. Maria II, o «sereníssimo» D. Afonso e D. Augusto. A partir de 14-VII, “O preço da monarchia”,

desde D. Maria Ana, irmã de D. Luís e tia de D. Carlos, até ao príncipe D. Manuel, alarga a lista das despesas de cada Bragança e as incisivas considerações. Bastava ter investido as somas inúteis gastas com a Casa Real no interior da África, ou na instrução pública, para nos colocarmos ao lado das nações mais cultas, «em vez de ser das mais atrasadas da Europa», com três milhões de analfabetos em população de quatro milhões e meio.

Após 21 artigos *ad hominem*, a 2.^a parte da série, entre 1-VIII e 27-V-1892, junta outros 55 para as despesas pessoais e de Estado desde 1834-1835. A 3.^a parte, com 28 artigos (24-III/21-V-1895), intitula-se “O preço da monarchia constitucional / 1834 a 1895”, perfazendo, em quadriénio de uma rara atenção jornalística ao que mais nos dói, um total de 104 balanços fundamentais para o estudo das finanças públicas e palacianas durante 61 anos. O quadro, demolidor, entra pelos olhos, com os números da despesa a negro e comentários secos. A informação provém do próprio Tesouro. E, além das dotações destinadas a cada infante, príncipe, rei, tanto nos surpreende um dote de casamento como os gastos de enxoval ou jóias. Não assinados, ainda se podia levantar a dúvida de autoria, se o mesmo Alves Correia os não recortasse, meticulosamente, e dispusesse no espólio, para memória futura.

Não cabe aqui aprofundar as tricas com os accionistas d’A *Vanguarda* – eram 21 em 31-XII-1894, alguns vindos d’Os *Debates*, cujas acções haviam desvalorizado muito –, os quais, em reunião, irregularmente convocada, de 18-IX-1895, substituem Alves Correia por Faustino da Fonseca. Aquele ainda traz o nome na edição de 19. Na de 20, comunica-se “Ao Publico” a substituição: o ex-gerente e director é acusado de deslealdade, ambição, «egoísmo desmedido e um authocracismo reprehensível». Na sua «irritabilidade de character», dera mostras «da mais negra ingratidão», pelo que 25 sócios (um votou contra) não poderiam continuar a sofrê-lo. Passara o tempo em que o administrador Eduardo José Gaspar – deixa a gerência em 14-V-1893, após demissão do quadro tipográfico – convidava para um brinde na Redacção, quando Alves Correia regressava de prisão no Limoeiro. Nessa época, também as vendas não eram famosas, face aos inúmeros encargos de papel, composição, impressão, distribuidores, tipógrafos, criados, selos, selos de anúncios, petróleo, renda, ordenados e outras despesas miúdas: vendia pouco mais de 700 exemplares de uma tiragem de 3 150, e ainda trocavam 383. Cartas de solidariedade nada adiantam, pois, decidida embora no Tribunal do Comércio de Lisboa a reintegração, Alves Correia prefere nova aventura.

Esta guerrilha entre republicanos desaguou no pedido de exoneração, em 31-XI-1895, do lugar de conservador das bibliotecas municipais de Lisboa. Foi menos o lançamento d’O *Paiz*, no dia 1, que algum mal-estar crescente, ou problemas de saúde – crescendo, quem sabe, a viuvez, confirmada em 3-XI-1893, e morada na Travessa do Noronha, 36-2.^o, data em que é fundada a Empresa Editora do jornal A *Vanguarda*.

Agora, a campanha desta contra o antigo fundador não se cala; mas, aí, Alves Correia já responde n’O *Paiz*, secundado por abaixo-assinados solidários, mesmo impressos, de outros republicanos. Assim dois importantes órgãos contra a Monarquia limpavam regularmente armas entre eles. Epistolariamente, sucedem

apoios. Um deles, de Eduardo Abreu, membro da Comissão Executiva de 11 de Janeiro de 1890, diz-lhe que não foi abandonado pelo Partido Republicano Português, mas só por alguma Imprensa, «meia dúzia de jornalistas-comerciantes [...], que contigo não podem hontrear» (21-X-1895). Um herói do 31 de Janeiro, Manuel Maria Coelho, desterrado em Benguela, anima-o: «Mas não posso calar a minha admiração pela sua energia, pela sua coragem, reveladas tão claramente em um paiz em que a covardia está sendo a primeira das virtudes!» (2-I-1896)

Fica por estudar o prejuízo desta guerra no destino da República.

Fora Alves Correia convidado para correspondente d'O *Paiz* do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, em 17-VII-1894, e talvez este título lhe inspirasse aventura pensada desde 7 de Outubro de 1895.

O ainda regenerador e «dictador» João Franco impõe deputados por Vila Real, um dos quais, Carneiro de Moura, faz as delícias do Solar das Barrigas, vulgo, parlamento, e do articulista; D. Carlos viaja pela Europa, e a sua ida a Londres, cinco anos depois do mal digerido Ultimatum, exaspera os republicanos.

O n.º 2 d'O *Paiz* regista ilustres colaboradores: Teófilo Braga, José Jacinto Nunes, Duarte Leite, António José de Almeida, João de Meneses, Fialho de Almeida, Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro, antes de Mayer Garção, Brito Camacho, Azedo Gneco e outros, sendo de estranhar, no n.º 3, artigo, em pré-publicação, do Visconde de Ouguela.

Na prática, alguns desses acompanhavam, já, «N. Alves Correia» na *Galeria Republicana* (1882 / Outubro de 1883, n.º 44), dirigida por Magalhães Lima. Eis os primeiros colaboradores: Augusto Rocha, Alexandre da Conceição, Anselmo Xavier, António Furtado, Costa Goodolphim, Gomes Leal, G. Benevides, José J. Nunes, N. Alves Correia, Teixeira Bastos, Trigueiros de Martel, Teófilo Braga, Silva Graça, Silva Lisboa, Xavier de Paiva. Dá-se, porém, que o seu nome já não consta do n.º 3 – e é muito para duvidar que dois artigos assinados A. C. sejam do nosso jornalista...

O *Paiz* tem direcção política de Alves Corrêa até 12 de Janeiro de 1898 – pouco mais de dois anos e dois meses –, sucedendo-lhe, até 19 de Julho de 1898, n.º 982, João Chagas. Na relação com os operários, inclui-o José Tengarrinha entre os títulos republicanos que àqueles manifestam «uma reservada simpatia», sem deixar de ser, no final do século, «o diário mais querido dos trabalhadores» (*História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª ed., 1989, p. 244).

Entre várias frentes de ataque, está o ajuste de contas com *A Vanguarda*. Na edição de 9-XII-1895, responde a um ataque da véspera contra quem surpreendeu o Partido Republicano:

Serviram de instrumento n'esse torpe cilada alguns refinadíssimos tratantes, que o director d'esta folha admittiu na empreza da *Vanguarda* por não conhecer os intuitos gananciosos e perversos de taes indivíduos, que têm alma de contrabandistas e garras de agiotas insaciáveis e desprezíveis.

Trata-se de «bandidos monarchicos», aos quais Alves Correia profetiza

(demasiado cedo) enterro, enquanto ele concita «o ódio do paço, o desespero do governo e a cholera da alta judiaria da finança». Na antevéspera, pedira a demissão de membro da comissão de propaganda do Partido Republicano, para que fora eleito em congresso, de modo a responder livremente, sem peias ou prejuízo partidário, a tal campanha. Percebemos, entretanto, que as letras descontadas com que sobrevive a nova empresa são sobre um banco do capitalista Bensaúde, diariamente atacado no meio da primeira página, enquanto cúmplice na tramóia dos fósforos – «É inútil repetirmos que o paiz está positivamente a saque.» (11-XII-1895) –, como já, em 1886, n' *O Século*, atacara os Burnay, a quem continua a arrendar espaços...

Atento ao “Movimento republicano” disperso pela geografia nacional, cumpre realçar, logo a 9-XI-1895, breve local dedicada a “Augusto Cesar”:

Os nossos correlegionarios de Villa Real vão prestar uma justa e calorosa homenagem á memoria de um dos primeiros e mais convictos soldados do partido republicano: Augusto Cesar.

O próximo numero do *Povo do Norte* será consagrado á memoria do sympathico e inolvidável director do *Transmontano*, um dos primeiros jornaes que em Portugal appareceu defendendo o credo republicano.

Sobre a sepultura do nosso mallogrado correlegionário vae ser também collocada uma lapide, mandada fazer pella comissão municipal republicana de Villa Real. [...]

Na constância da crítica ao governo, um dos alvos imediatos, até à demissão, é o ministro da Marinha, Ferreira de Almeida. Outro, recorrente, é «A indecente farçada» (18-XI) eleitoral para deputados.

Na madrugada de 5-VI-1896, a policia cerca a «casa da machina» do jornal, num «procedimento inqualificável dos srs. Hintze Ribeiro e juiz Veiga»; este não dá justificações, mas crê o redactor vingar-se, assim, dos ataques à ineficiência judicativa e policial, quando o crime grassa em Lisboa. Não só: a edição do dia sai, atrasada, com supressão da coluna “Lições da Historia”, na qual, a pretexto de factos e figuras nacionais, se inocula veneno contra os Braganças. Será uma das secções mais constantes e corrosivas. Na véspera, a vida e morte de Gomes Freire de Andrade era razão para atacar a dominação estrangeira caucionada pela dinastia. Ou seja, a traça inglesa. Ora, na antevéspera, à meia-noite, o juiz Veiga chamara Alves Correia ao Governo Civil, proibindo-lhe referências à esquadra inglesa no Tejo e ao Ultimatum, para não indispor a Grã-Bretanha...

A perseguição vira censura prévia, a 8. Manchetes sucessivas, em caixa alta, atacam a medida, enquanto outra Imprensa é suprimida. Na edição de 13-VI, a primeira coluna, de Jacinto Nunes, só comporta o início e fim de artigo, e, sobre o branco, na vertical, de baixo para cima, a legenda: SUPPRIMIDO EM CONFORMIDADE COM AS ORDENS DA CORREGEDORIA. Mas a secção “Lições da Historia” há-de regressar, na sua maneira folhetinesca de criar picos de emoção e continuados, relevando as colunas dedicadas a título insinuante, à atenção de quem mais pode reverter uma situação, seja, o exército. A série sobre “A revolução de 1820 – A nação salva pelo exército” é um apelo aos coetâneos.

Entretanto, chovem solidariedades; aqui e ali, os costumados pedidos de inserção e, mesmo, curiosos oferecimentos. Assim, reputado autor de *Rosa do Adro* desde 1871, Manuel Maria Rodrigues admira em carta (11-XI-1896) o desafrentamento do colega e propõe-se colaborar, do Porto, sob pseudónimo...

Avisado pela medicina em Novembro de 1897, Alves Correia retira-se das lides «em virtude do estado precário da sua saúde» (13-I-1898, data em que o director já é João Chagas). Em carta de 12, saída a 14, dirigida aos amigos e correligionários, alegra-se por terem vingado títulos que lançou ou de que foi redactor, e confirma «padecimentos, que imprudentemente esqueci», em vida «sempre cheia de amarguras». Anima-se com o vaticínio optimista dos médicos e, enquanto promete regresso na defesa da causa republicana, agradece aos que com ele colaboraram, ou incentivaram: José Jacinto Nunes, José Caldas, Brito Camacho, João de Meneses, José Benevides, Joaquim Madureira, Horácio Ferrari, Manuel de Arriaga, Guerra Junqueiro, Basílio Teles, Duarte Leite, Azevedo e Silva, Leão de Oliveira, e, sobretudo, António França Borges, que o vinha substituindo na direcção, e com ele já trabalhara n' *A Vanguarda*. É uma família política e jornalística, entre os quais há nomes fortes, e alguns dos seus melhores interlocutores. Olhando ao espólio, acrescentaríamos Gomes Leal, Latino Coelho, Teófilo Braga, Magalhães Lima, Heliodoro Salgado, Moniz Barreto, Bernardino Machado, Teixeira de Queiroz, Mariano Pina, Guiomar Torresão, Mariano de Carvalho, Marcelino Mesquita, Tomás Cabreira, etc.

As perseguições a *O Paiz* desembocam em suspensão pelo tribunal, lançando Chagas *A Lanterna* (24-VII-1898/28-II-1899), continuado por *A Pátria* (1-III-1899/4-IX-1900), de José Benevides, e esta pel' *O Mundo* de França Borges, em 16 de Setembro. É uma extraordinária linhagem.

A relação com os comprovincianos é geralmente saudável: releva Guerra Junqueiro (veja-se o destaque dado, em 1-VII-1897, a discurso de comício), que, aliás, lhe envia oito cartas desde 1882, uma delas longa e significativa, sem data, por quanto diz da evolução íntima do poeta; corresponde-se com Luciano Cordeiro, Emídio Garcia, Teixeira de Sousa; recebe cinco missivas de Manuel Maria Coelho; é acusado na Justiça, mas também confidencialmente avisado, por Trindade Coelho, «Teu do c. [coração]». As sete cartas deste, entre 1892 e 1898, não foram registadas por Hírdino Fernandes na luxuosa *Correspondência. 1873-1908* editada em 2008. Mas contrapõe regularmente às correspondências de José Maria de Alpoim n' *O Primeiro de Janeiro*, com o qual terá um duelo à pistola (6-VIII-1896), e será reiterado padrinho de adversários de Correia.

A dezena de pendências e duelos só nos anos 90 merecia capítulo à parte. Nem são muitos, dada a violência das relações por interposta Imprensa. Se se sente ofendido, raramente querela: fê-lo, em 19-XII-1895, com Gaspar Queiroz Ribeiro, que o acusava (suplemento ao n.º 296 d' *A Provincia*) de ser «um individuo baixamente cotado na opinião publica», «canalha», «calumniador emporcalhado». Mas, em princípio, é desafiado. Mal acabava de receber duas feridas profundas no braço espadeirado por Jacinto Cândido (11-V-1892), quando se atira a Serpa Pinto, aquele herói para o qual abrija, inclusive, subscrição para oferecimento de espada, n' *Os Debates*. O caso conta-se depressa.

Em 19-X-1892, *A Vanguarda* titula: “O patriotismo do Sr. Serpa Pinto”. Notícia:

O Sr. Serpa Pinto, candidato monarchico por Lisboa, obteve a concessão do exclusivo da pesca das pérolas em Bazaruto. Pois este patriota, este africanista avariado, a primeira coisa que fez ao apanhar essa concessão foi tratar de a vender a estrangeiros.

É bom que os eleitores se não esqueçam d’esta proeza do Sr. Serpa Pinto.

Enquanto os padrinhos do ofendido se movem, este, n’*A Tarde* (21-X), de Urbano de Castro, acusa Alves Correia de «vil caluniador [...] a quem não escarrei na cara, para não sujar os meus escarros em tal porcaria». *A Vanguarda* de 22-X volta à carga contra “Um candidato desprezível”, «africanista desacreditado e crapuloso». Escolhido o florete, Alves Correia é ferido no ventre.

Nos dois últimos anos de vida, explorou uma quinta, previsivelmente contígua à casa da Buraca.

Em 5-I-1900, *A Pátria* – onde ainda assinou artigos com a inicial C., para lá de um n’*O Gabinete dos Reporteres* (Fevereiro de 1894/Novembro de 1899, n.º 106), do amigo Eduardo Fernandes – noticia gravíssimo estado de saúde, às 3 horas da manhã. “Morte de Alves Corrêa” faz manchete na edição de 6, que narra os derradeiros instantes: «- Tudo prompto! Tudo acabou!», são as últimas palavras que lhe ouviu França Borges. Ao centro, o seu mais recente retrato, de Novembro ou Dezembro de 1898. A Associação dos Jornalistas, de que fora sócio fundador, o Directório do Partido Republicano, clubes republicanos, vários jornais e outras instituições choram-no, celebrando o jornalista, o republicano, o homem. O falecimento é participado pela mãe Ana Guilhermina Rebello Alves Corrêa – única herdeira, que dele receberá 574\$500 réis – e pelos irmãos Eduardo Alves Corrêa e João Alves Corrêa.

Em enterro civil para o cemitério do Alto de São João, a 6, sábado, o caixão é colocado no jazigo de Inácio de Magalhães Basto, o único que votara contra a sua saída d’*A Vanguarda*. “O funeral de Alves Corrêa” ocupa toda a primeira página de 7. Entre centenas de acompanhantes, impressiona a lista de personalidades e o teor dos discursos. Em 8, *A Pátria* abriu subscrição para um mausoléu dedicado à sua memória. O necrológio repete-se. Também com fotografia, destaquemos *Brasil-Portugal / Revista Quinzenal Illustrada*, n.º 24, 16-I-1900, p. 5.

No século XX, álbuns e almanaques republicanos celebram-nos. Assim, o *Almanak d’O Mundo* (para 1908, [1907], p. 186) traz fotografia e esta síntese: «Alves Corrêa conquistou, na imprensa republicana portugueza, um lugar que não foi excedido, nem sequer igualado. Ninguém combateu mais certa vez nem mais firmemente a monarchia que esse estranho batalhador que pela energia moral era Hercules e que fisicamente era um doente.»

Começámos por citar cinco jornais consabidamente colaborados ou dirigidos por Alves Correia, descontando *A Voz Escolar*. Demos, afinal, uma lista de 17 títulos, onde, à dificuldade de inúmeros não assinados, deparamos com milhares de edições diárias. É possível, todavia, para lá dos recortes do espólio, organizar sólida amostra de jornalista combativo como poucos e de um intrépido republicanismo.

Nota

Esta introdução foi lida, em 3 de Junho de 2011 – no sesquicentenário do nascimento de Narciso Alves Correia –, no Grémio Literário Vila-Realense, a convite de Elísio Amaral Neves. Propôs este, depois, uma antologia do grande jornalista republicano, ainda mal conhecido, cuja actualidade é indesmentível.

Foi nossa preocupação, de entrada, vê-lo face aos poderosos – políticos, jornalistas, banqueiros, ingleses – que, nos últimos vinte anos, em redor de D. Carlos e de D. Amélia, levaram ao fim da Monarquia: Mariano de Carvalho, Pinheiro Chagas, Barros Gomes, José Luciano de Castro, Emídio Navarro, Barjona de Freitas, João Crisóstomo, João Franco, Dias Ferreira, Hintze Ribeiro, juiz Veiga, Burnay e a *burnaysia* financeira, Lord Salisbury, enquanto modelo de um John Bull impondo *Ultimatum*. Perpassam, antes de 1883 (a antologia vai até 1898), os setembristas de Passos Manuel contra o círculo da rainha D. Maria II, bem como Rodrigo da Fonseca Magalhães e o pai da nova geração de coveiros da Pátria, o regenerador Fontes Pereira de Melo. Explicitamente, citam-se os dois outros partidos do triângulo parlamentar: Progressista e Republicano.

Entre milhares de páginas, seleccionámos 34 artigos de quatro fontes, hoje, digitalizadas na Biblioteca Nacional: *Fræbel* (2), *Os Debates* (18), *A Vanguarda* (3), *O País* (11). Com excepção dos dois primeiros, são todos de primeira página. Assim facilitada a consulta dos originais, decidimos actualizar a grafia (salvo na nossa introdução), alvo de correcções mínimas, no tocante a gralhas. Nessa empresa, colaboraram jovens estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a quem cumpre agradecer: Ana Margarida Côrte-Real Ramalho Rolim, André Filipe Alves de Menezes, Diogo Miguel Correia Moura, Elisabete Sofia Gaspar Ferreira Santos Simões, Liliana Rita de Amorim Romão Teles, Mariana Isabel Oliveira Pires.

Antologia

A instrução primária em Paris

Desde 1871 que a instrução primária tem merecido uma atenção desvelada por parte do conselho municipal de Paris. Até àquele período, em que a França sofria horrorosamente as consequências do desastre de Sedan, bem pouco se pensava na educação do povo. Gastava-se muito mais dinheiro com a repressão inútil do crime do que com a adopção dos meios indispensáveis para o evitar. Gastavam-se somas enormes com a polícia, e todavia Paris não tinha as escolas necessárias para educar os seus filhos.

O mesmo facto, que se dava naquela grande e heróica cidade, dava-se também em toda a França e esta foi a causa com certeza mais poderosa dos grandes males que a flagelaram.

Mas depois da queda do império, em 1871, quando ainda vertiam sangue as feridas feitas pela Alemanha no país da Revolução, em 1871, o primeiro cuidado de todos os homens públicos foi derramarem por toda a França uma instrução francamente democrática e isenta de preconceitos, para assim reabilitarem aos olhos do mundo o povo francês.

Compreenderam que a base de toda a liberdade é a escola e que também só por meio da escola se podem radicar no espírito público os grandes princípios, dos quais depende o bem-estar e a felicidade dos povos. Reconheceram que o meio mais útil e levantado de que podiam lançar mão para inutilizarem os esforços dos inimigos das novas instituições políticas em vigor estava em ilustrarem o povo, para assim lhe darem a plena compreensão dos seus deveres cívicos e dos seus direitos.

A esta revolução operada no espírito dos homens que se encontraram à frente dos negócios públicos em França se deve em grande parte o desenvolvimento que a instrução pública, e especialmente a instrução primária, tem tido naquele país.

A cidade de Paris tem sido a primeira a dar o exemplo e é para provarmos esta asserção com dados positivos e irrefutáveis que, em seguida, publicamos um breve extracto do relatório apresentado ao conselho municipal parisiense por M. Depasse, na ocasião em que era discutido o orçamento da instrução municipal.

Infelizmente, não podemos agora analisar com largueza esse documento que sobremaneira honra a cidade de Paris. Todavia, chamamos a atenção dos leitores para as considerações feitas por M. Depasse acerca da exiguidade das verbas destinadas à manutenção das escolas primárias e ao desenvolvimento geral das instituições escolares. Hoje, essas verbas atingem a cifra de 23.237.462 francos, que corresponde em dinheiro português a mais de três mil e cem contos, quando, em 1871, Paris gastava apenas pouco mais de sete milhões de francos. Por estes algarismos, ou melhor, pelo mapa das despesas feitas pelo conselho municipal de Paris, que por ser altamente interessante vem publicado em seguida aos excertos tirados do relatório de M. Depasse, podem os leitores ver quanto ali se tem trabalhado em benefício da instrução popular. Prouvera que entre nós este importantíssimo ramo de administração pública se houvesse desenvolvido do mesmo modo. Se tal acontecesse, talvez não houvesse tanta miséria e lamentos, tanto crime a punir.

Paris tem uma população fixa de 1.643.917 indivíduos, e despende por ano com

a instrução primária 3.182.743\$160 réis.

O município de Lisboa tem uma população de 225.000 habitantes e gasta também por ano com a educação do povo 100.000\$000 réis. Feito o devido rateio, chega-se a um resultado tristíssimo para nós. Paris despende com a educação popular mais de 1\$900 réis por indivíduo. Lisboa gasta apenas 444 réis com o ensino dos seus municípios.

A eloquência destes algarismos dispensa todo e qualquer comentário. O primeiro município da França gasta com a instrução primária quase cinco vezes mais do que o primeiro município de Portugal.

Este facto é altamente significativo. É necessário e indispensável que uma tão grande diferença deixe de subsistir. É absolutamente preciso que os orçamentos da instrução municipal se alarguem, para que seja satisfeita uma das mais urgentes necessidades públicas.

Melhor do que nós o podíamos fazer, Mr. Depasse mostra com verdadeiro rigor quanto há a esperar da restrição de diversas despesas quase inúteis, se não de todo inúteis, em benefício do orçamento da instrução; e, por isso, pomos ponto às nossas observações para darmos lugar à daquele dedicado apóstolo da instrução popular.

Frœbel, n.º 15, 1883, p. 117-118

Bibliotecas populares municipais de Lisboa

IV

Nos precedentes artigos subordinados ao mesmo título, que serve de epígrafe a este, ficou compendiada toda a legislação nacional relativa ao assunto. Hoje, que uma pena menos elegante e correcta é por um acto de mera deferência pessoal compelida a continuar nas colunas do *Frœbel* o trabalho encetado pelo redactor desta revista, o sr. Feio Terenas, começaremos por alargar algumas das considerações já feitas acerca do estabelecimento de bibliotecas populares, e sucessivamente nos referiremos à organização e movimento das bibliotecas municipais de Lisboa.

Era por meio da força que se faziam as antigas conquistas da liberdade. A plebe oprimida reagia por meio das armas contra o poder dos opressores e ou era esmagada, ou vencia e libertava-se. Felizmente, vão hoje longe esses funestos tempos de barbárie medieval. Estamos em um século de paz e concórdia, apesar de ainda por vezes brilharem no horizonte sinistros clarões ameaçadores de guerra. Presentemente, é por meio da escola e do livro de ciência que se avança no caminho do progresso, sem que se repitam as comoções violentas que noutros tempos agitaram todo o mundo.

No meio da luta apaixonada e até por vezes irascível em que hoje se debatem os princípios mais contraditórios, há um pensamento comum que domina o espírito de todos os vultos proeminentes, qualquer que seja o campo, em que militam. Todos reconhecem a urgente necessidade de se espalhar pelas massas populares a instrução que lhes falta para poderem conscienciosamente usar das suas amplas prerrogativas. Todos pagamos pelo desenvolvimento da escola, que justamente é reputada o liminar do majestoso templo da ciência, e também quase todos reconhecem que não basta

desenvolver-se a instrução primária para se ter atingido o *desideratum* comum.

Não queremos com isto dizer que não seja uma obra meritória o iniciamento da instrução popular nas escolas. *De per si só*, julgamo-la, porém, insuficiente. É necessário e indispensável que na adolescência se continuem a ministrar aos alunos saídos das escolas os conhecimentos de que carecem, para, com o concurso da sua inteligência, fazerem prosperar o seu país; e este fim só pode conseguir-se facilitando-se ao público a leitura de bons expositores, onde os estudiosos possam avaliar a alta importância dos imensos tesouros de ciência, e orientar o seu espírito.

É trabalho quase inútil insistir em comprovar a utilidade e os grandes benefícios que para um país atrasado como o nosso devem resultar da divulgação das noções científicas indispensáveis para que a indústria, a agricultura e o comércio se desenvolvam, noções que entre nós nem os industriais, nem os agricultores, nem os comerciantes possuem. E é inútil sobretudo advogar a necessidade do estabelecimento de bibliotecas populares – único meio de se fazer essa propaganda científica – nesta revista que com especialidade se dirige ao espírito culto daqueles que, com uma nítida compreensão dos seus deveres cívicos, trabalham activamente para o desenvolvimento da instrução pública, convencidos de que só podem florescer, prosperar e engrandecer-se os países onde mais ampla for a instrução popular dos seus habitantes.

Sabe hoje todo o mundo que a Alemanha, a Inglaterra e a França não devem principalmente o seu incontestável predomínio à grande extensão do seu território. Grande é a Rússia e, todavia, é, tomado na generalidade, um país atrasadíssimo e dos que menos produzem – quase um colosso de ignorância. Pelo contrário, bem pequena é a Suíça e, todavia, apesar de ocupar apenas 41.000 quilómetros quadrados de território, é uma nacionalidade das mais adiantadas e florescentes. Naquelas montanhas vive alegre um povo laborioso e feliz que, seguindo passo a passo as novas conquistas da civilização, tem vencido prodigiosamente as dificuldades materiais que a natureza tão largamente lhe prodigalizou. E ninguém ignora que, se a Suíça é hoje a muitos títulos como acatado modelo, deve essa glória ao desenvolvimento que naquele país tem tido a instrução pública.

O mesmo pode dizer-se da Inglaterra, da Alemanha e da França, países estes onde a indústria, o comércio e as artes progridem com uma rapidez quase vertiginosa. Se estas grandes potências da Europa não tivessem concentrado toda a sua atenção na escola primária, se não libertassem dos antigos processos a primeira educação, aperfeiçoando-a e completando-a; se não houvessem reformado o ensino secundário, e se não facilitassem ao público os meios de ele se instruir, fundando bibliotecas, subsidiando corporações científicas e a publicação de obras de todos os ramos de ciência, pode desafogadamente dizer-se que não atingiriam a preponderância industrial que exercem de um modo incontestável. A sua situação geográfica e a grandeza da sua extensão territorial assegurar-lhe-iam, é certo, bastante influência política; mas aqueles países não poderiam gozar dos benefícios e riqueza que a indústria, a agricultura, o comércio e as artes lhes facultam hoje, devido ao seu aperfeiçoamento constante.

Semelhantes resultados não se colheriam tão completamente se os governos

limitassem a sua acção só a fomentar o desenvolvimento da instrução primária; se não auxiliassem a iniciativa particular ao que diz respeito à instrução popular e se não completassem o ensino das escolas por meio das bibliotecas públicas. E a razão é óbvia: assim como era erro pensar-se, como antigamente se pensava, que na escola primária se devia ensinar apenas a ler e escrever, assim também é erro julgar-se que a instrução adquirida nessas escolas é *de per si* bastante para preparar as crianças para a vida na sociedade. Não podendo, como a maior parte delas não pode, ao menos cursar os institutos secundários, é indispensável que por outro modo lhes sejam proporcionados na adolescência os conhecimentos de que carecem. E como no período que vamos atravessando não é possível senão aos privilegiados da fortuna acompanharem o movimento científico, compete aos governos, municípios, às paróquias e associações particulares concorrerem para que a instrução geral se melhore, facultando a leitura dos livros que a algibeira particular não pode geralmente adquirir para uso privado.

Esta necessidade é de primeira ordem. As bibliotecas populares são o complemento indispensável das escolas e com elas se devem desenvolver simultaneamente, do mesmo modo que o ensino profissional, o ensino secundário, especial e superior, para que o maior número possível de aptidões seja aproveitado. Sem elas perder-se-ão fatalmente muitas inteligências, que, por não poderem receber nos bancos dos liceus e academias uma completa orientação científica, se estiolam e definham inteiramente à mercê do vício.

A moderna pedagogia reconheceu esta verdade: as nações mais adiantadas no caminho da civilização adoptaram-na, e nem mesmo as menos cultas a enjeitaram. Por toda a parte se proclama a conveniência destes estabelecimentos, mesmo quando aqueles que desconhecem o seu altíssimo valor opõem à sua realização dificuldades económicas. É que, como disse um ilustre estadista francês, se há alguma coisa em que se possa ser pródigo, é no custeio da instrução pública, a despesa mais produtiva que a qualquer estado, município, paróquia ou associação é lícito fazer.

Fraebel, n.º 18, 1884, p. 142-143

A “partida” de terça-feira

Este é o nome próprio da violência e ao mesmo tempo da inabilidade cometida pelo governo antes de ontem. E dizemos que, ao mesmo tempo, este acto participa de violência e de inabilidade, porque, com efeito, tem de ambas elas o carácter.

A violência consiste em a maioria ter imposto por uma *trica*, menos própria do decoro parlamentar, o silêncio, por uma semana, ao deputado da opposição que devia responder ao sr. Mariano de Carvalho.

A inabilidade está em que o governo, em vez de conseguir uma vitória, foi de encontro a mais um xeque nesta tristíssima questão dos 406 contos em que a sua própria dignidade está em litígio.

Com a *partida* da falta de número só conseguirá dar ao discurso do sr. Pinheiro Chagas, na próxima terça-feira, um relevo e uma importância que em outras condições

ele decerto não teria. Para que serviu, então, este acto, se nem ao menos reverte a favor dos que o praticaram? Serve para demonstrar, com mais um argumento, ao país o que é esta farsa do regime parlamentar monárquico, tal como entre nós funciona.

Não se esqueçam de incluir, como apêndice ao discurso do sr. Mariano de Carvalho, que vai ter uma tiragem de dois milhões, mais esta proeza.

As *Novidades* de ontem parecem querer censurar os dois deputados republicanos por não estarem também presentes no começo da sessão.

Em primeiro lugar, dir-lhe-emos que os dois deputados a que se refere, não se achando no segredo da *partida* que se preparava, chegaram exactamente no momento em que a falta de número acabava de ser oficialmente declarada. Mas o que tem realmente graça é esta censura aparecer nas *Novidades*, e nós vamos dizer-lhe porquê.

Todos se lembram que, durante a última gerência regeneradora, um dos processos parlamentares mais usualmente empregados pelos progressistas para embaraçar na câmara a marcha do governo era sair a oposição, em massa, para os corredores, ficando apenas na sala um vigia de sentinela, a fim de que, não podendo abrir-se a sessão por falta de número, recaísse a responsabilidade deste facto sobre a maioria, e portanto sobre o governo.

E os próprios magnatas progressistas, que podemos apontar, se quiserem, pelos seus nomes, e alguns dos quais se sentam actualmente nas cadeiras ministeriais, não faziam mistério deste seu procedimento. Achavam-no, pelo contrário, de todo o ponto correcto, porque, diziam eles, é às maiorias a quem compete governar; as minorias só servem para fiscalizar os actos do governo, não tendo, por isso, que ser contadas para fazer número.

Aqui está a jurisprudência que eles então tinham.

Digam-nos agora as *Novidades* quem são os tartufos!

Mas, voltando de novo à *partida*, a quem aproveita ela? Aos mesmos a quem aproveitou o discurso do sr. Mariano de Carvalho, isto é, a nós, que combatemos persistentemente as instituições actuais como deprimentes das nossas liberdades e dos nossos brios.

Esta gente, com efeito, está trabalhando, tanto como nós, para adiantar a causa republicana em Portugal.

Lembra-nos, neste momento, uma das mais geniais páginas de Bordalo Pinheiro, n' *O António Maria*, em que se desenhavam os ministros de então, cinzelando desveladamente a estátua da República, que estava encimada com o seguinte dístico:

– *Os que lhe completam a cabeça.*

Parece que a cabeça, então, não ficou de todo esculpida, visto que estes, agora, é que lhe estão a dar o último remate.

Melhores artistas para colaborarem no advento da República não os conhecemos, com efeito! Chegam a ser beneméritos do nosso partido. Pena é que os processos de que usam custem tanto dinheiro e tantas vergonhas ao país.

Se não fosse isso, estávamos, vai-não-vai, a chamar-lhes correligionários.

Se não, digam-nos as pessoas imparciais, o que fica para os republicanos denunciarem à nação depois da célebre campanha levantada pelos jornais

progressistas contra o rei, em 1879, e, agora, depois do discurso que vai correr em dois milhões de exemplares por esse país fora, recontando, de aldeia em aldeia e de casal em casal, como se dão as luvas às companhias poderosas, como se adiantam os vencimentos das letras da dívida flutuante, como se compram obrigações a 83, que no mesmo dia a alguns felizes se venderam a 78, como se sonegam à discussão parlamentar e ao conhecimento do público pagamentos tão importantes como o de 406 contos, e como, finalmente...se *arranja* uma falta de número providencial para que algumas destas tramóias não sejam discutidas pelos oradores da oposição?

Se, com esta propaganda, a nossa causa não se adianta mais do que com os nossos próprios esforços, é porque o país está decididamente enfeudado a essa albarda, que ainda não há muito os corifeus progressistas levantavam como um símbolo da nossa servidão política perante o senhorio destes reinos.

E aqui está porque, em vez de nós estarmos agoniados com a *partida* de antes de ontem, como erradamente o asseveram as *Novidades*, pelo contrário, nos sentimos cheios de júbilo, e, além de tudo, mais divertidíssimos, pelo que acaba de acontecer.

Afundem, senhores, afundem mais *isto*, se é possível, que quanto mais baixo estiver mais perto nos acharemos do desenlace de toda esta triste comédia.

Já vêem, portanto, as *Novidades* que seríamos ingratos com o governo se não lhe agradecêssemos reconhecidos o modo como ele se prestou a fazer o nosso jogo.

Coitados!

A quem Deus quer perder tira primeiro o juízo...

Os Debates, n.º 219, 18 de Abril de 1889

O parlamento e o país

Reabre hoje a câmara dos deputados.

Não lamentamos este facto, porque o nosso desejo seria que o parlamento estivesse sempre aberto, para que a oposição pudesse com os seus ataques evitar os quotidianos abusos dos governos. Uma coisa, porém, nos sobressalta – é que o gabinete continue com os seus atentados a zombar das Cortes, sem que estas se desafrontem condignamente dos atentados do gabinete contra as suas imunidades, atribuições e garantias, e contra os interesses públicos, que todos os poderes constituídos têm o dever de respeitar.

Será preciso que o país se levante na praça pública para que, num solene esforço de protesto, expluda num extraordinário prurido de audácia e expulse violentamente do poder os actuais ministros?

Assim o cremos, na verdade.

Este governo precisa e deve ser derrubado, porque a opinião o condena; porque ninguém de bom juízo e provada sinceridade pode deixar de o condenar.

Afirma-se que não cairá na câmara, porque nenhum governo cai no parlamento. É claro que não negamos a exactidão do facto em que esta versão se funda. Ninguém contesta, ninguém com boa e sincera justiça pode contestar que a força dos governos provém do rei, e que, a favor ou contra a opinião, esses governos se mantêm conforme

ao rei apraz e segundo o valor dos favores que ao paço os ministros prestam durante a sua gerência.

Mas se, em opposição a todos os bons princípios parlamentares, o palácio de S. Bento está sendo entre nós teatro de uma revoltante comédia, urge que a opinião se insurja contra o que ali se passa e contra o que se dá nas secretarias de Estado, e proteste pela nulidade e ilegalidade de tanto abuso e de tanto atentado.

Não caem nas câmaras os governos – por mais desastrosa que seja a sua situação ante as Cortes –, porque maiorias ignaras e facciosas os amparam contra todas as indicações da opinião.

Mas poderá o país tolerar por mais tempo este espectáculo de baixo-império com que a Monarquia o tem adormecido e entorpecido?

Não pode ser.

A imoralidade tem atingido os mais revoltantes requintes de escândalo. O abuso já não é abuso: é indignidade; e tão retumbante é ela que a todos os momentos vêm à supuração da já endurecida crosta política do nosso país verdadeira pústulas que infectam a atmosfera e envenenam com monstruosas suspeições mesmo a vida dos partidos e dos indivíduos que contra esta desmoralização protestam com a mais provada e sentida energia.

É, pois, necessário que contra esta corrupção se levante uma enérgica corrente de protesto, a fim de que os ataques da opposição parlamentar sejam com veemência secundados por calorosas manifestações do espírito público.

Em vão procuram as folhas ministeriais desacreditar os comícios populares.

Num país em que o sistema parlamentar é uma fraude, o regime dos comícios é e deve ser um poderoso correctivo para os defeitos do exercício de instituições que noutros países são a base de uma administração honesta, digna e séria.

Não pode haver, nestas condições, sistema constitucional, sem que o povo reunido em grandes assembleias corrija os vícios do regime que tem por base a subserviência das maiorias absurdas e ultra-facciosas.

Anunciam-se para hoje acontecimentos parlamentares que, segundo uns, devem ferir o governo, e que, segundo outros, devem consolidar o reinado nefasto desta situação abominável e monstruosa.

Seja, porém, como for, o que é indispensável é que a opinião pública se imponha ao parlamento pela força das suas justas reclamações, pela energia com que as sustentar na tribuna aberta às reclamações populares desprezadas pelas Cortes.

Os Debates, n.º 222, 23 de Abril de 1889

Uma covardia

Fomos os primeiros a prever os acontecimentos. Nós dissemos: o governo cederá. E o governo cedeu, **esse governo de bandalhos, esse governo de pulhas, esse governo de ladrões**, que, depois de ter chafurdado a dignidade nacional nas lamas do Tejo, depois de ter **metido as mãos nos cofres públicos** para sustentar os vícios crapulosos dos seus representantes mais dilectos e mais característicos, acaba

de abater a bandeira nacional perante os bêbedos de Londres e de arremessar a honra do país aos pés de John Bull.

O governo cedeu. Câmaras municipais, associações particulares, ingênuos que abundais por esse país fora, enviai mensagens de felicitações ao ministro dos Negócios Estrangeiros, ao sr. Barros Gomes, que cumpriu o seu dever!

O governo cedeu, mas **a nossa honra fica salva**. Assim o declarava hoje o *Diário Popular*. A nossa honra fica salva! A isto chegou a indecência, o cinismo, a biltraria destes quadrilheiros que exploram a ingenuidade e a bolsa do país.

Dizia-se outrora que antes morrer que má sorte. Dantes, a ficar desonrado, preferia-se morrer. Era no tempo de D. Nuno Álvares Pereira, de Afonso de Albuquerque, de D. João de Castro e, mais modernamente ainda, do Marquês de Pombal. Era no tempo em que nós éramos grandes, fortes, poderosos, respeitados! Hoje, no tempo destes bandidos que ali poluem todos os sentimentos de honra, todos os princípios de dignidade, todas as noções de brio, a covardia é prudência, o servilismo é sensatez, o medo é tino, a infâmia é juízo, e a coragem, e a valentia, e a dignidade e a honra é loucura!

Malfadado país em que nascemos.

O governo não cedeu perante as ameaças. O governo não fez como um homem digno, que responde a uma bofetada com uma cacetada, embora com a certeza de ficar morto no terreno. O governo procedeu como aqueles miseráveis que limpam o cuspo que lhes arremessam à cara deslavada e passam imperturbavelmente para diante. Ou como aqueles maltrapilhos que voltam para trás se lhes dizem que alguém os espera lá em baixo para os esbofetear.

O nosso dever era resistir até à última. A Inglaterra que viesse bombardear Lisboa. A Inglaterra que se apossasse de Lourenço Marques, de Quelimane, de Cabo Verde, daquilo que quisesse. Não se bombardeia assim do pé para a mão uma cidade como a nossa. Não se praticam, a rir, violências dessa ordem. Ninguém conhece as consequências de uma guerra. Ninguém sabe o que sairá da luta de um povo que se vê espezinhado, que se vê escarnecido, que vê o seu direito cuspidado, vilipendiado, infamado, com o infamador descarado, atrevido, petulante, condenado na consciência universal e na própria consciência.

Os saragoçanos, que se defenderam à navalha do maior exército europeu, ensinaram ao mundo quanto vale o desespero de um povo. Os portugueses, que derrotaram à força da bala, de baioneta, de espetos de cozinha, de pedra, de fome, de todos os recursos, os generais de Napoleão, o maior guerreiro do século, confirmaram e completaram a lição heróica dos heróicos espanhóis.

Portugal pequeno derrotou a Espanha grande em dezenas de batalhas, e guerreou, venceu, dominou outras quantas partes do globo.

A França de 1793 repeliu e venceu a Europa inteira.

Quem deu a esse obtuso ministro dos Negócios Estrangeiros o direito de julgar pelo seu nariz servil, esse nariz que se julgará glorioso em cheirar o ... Papa e honrado em bisbilhotar na ... *graciosa* soberana inglesa, quem lhe deu o direito, a esse *prudente* jesuíta, de julgar pelo seu nariz e pelo seu bestunto o orgulho patriótico de todos os portugueses? Como se atreveram essas múmias do Conselho de Estado,

esses salafrrários, a apreciar pela porcaria e pelo bolor que os cobre a limpeza do corpo e de espírito, a força, a vitalidade, a coragem de uma nação gloriosa?

Que ousadia é essa, a desses lacaios do trono, a desses **ladrões dos cofres públicos**, a desses pelintras cobertos de almíscar para lhes tapar o cheiro do iodofórmio, batoteiros, sifilíticos, podres por dentro e por fora, que ousadia é essa, a **desses malandros**, que, não contentes de roubarem a fazenda ao povo português, ainda lhe roubam a honra, a dignidade e o brio?

Se esse ministério não cai a pontapés, se tudo isso, que se tornou cúmplice desta infâmia, não é levado a murro diante de nós, diremos outra vez, diremos sempre: *malfadado país em que nascemos!*

E ainda nos vêm dizer: *salvou-se a honra!* É a troça dos garotos depois da pedrada.

Cairíamos vencidos, cairíamos esquarterados, cairíamos feitos em postas? Que importava? Então sim, então é que nós cederíamos à força, então é que nós cairíamos honrados e dignos.

Que figura faz um homem em sociedade que aceita bofetadas de todos, que se não defende dos pontapés que lhe arremessam, que deixa que o roubem e insultem? Que figura faz uma nação que está nos casos desse homem? Não é esse homem, não é essa nação objecto de desprezo? Se ao menos morresse defendendo-se salvaria um nome!

Diz-se que apelámos para a Europa e que a Europa nos respondeu com evasivas. É que a admiração dos outros não se consegue por súplicas, consegue-se por actos brilhantes de honradez e de valor. É que a simpatia não se obtém pelo desprezo. É que só num *entrain* de entusiasmo, de admiração, de simpatia, alguém consegue sacrificar os seus interesses e as suas comodidades pelos outros.

Resistíssemos nós, pedíssemos um arranco de valor ao nosso patriotismo, despertássemos um movimento de interesse no mundo com a nossa coragem, e seria impossível que a Europa deixasse esmagar um povo cheio de razão e de justiça.

Só então nos poderíamos queixar de ela não intervir. Assim, a Europa andou bem. A Europa despreza-nos. A Europa tem por nós um profundo tédio, um justificadíssimo nojo.

O que vale esta nacionalidade que fica à mercê do que lhe queiram fazer? Ah! **Os miseráveis, os malandros que ainda ontem especulavam com o iberismo dos republicanos!** Ontem, deitavam bofes e patriotismo pela boca fora. Hoje... aí está o patriotismo deles!

Os miseráveis, que foram por essa Europa foram buscar a aliança dos alemães para conspirar contra a democracia, deixando a aliança da França e a amizade da Espanha!

De que vos serviu a aliança dos alemães?

Aí a tendes, miseráveis!

O que vale esta nacionalidade? outra vez o perguntamos. O que vale isto, esta borra, se cada um que chega leva o seu bocado? Se nos batem o pé, ontem franceses, hoje ingleses, amanhã espanhóis ou o diabo, se nos batem o pé e nos mandam *pôr para ali*, e nós *pomos*, muito caladinhos e sossegadinhos?

Pois não é preferível morrer, honrados, de um tiro, a morrer assim desonrados, vergonhosamente, ignominiosamente, aos bocados?

Há na vida particular quem prefira viver da prostituição que lhe entra pela janela e pela porta. Portugal monárquico é no concerto europeu um rufião de prostitutas, da honra da mulher e das filhas.

Acabemos com isto. Este será hoje, sem dúvida, o grito de guerra de todos os portugueses que prezam a sua pátria e a sua dignidade.

Enquanto a pátria perigava, enquanto pairava sobre nós uma ameaça de morte, a Corte folgava e ria com as festas da aclamação.

Quando a Inglaterra concentrava os seus navios de guerra, Portugal, ou não fazia caso de coisa nenhuma, ou mandava o transporte Índia buscar a embaixada marroquina!

Acabemos com isto. Acabemos com o ministério. Acabemos com a Monarquia. É uma questão de honra. É uma questão de brio ou de infâmia. É uma questão de morrer ou viver.

Portugueses!

Abaixo a Monarquia!

Abaixo os quadrilheiros!

Abaixo a infâmia!

À revolução, que a revolução é precisa, é inadiável, é urgente.

Confiamos no povo. Confiamos ainda na força do país.

Os Debates, n.º 458, 12 de Janeiro de 1890

A traição

Não nos enganávamos ontem quando declarávamos, ao terminar o nosso artigo, que confiávamos ainda no povo e na força do país.

O povo correspondeu horas depois à nossa confiança num movimento enérgico de indignação e protesto. O povo honrou-se. Felicitamo-lo por isso.

Não nos enganávamos nisso, não, como em nenhuma outra das nossas afirmações. Assim, nós escrevíamos que todos os vícios passaram a denominar-se virtudes e todos os sentimentos nobres passaram a dizer-se loucura para os **maltrapilhos** e **tratantes** que usurparam a direcção política deste país.

Hoje, confirmando as nossas palavras, vêm os jornais do governo chamando *desvairamento* ao que ontem se passou e taxando os manifestantes de *vadios* e *arruaceiros*.

Já não é a pedrada do garoto que foge. É o cinismo e escárnio soez do canalha que se vê impune nos crimes que fez.

Loucos? Talvez. Era meia dúzia de loucos aquela que nos campos de Aljubarrota ousava resistir à numerosa e aguerrida cavalaria de uma grande nação. Como ousaram os loucos, eles sem armamento, sem instrução militar, sem rei, eles tão poucos, tão insignificantes, pensar que poderiam vencer um forte, um disciplinado, um poderoso exército? Ah! Estivera entre eles a cabeça potente do sr. Barros Gomes! Tivessem eles

chefes *sisudos*, *prudentes* e *sábios* como estes que a monarquia de Bragança nos fornece às dezenas ao findar do século dezanove... o século das luzes!

Entretanto, os loucos venceram a Espanha e salvaram a nacionalidade portuguesa.

Era outra meia dúzia de loucos aquela que se aventurava em mares desconhecidos à procura de países misteriosos. Loucos que, de um canto da península, se atreviam a estender os braços para o mundo, cem vezes maior do que a terra de onde eles surgiam, e cheio de guerreiros e cheio de homens cem mil vezes mais numerosos que eles! Onde oferece a história exemplo de outra loucura tamanha? E os loucos conquistaram a Ásia aguerrida e forte. E os loucos apossaram-se da África rebelde e perigosa. E os loucos tomaram regiões enormes na América. Ah! que faria se na nau almirante de Vasco da Gama, e de todas as famosas esquadras que se lhe seguiram, fulgurassem os olhos de piloto de José Luciano de Castro!

Foi outra meia dúzia de loucos a que em 1640 readquiriu a independência nacional. Se estivera entre eles qualquer das *grandes cabeças* que nos governam, em lugar de ter ecoado no mundo o canhão português, vencedor da maior potestade da terra, ter-se-ia ouvido um grito de horror, mais formidável, mais assustador que o sinal da *trombeta castelhana* e mais retumbante que os clarins dos tempos de Carlos Magno.

E, na verdade, aqueles cavalheiros percorrendo, silenciosos, as ruas de Lisboa para irem esgrimir, com os seus espadins tão frágeis, contra o colosso do mundo, que nessa época tudo dominara e tudo vencera, era caso para o sr. Barros Gomes fazer o sinal da cruz repetido e fugir a rezar para qualquer coio jesuítico da sua predileção.

Entretanto, os cavaleiros portugueses venceram o colosso sem as rezas do sr. Barros Gomes, sem a *prudência* dos sábios modernos, e até sem os pulsos valentes do sr. Emídio Navarro.

Foram outros tempos, dir-nos-ão os mestres. Foram outros tempos... E não foi um louco Danton, e não foi um louco Carnot, e não é louca essa Bulgária que ontem lançou à Rússia um repto audacioso, preparando-se com um punhado de soldados para se opor a dois milhões de guerreiros, e não é louca a pequenina Suíça respondendo com dois repelões às insolências do onnipotente chanceler da Alemanha?

Tanto doido pelo mundo e nós com um viveiro de ajuizados em casa. E daí vem o nosso progresso de caranguejo. Os doidos vão andando para diante e os ajuizados vão ficando para trás.

Ah! Mas loucos, sim. Se esses portugueses de Aljubarrota, se esses portugueses de 1640 previssem os resultados do seu valor, da sua heroicidade, da sua coragem sem igual, teriam quebrado as suas espadas, porque a obra gloriosa que empreenderam apresentar-se-lhe-ia ao espírito como um enorme desastre.

Um enorme desastre! Nós chegámos a isto, a este grito de dor que todos os portugueses arrancam hoje do fundo do coração. Como o pai amantíssimo que supõe no filho adorado todo o sol da sua vida e que de repente cai fulminado, vendo todas as alegrias convertidas em sombras, amaldiçoando numa hora de desespero a obra que supunha tão boa, tão grandiosa, tão santa, assim Portugal, depois de séculos de valor,

depois de rasgos heróicos que espantaram o mundo, depois de glórias imensas, tem de vir ao limiar da sua história dizer aos formidáveis cavaleiros de Aljubarrota, aos valentes fidalgos de 1640: «Se não fôsseis vós, nós teríamos levado um só pontapé e não os levaríamos de todos os patifes, de todos os bêbedos que se estendem por esse mundo fora.»

Que vergonha! Que humilhação!

Loucos, sim. Loucos, que fundaram uma nacionalidade para ser a torpe especulação de um **bando de ladrões**. Loucos, que fundaram uma nacionalidade para, em nome dela, uma **quadrilha de salteadores** apoiar uma monarquia apontando ao povo os republicanos como ibéricos, apoiar uma monarquia que lhes permite as infâmias todas, comprometer no conceito nacional os que honradamente querem pôr termo a essas infâmias, e vir hoje essa quadrilha de *patriotas*, isto é, de **ladrões**, essa quadrilha que ainda ontem se queria impor como mantedora da integridade nacional, essa quadrilha para quem a realza é o único **penhor** da nossa independência, vir dar um golpe de morte na nossa honra, nos nossos brios, na nossa autonomia.

Bandidos! Se isto é de quem nos *bate o pé*, se isto é do quem *mais quer*, se estamos inibidos de nos defender, se nos levastes a esta indigna situação, que pelintra de *penhor* é esse? O que vale esse trono de papelão? Para que presta isso, se Espanha amanhã vem por aí dentro e leva isto a pontapés adiante de si? Se a Espanha não atravessasse uma crise gravíssima, se tivesse completado a sua evolução e política, não se estaria ela preparando a estas horas para nos transpor as fronteiras? E quem lho podia logicamente e dignamente censurar depois da solução do nosso conflito com a Inglaterra? Se isto é de quem quer ou de quem pode, se isto está condenado a ir por água abaixo, se nós estamos em leilão na Europa, não tem a Espanha mais direito do que os outros a ocupar-nos pela força ou a adquirir-nos no leilão pelo modo que julgar mais fácil e mais conveniente?

Eis o precedente que os quadrilheiros deixaram em aberto. Eis a situação que nos criaram.

Tudo aconselhava a resistência. Como já ontem dissemos, são preferíveis todas as consequências desastrosas de uma guerra à continuação deste estado de coisas. Se esses **covardes**, porque não procedem senão por **covardia**, têm medo de morrer de uma bala, fujam para o inferno e deixem-nos, que alguém saberá morrer abraçado à bandeira portuguesa. Levem as mulheres e as filhas para onde quiserem, que nós fazemos o mesmo às nossas, e aqui ficamos nós, os homens, nós, os *doidos*, nós, os que nos prezamos de ser portugueses, à espera do bombardeamento.

Isto é uma infâmia que reveste todas as circunstâncias agravantes de um escárnio, de uma troça indigna.

Era de prever que a Inglaterra procurasse ganhar tempo com as suas notas melífluas dos primeiros dias. Tudo nos aconselhava a preparar-nos para a defesa. O que se fez? *Aí* estão as orgias da aclamação, que falam mais alto do que nós.

Isto é uma troça, uma infâmia. Hoje o *Diário Popular* aconselhava que se suspendessem as obras públicas para se gastar o dinheiro no exército. Desvairado! Não vos chegaram cinco mil contos cada ano? O que fizestes desses cinco mil contos,

ladrões?

Onde está o dinheiro do exército, **quadrilheiros vis**? Ainda tendes cara para falar em exército, nesse exército que é o **mais caro do mundo**, nesse exército que tem custado rios de dinheiro e que não serve para nada? Ah, **ladrões**, que, se ficais impunes, a vossa impunidade é o maior crime desta terra!

Miseráveis! Ontem apregoavam que o exército era um bando de janízaros para defender o rei. Hoje confirmaram essa infâmia mandando pôr os regimentos de prevenção para fuzilar os portugueses que nas ruas de Lisboa aclamem a honra e a integridade nacional.

Sereis vós os doidos ou seremos nós, decididamente? A farda militar será de facto uma libré? O exército, onde devem estar mais puras e acesas as ideias patrióticas, virá para a rua de facto queimar a bandeira nacional ou **rasgar-vos o ventre** com as suas espadas?

Qual será o oficial, qual será o soldado que não sinta subir-lhe o sangue ao rosto com o papel indigno que lhe distribuem? Ou a confiança do governo é cega e louca, ou acreditaremos, enfim, que somos nós os loucos, decididamente.

O ministério vai cair, mas o mal permanece no mesmo pé. Isto já não tem cura senão pela revolução, que cauteriza, que esfrega, que lava. Todos o compreendem, todos o pensam.

O que esperam? Que o mal não tenha cura? Que o doente esteja morto?

É inacreditável. Nós continuamos a acreditar ainda na força e na vitalidade do país. Temos fé. Temos esperança. E por isso gritaremos sempre:

Abaixo a Monarquia!

Viva a revolução!

Às armas pela pátria, às armas contra os bandidos, contra os salteadores da nossa honra, contra os ladrões da nossa bolsa!

E venha o que vier. Isto, cem vezes o repetimos, é que não pode continuar assim.

Os Debates, n.º 459, 13 de Janeiro de 1890

O empréstimo de 9.000 contos Um desastre

Estão em baixa os fundos portugueses na praça de Paris. Dá-se este facto precisamente na ocasião em que o governo português pede ao Crédito mais dois milhões de libras para saldar as contas de três meses de corrupção e desvarios. É pois incontestavelmente grave a nossa situação financeira, por isso que esta operação infeliz pode produzir consequências as mais desastrosas para o nosso crédito tanto em Paris como nos outros mercados do mundo, e especialmente no de Londres, onde se não pode dizer que sejam grandes as simpatias que os banqueiros nos dedicam

Cabe ao governo a responsabilidade deste desastre.

Os especuladores do sindicato dos títulos de D. Miguel conseguiram desta vez aterrar o capital e tirar o êxito da campanha de descrédito que há muito movem contra Portugal, porque tiveram por si os erros do ministério que lançou este país

num caminho de incertezas e de violências que ninguém sabe bem onde nos poderá conduzir. Foi-lhes fácil conseguirem o seu intuito de especulação infame, de usuários ávidos, porque tiveram a seu favor os desvarios da situação que nasceu em 11 de Janeiro e que desde que vive não tem feito senão contrariar o sentimento nacional.

Era inevitável.

O estado de sítio em que a cidade de Lisboa se encontrou em 11 de Fevereiro convenceu a imprensa estrangeira de que em Portugal se abria de novo a era das guerras civis. E as violências desse dia, que o povo devia ter castigado com severidade, foram obra do governo, exclusivamente do governo.

O que depois se seguiu, sabem-no todos. O ministério declarou-se em ditadura contra a nação e conseguiu convencer a imprensa espanhola e francesa de que quem manda no Terreiro do Paço é lorde Salisbury. Em vez de se mostrar ativo e digno ante o gabinete de Londres, humilhou-se, e isso tem produzido a mais profunda impressão no estrangeiro.

A câmara municipal foi dissolvida por promover manifestações patrióticas e isto não podia deixar de produzir assombro lá fora, tanto mais que se dava no momento em que o estrangeiro começava a olhar-nos com simpatia por causa da brutalidade britânica e da atitude nobilíssima do povo português em presença dessa afronta monstruosa.

Seguiu-se a proibição sucessiva de outras manifestações patrióticas e, por fim, caímos num período de ditadura revoltante que é de natureza a justificar todas as suspeitas acerca da tranquilidade futura de Portugal.

Foi, pois, o governo que forneceu aos difamadores do país as armas de que eles se serviram para nos desacreditar.

É esta a primeira consequência da política nefasta e irritante do governo que, com os seus ukases e com os seus atentados está empurrando os partidários da liberdade a uma luta desesperada e violenta em que por força hão-de ser vencidos os inimigos da democracia e da pátria.

Não será por certo ainda a última da série que agora começa a demonstrar quanto é deplorável que o país tolere uma situação que devia ter sido esmagada logo em 11 de Fevereiro.

Os medrosos, os tímidos, os indiferentes hão-de cedo ou tarde convencer-se da inconveniência da sua fraqueza, e de que quando nos insurgimos contra os atentados do poder somos nós, os republicanos, que defendemos os verdadeiros interesses do país. A política em que entrou o governo faz as delícias dos inimigos de Portugal e há-de dar com o nosso crédito em terra, abrindo a bancarrota e levantando dificuldades sobre dificuldades à nação, que precisa de 18.000 contos por ano só para pagar os juros da dívida pública, e que no dia em que lhe faltar o crédito estará gravemente comprometida.

Os especuladores do sindicato dos títulos de D. Miguel, que há muito não conseguiam afectar em Paris a cotação dos nossos títulos da dívida externa, puderam agora fazer-nos mal. Bastou-lhes para isso fazer considerações alarmantes sobre as ordenanças com que o governo português suprimiu todas as liberdades em nome de caprichos doidos e de paixões e interesses ruins.

Deploramos este desastre.

Não nos surpreende, porém, o que lemos nos jornais franceses. É uma especulação de algum e é também o resultado do convencimento de muitos homens de boa fé que dos actos do governo concluem que estamos em vésperas de acontecimentos gravíssimos ou que este povo está morto, o que em nenhum dos casos pode servir para consolidar o crédito de Portugal.

Aprendam nesta lição todos quantos têm que perder. Um atentado contra a liberdade pode ser o factor de uma bancarrota, porque sem liberdade não há ordem nem segurança, e desde que isto é assim o crédito oscila e cai, produzindo os mais horrorosos estragos.

O que se está passando em Paris é uma lição que a todos deve aproveitar. Para mantermos o crédito nacional, é preciso que asseguremos a liberdade que a Monarquia afronta e a moralidade que ela conspurca.

Os Debates, n.º 549, 16 de Abril de 1890

O socialismo

Nenhum republicano deve deixar de aplaudir o movimento que se prepara para o dia 1 de Maio. O socialismo não tem *absoluto desprezo* pelas fórmulas políticas, como ontem escrevia o jornal do sr. Emídio Navarro, e parece impossível que um ex-ministro de Estado, um dirigente, escreva uma heresia daquele quilate. Quando um povo é *dirigido* por ignorantes ou por *dentistas* desta natureza, não admira que ele ande a dar com a cabeça pelas paredes. Mas não é único, o sr. Navarro. Temos outros *sábios* daquela natureza, literatos, jornalistas, economistas, políticos, etc., que, não se querendo dizer republicanos para não sacrificarem os seus interesses monárquicos, mas tendo, ao mesmo tempo, vergonha de se dizerem reaccionários, se apregoam socialistas, acrescentando sempre, por causa das dúvidas, que o socialismo é indiferente às *fórmulas políticas*, afirmação que alguns fazem unicamente por especulação, e, portanto, sabendo que é falsa, mas que o maior número julga rigorosamente verdadeira. E não havemos de quebrar lanças contra os *sábios*! O maior serviço que se pode prestar à sociedade portuguesa é exactamente apear esses charlatães, que estão para aí afirmando de papo os maiores absurdos e as mais nefastas aberrações.

Não é necessário descer a aprofundar as doutrinas socialistas, quase completamente ignoradas entre nós; basta raciocinar um segundo para que se veja quanto é monstruosa essa afirmação de que o socialismo é inteiramente indiferente às fórmulas políticas. Pois o socialismo, porventura, reconhece algum direito além do direito de trabalho? Como há-de, então, reconhecer as fórmulas monárquicas, em que o favoritismo começa logo por cima, pela base das instituições, isto é, pela família real?

O socialismo não reconhece privilégio nenhum. Como há-de, então, ser indiferente ter um desprezo pelas fórmulas políticas que se fundamentam no mais odioso de todos os privilégios, o privilégio do nascimento? O socialismo monárquico

não seria simplesmente uma irrisão, seria aberrante ao último ponto, uma negação completa de si próprio. E, por isso, ninguém pode deixar de ser rir desses barbeiros da política – e o termo *barbeiro* aqui vai na velha acepção portuguesa –, que pintam as doutrinas sociais como um produto exótico no meio político.

Suponham, por exemplo, o anarquismo indiferente às fórmulas políticas. O anarquismo não visa outras coisas senão ao triunfo ou à consagração do individualismo. Ora, o individualismo, a ser um facto nas fórmulas profundamente autoritárias e centralizadoras que são a condição única da existência dos regimes monárquicos, é ideia que só podia germinar na cabeça dos *sábios* desta abençoada terra em que vivemos.

A República, tal como presentemente se encontra constituída em vários países, pode não satisfazer, e realmente não satisfaz, as aspirações das escolas chamadas socialistas. As repúblicas actuais ainda são um produto da burguesia. Entretanto, já representam um passo avançado no caminho do aperfeiçoamento social. A cadeia da civilização não tem intervalos. Todos os seus elos se prendem intimamente uns aos outros. Não se sobe uma escada saltando do primeiro degrau para o último. Sobe-se degrau por degrau. Tudo é assim no mundo, na natureza viva. E do mesmo modo que não há elos partidos na cadeia do progresso, do mesmo modo não há factos isolados nas sociedades. As fórmulas económicas combinam-se intimamente com as fórmulas políticas. Não são independentes e muito menos inimigas. Pretendê-las estranhas umas às outras é um supremo contra-senso, ou uma calinada do último grau.

E aqui está como nós somos dirigidos – por indivíduos que demonstram estes conhecimentos da evolução social ou do modo de ser da vida dos povos!

Se as fórmulas políticas são indiferentes às fórmulas sociais, estabeleçam o socialismo nas fórmulas políticas da Idade Média e vamos a ver com a liberdade de então, com o direito de propriedade dessa época, etc., como as reivindicações do proletariado moderno hão-de ser uma beleza!

Outra vez o dissemos: as repúblicas, como estão constituídas, não satisfazem as aspirações socialistas. Mas tanto representam já um ponto dessas aspirações que nenhuma escola socialista se lembrou ainda de procurar a aplicação das suas doutrinas num regime monárquico. A República, ou conservadora ou progressiva, ou capitalista ou socialista, é sempre a República, sob o ponto de vista da negação política do privilégio da hereditariedade e outros. Tanto representam um grande passo no caminho do progresso, de qualquer modo que este se encare, que nunca os socialistas mais *enragés* e mais ultras deixaram de se bater por elas contra as monarquias. As repúblicas não satisfazem, na sua constituição presente, as aspirações socialistas. Mas lá hão-de ir parar, porque é o único regime em que a lei da evolução se executa cientificamente. As repúblicas actuais são apenas o primeiro ensaio da forma de governo que representam. Hão-de-se aperfeiçoar, e desse aperfeiçoamento surgirá o triunfo do trabalho, ou dos princípios económicos que hoje se debatem.

E porque consideramos assim a República, e porque não a queremos de outra forma, é que aplaudimos desde já, e calorosamente, a manifestação do 1.º de Maio, saudando daqui os valorosos soldados de uma grande causa de justiça, cuja vitória

nos será tanto mais grata quanto mais depressa chegar.

Honra e lugar ao trabalho, que deve ser o único direito dos povos!

Os Debates, n.º 562, 28 de Abril de 1890

Amanhã

Vai chegar, afinal, o dia 1 de Maio, cuja aproximação tantos pavores e sobressaltos tem causado em toda a Europa.

O proletariado de todos os centros industriais faz a esta hora os últimos preparativos para que a manifestação votada pelo congresso socialista de Paris seja tão eloquente e significativa como pretendem.

A divisa *aparente* dos operários no dia de amanhã será a da redução do dia normal de trabalho a 8 horas. No fundo da resolução do congresso de Paris há, porém, alguma coisa mais importante que move e impele as grandes massas trabalhadoras a este grande e justo movimento que não tem igual na história e que há-de ser talvez o início da extraordinárias manifestações internacionais, que ninguém terá força para impedir.

Fixar o dia normal de trabalho em 8 horas é necessário e justo. Há tempo que n'Os *Debates* sustentamos essa necessidade imperiosa, que *de per si* bastaria para justificar a atitude dos operários. Mas a manifestação e amanhã não representa só um protesto contra o trabalho durante maior número de horas. É talvez até o que menos representa.

O dia 1 de Maio de 1890 há-de ficar assinalado na história por se ter produzido nessa data em toda a Europa um movimento operário que há-de avolumar-se e produzir uma revolução que será o complemento inevitável da revolução do século passado.

A questão social vai ser posta amanhã em todos os grandes centros industriais, não já só no campo das aspirações vagas e das discussões filosóficas, mas no terreno positivo das reivindicações apoiadas por uma força colossal.

Por isso os governos de todo o mundo se apavoram com a aproximação do dia de amanhã, cujas consequências todos antevêem extremamente graves.

É que, na verdade, a crise social que há muito trabalha as sociedades modernas está destinada a produzir uma grande transformação, da qual há-de resultar um modo de ser mais harmónico e mais justo do direito agora estabelecido.

A revolução do século passado destruiu muitos privilégios, estabeleceu *direitos do homem e do cidadão*, e assim produziu altos benefícios económicos. Transformou as sociedades tanto quanto naquela época era possível transformá-las.

Mas a evolução intelectual da Europa e da América produziu um desenvolvimento extraordinário da indústria, criou condições novas ao trabalho e aperfeiçoou as noções de direito e de justiça, que foram inscritas no livro de ouro de 1789.

A revolução do século passado vibrou um golpe de morte aos privilégios da aristocracia. Fechou-se aquele século com o advento da burguesia para a vida pública

e para a *liberdade* tal qual pouco depois foi estabelecida pelas monarquias chamadas burguesas ou pseudo-constitucionais.

A fórmula política destas monarquias, absurda sob todos os pontos de vista, não podia, contudo, satisfazer as necessidades sociais, porque representava um obstáculo à realização das aspirações resultantes dos progressos do espírito humano.

Por isso a Europa se encontra hoje ameaçada por uma grande revolução social que tem de transformar o direito estabelecido, que em muitos e muitos casos apresenta odiosos privilégios que os que morrem de fome e de trabalho não podem consentir.

Há um desequilíbrio perturbador nas sociedades modernas.

Dum lado, está a grande e enorme multidão dos que trabalham dia-a-dia, sem um instante de repouso, sacrificados pelas maiores torturas, sem uma alegria e esperança de dias melhores. Esses desgraçados, que no fundo das minas ou sob o peso de trabalho inferior às suas forças, devoram o ódio que tributam à sociedade, nascem, vivem e morem sem jamais terem um dia de verdadeira ventura. E, contudo, o operário que extrai o carvão ou o metal do fundo das minas, preparando nesse labor infernal a sua morte prematura, concorre poderosamente para construir as brilhantes maravilhas da arte e da indústria que fazem a delícia dos opulentos, e que para ele não representam uma parcela de lucro suficiente para lhe garantir o indispensável à vida...

O outro grupo é a minoria, mas essa minoria possui o capital, dispõe desse grande elemento de força, tem privilégios garantidos pelo direito estabelecido, vive na opulência conquistada algumas vezes só pela herança ou pela exploração criminosa do trabalho e da sociedade. Abundam neste grupo os parasitas que vivem ociosamente da abundância que lhes foi legada, enquanto os que produzem vivem na miséria, e, quando encontram as forças extenuadas e a saúde abalada pelo trabalho, não encontram no seu leito de dor nenhum dos confortos necessários para se reconstituírem. Devido umas vezes à própria organização das sociedades e outras à avidez, esse capital pesa de um modo tirânico sobre as classes trabalhadoras.

Desta luta agravada por mil circunstâncias que seria longo apontar, resulta a crise social que atravessamos.

A manifestação de amanhã é uma afirmação revolucionária fundada numa reivindicação de justiça. Os que trabalham sentem-se com direito à vida e querem viver.

Esta é a questão reduzida à sua expressão mais simples. A presente organização das sociedades não corresponde aos interesses do maior número e antes esmaga implacavelmente os que mais produzem. Exigem, portanto, os operários que essa organização de privilégio para o parasitismo se modifique em harmonia com as necessidades e interesses de todos.

Poderá esta transformação necessária fazer-se dentro da Monarquia?

Há quem diga que sim, mas tão grande é esse dislate, que nem mereceria ser apresentado, se não corresse como axioma entre alguns *sábios*. A primeira reclamação dos que trabalham é a abolição de todos os privilégios, e a Monarquia é um privilégio, e privilégio odioso, da qual todos os outros derivam.

Mostra-se facilmente que o desenvolvimento político e económico das sociedades é paralelo e que não pode deixar de o ser. A grande revolução social que se prepara é, pois, o complemento inevitável da revolução do século passado.

Os Debates, n.º 564, 30 de Abril de 1890

Mais impostos

O governo entende que a nação pode e deve pagar mais. Vai, por isso, apresentar às Cortes uma proposta de lei para exigir do contribuinte um novo adicional.

Andamos nisto há muito.

Cresce a corrupção eleitoral, alastra cada vez mais a corrupção política e desenvolve-se paralelamente o imposto à custa do qual tem de ser saldada a conta dessa podridão.

É perfeitamente lógico e natural. Enquanto o país não quiser mudar de vida, não pode ser outra a sua sorte. Quando mais requintada for a fraude do sistema parlamentar – e há-de sê-lo cada vez mais enquanto o povo dormir –, maiores e menos proficuos hão-de ser os sacrifícios dos contribuintes.

As necessidades públicas exigiam uma remodelação completa do imposto, a fim de se aplicarem ao regime tributário os princípios da justiça social que o devem tornar equitativo e razoável.

Em nada disso se pensa.

Que importa ao governo que as classes trabalhadoras não possam alimentar-se convenientemente por causa do imposto do consumo? Que importa aos ministros do sr. D. Carlos que o fisco roube os móveis miseráveis ao pobre que não pode satisfazer contribuições exageradas, enquanto os opulentos pagam impostos que não representam nem a milésima parte do sacrifício que faz o operário ao pagar a sua colecta?

O que exclusivamente o inspira é o propósito de arranjar dinheiro. Disso provêm as injustiças flagrantes, os atentados monstruosos que em nome do fisco são praticados a cada instante.

Causa horror narrar o que, às vezes, se passa com as execuções fiscais. Em nome dos interesses da fazenda pública, fazem-se com frequência penhoras em *tarecos* sem valor real, que vão apodrecer nos armazéns da Boa Hora e que, apesar da sua insignificância, constituem a propriedade única das vítimas dessas execuções cruéis.

O imposto proporcional à fortuna dos indivíduos traz monstruosidades revoltantes que era preciso corrigir.

Não são, porém, estas graves questões sociais que preocupam os governos desta terra. O imposto fere aqui especialmente o pobre, surpreendendo-o em tudo o que e come e impedindo-o de comer o que devia comer. Vai, porém, lançar-se um novo adicional também sobre a miséria.

É a isto que nesta terra se chama igualdade! Pelas nossas leis tributárias, o desgraçado que trabalha para comer faz sacrifícios enormes à custa da própria alimentação e em proveito da administração pública, enquanto que os ricos pagam

dos seus grandes excessos de receita sobre a despesa, quantias que nenhum sacrifício representam.

O imposto devia, pois, ser progressivo em vez de ser proporcional à fortuna dos contribuintes. Só assim seria equitativo e justo, pois que não há nada mais abominável do que exigir ao pobre trabalhador que se alimente mal, dando ao Tesouro aquilo de que precisa para comer, e que a opulência tenha a seu favor privilégios especiais. É um verdadeiro crime roubar aos desgraçados, em nome do fisco, uns móveis miseráveis para os fazer apodrecer na Boa Hora, quando se sabe que esses desprotegidos da fortuna não têm recursos para adquirir o mais indispensável à vida.

Apostamos, porém, a dobrado contra singelo, em como o ministro da Fazenda não pensou nem pensa em estudar este importante assunto. O adicional é a última palavra da ciência dos nossos financeiros. Resolvem tudo por esse processo que quase inalteravelmente aparece consagrado em todos os relatórios de Fazenda.

Mostra-se a esses sábios financeiros que o adicional é a ruína das classes pobres que não podem pagar mais. Prova-se a necessidade de aliviar os impostos do consumo e de tributar progressivamente a riqueza, visto que todos têm direito à vida, e dificultar a alimentação pública é concorrer para a decadência das classes trabalhadoras e, portanto, para a decadência nacional. Apontam-se as injustiças do nosso regime tributário, que esmaga o trabalho português em benefício do estrangeiro, que embaraça o agricultor, que dificulta o comércio, que arruína o país.

Nada disso os ministros atendem.

O adicional e a elevação tumultuária dos direitos sobre os géneros de primeira necessidade que precisamos de importar, e o empréstimo, são os três grandes meios de que os governos portugueses se servem para arranjar dinheiro para as suas loucuras e esbanjamentos.

Por isso, o sr. João Franco vai pedir à câmara que se lance um novo adicional sobre as contribuições!

E continuaremos assim enquanto o país se não governar a si próprio.

É bem certo que cada povo tem o governo que merece! Por enquanto, o povo português, que consente todos os atentados contra os seus interesses e contra a sua honra, são merece senão isso que para aí está.

Estamos certos de que se há-de regenerar, mas até este momento tem sido o que vemos – uma massa inerte que os Polignac de papelão tratam a pontapés.

Os Debates, n.º 567, 3 de Maio de 1890

A bancarrota

Mostrámos ontem, comparando as cotações do nosso fundo externo desde 1886 até 3 de Maio de 1890, que começam a acentuar-se os mais graves sintomas da crise financeira e económica que se aproxima terrível e assustadora.

Deploramos sinceramente a situação em que o nosso país se encontra. Ninguém pode folgar com a perda do crédito nacional, que, no caso presente, produzirá certamente consequências desastrosíssimas.

Algumas das folhas que defendem a política do sr. de Bragança e a Monarquia procuraram lançar sobre nós, republicanos, o odioso, afirmando que batíamos as palmas quando víamos perdido o crédito público. Essas folhas mentiram. Porque somos patriotas é que defendemos um ideal nobre e justo, bem diverso do baixo egoísmo que inspira aqueles que nos difamam e caluniam para conquistarem um afago do seu amo omnipotente.

Se não quiséssemos subordinar os nossos interesses às nossas convicções e à nossa consciência, se não procurássemos servir lealmente a causa nacional, se pudéssemos descer a seguir os exemplos da *gente de ganhar* que obedece às ordens do inglês, fácil nos seria trepar como esse bando ao Capitólio, que, de um instante para o outro, pode transformar-se em pelourinho de ignomínia.

Mas não nos confundimos com essa turbamulta de ambiciosos e é isso que nos honra.

Os republicanos não folgaram nem podiam folgar com o desastre do empréstimo. Lamentam todos que, pela sua imprevidência e pelo seu desleixo, o povo português se deixasse arrastar à situação difícil e perigosa em que se encontra e da qual já não pode sair sem ter sofrido consequências crudelíssimas da sua indiferença criminosa pelos negócios públicos.

Como quando a *burnaysia* publicava o torpe folheto de Anvers para comprometer o crédito nacional, nós estamos hoje no nosso posto contra os bandoleiros que difamam o país e contra os traficantes que o comprometem com desvarios e loucuras que a nação devia corrigir com a mais cruel severidade.

Queremos ver alto o crédito público, mas, para que o crédito português se mantenha firme, é preciso que o país não esteja à mercê dos pontapés de Lord Salisbury nem se submeta aos caprichos dos lacaios do inglês.

Por isso, sustentamos através de tudo o nosso credo político.

Enquanto não mudarmos de vida, não conseguiremos assegurar em bases firmes o nosso futuro. Antes caminhamos a passos de gigante para um grande desastre que os governantes talvez celebrem, queimando cálcio às arrobas e dinamite às toneladas, assalariando alguns miseráveis para os saudarem na consagração do seu triunfo!

A situação já é gravíssima, mas tudo indica que dentro em pouco se tornará ainda mais difícil. Alastra cada vez mais a convicção de que estamos na véspera de uma grande crise financeira e económica de efeitos verdadeiramente perturbadores, que produzirá muita desgraça, muita miséria e muitas lágrimas sem remédio.

Começa já a sentir-se o peso insuportável de uma dívida de 700.000 contos de réis com que as instituições que felizmente nos regem mimosearam este desventurado país. Reconhece-se, enfim, que estamos próximos do termo fatal onde se expiam os desvarios administrativos dos governos das nações imprevidentes.

As consequências que deste facto podem resultar são *já de per si* assustadoras. A perspectiva da bancarrota apressa a crise fatal, porque retrai os capitais e leva muita gente a lançar no mercado os papéis de crédito que lhe não inspiram confiança.

Dizia-nos ontem um capitalista relativamente abastado que ia desfazer-se de todos os títulos portugueses que possui, para comprar papel estrangeiro que lhe

pareça mais firme. Quantos capitalistas pensarão hoje em proceder do mesmo modo?

Se este movimento se generaliza, a cotação dos títulos da dívida portuguesa terá de cair talvez abaixo da de 1886 e com ela cairá, em geral, a cotação de todos os nossos papéis de crédito, paralisando-se, assim, as operações de que vive a nossa praça e produzindo-se, portanto, o primeiro sintoma grave de crise económica.

Bastará, em seguida, que o câmbio do Brasil se mantenha baixo e que o governo não consiga obter dinheiro, para que se o desmorone o castelo de cartas da nossa pretendida prosperidade financeira de há alguns anos.

Esta é a situação.

Para conjurar os perigos que dela resultam, o governo faz ditaduras odiosas em o fim expresso de meter na cadeia os jornalistas republicanos, e prepara uma faustosa viagem régia ao Porto, ao mesmo tempo que pede ao parlamento que exija dos contribuintes novos sacrifícios tributários.

Metendo-nos na cadeia, lançando mais impostos e fazendo viajar o rei, o governo julga que tem vencidos todos os perigos.

Bastar-lhe-á ouvir nas ruas do Porto o estrondo da dinamite inflamada às toneladas e do cálcio consumido às arrobas para julgar o país salvo, sobretudo, se algumas vítimas da lei de excepção contra os republicanos estiverem na cadeia, por terem ousado criticar a política de sua majestade o sr. D. Carlos Simão de Bragança.

Os Debates, n.º 569, 5 de Maio de 1890

Dinheiro para as festas da realeza

Pouco depois de serem lidas na câmara dos deputados as propostas de lei por meio das quais o governo do sr. D. Carlos pretende arrancar do país mais 3.000 contos de impostos, ouviu-se ontem em Lisboa o estalar de sucessivas girândolas de foguetes. A realeza anunciou assim ao país que foi para ela de festa o momento em que se exigiam ao povo mais 3.000 contos de sacrifícios destinados a subsidiar a voragem monárquica que nos reduziu à situação em que nos encontramos!

Chegava de Vila Viçosa a sra. D. Amélia d'Orléans. Desde o antigo solar dos Braganças até ao paço de Belém, foi, por isso, a rainha objecto de dispendiosas saudações oficiais. Faltaram nesta festa da realeza aplausos populares, mas, em compensação, a sra. D. Amélia e o sr. D. Carlos chegaram ao paço em que a nação lhes dá moradia com os ouvidos atordoados pelos hinos das bandas regimentais e pelo estrondo de produtos da pirotecnia indígena.

As palmas e os vivas que o povo não podia dar, porque há muito anda divorciado dos governantes, foram substituídos pelo foguetório comprado pelo sr. Burnay e pago pelo Tesouro público.

A realeza vingava-se, porém, dessa indiferença popular, mandando pedir mais 3.000 contos ao país e mostrando no dia em que se faz essa exigência como é que se gasta o produto dos sacrifícios tributários do povo.

Junto com a notícia das propostas tributárias do governo, o telégrafo e a imprensa transmitiram, ontem e hoje, a todo o país a notícia de que a chegada da

rainha a Lisboa foi objecto de uma espantosa festa régia, e que nessa festa, *realizada no momento crítico em que se apela para a bolsa dos contribuintes*, se despenderam quantias que não podiam ter tal aplicação.

As propostas do governo hão-de por força ser recebidas com lágrimas amargas por parte dos contribuintes que mal ganham para comer, porque o fisco os enleia e explora com exigências crudelíssimas. Foram, porém, saudadas pela realeza em girândolas de foguetes, que o sr. Burnay fez queimar por ordem do seu amo e senhor.

Desde Vila Viçosa até Lisboa, a sra. D. Amélia ouviu sem cessar o estrondo de girândolas que são o prólogo das pomposas festas régias em que no Porto vai, dentro em pouco, queimar-se cálcio às arrobas e dinamite às toneladas.

Lamente muito embora o país a sua dura sorte. Os governantes folgam quando o povo chora. Riem quando a grande maioria da população, sobrecarregada com impostos de toda a ordem, luta com as mais tremendas dificuldades para se alimentar. Distraem-se em festins pomposos na ocasião terrivelmente crítica em que maiores desgraças se acumulam no horizonte da nação portuguesa.

A festa de ontem foi uma ironia cruel com que os *senhores omnipotentes* desta terra mimosearam os contribuintes. Pena será que o sr. D. Carlos se tenha esquecido de colocar no peito do sr. João Franco uma grã-cruz destinada a premiar a audácia com que aquele ministro foi ler ao parlamento as suas propostas tributárias, para depois ir mais seguro da sua consciência beijar a fimbria do manto régio e assistir à festa do desembarque da sra. D. Amélia, no Terreiro do Paço.

Seja, porém, com for, a nação já sabe que a Monarquia quer mais dinheiro e sabe para que é que ela quer mais dinheiro.

Exige nem menos de 3.000 contos, sendo o contribuinte português o que na Europa paga, proporcionalmente aos seus recursos e comodidades, maior quota tributária.

À nação compete dizer se quer pagar mais, ou se, pelo contrário, está disposta a mudar de vida e a governar-se com a mais severa economia.

Continuando pelo caminho que tem trilhado; permitindo que a corrupção seja o argumento mais convincente dos governos; tolerando que todos os anos os ministros do rei lancem novos impostos e levantem novos empréstimos; fechando os olhos ante os mais estranhos abusos políticos e administrativos com que os servidores da majestade sufocam o trabalho nacional e estrangulam a liberdade, o povo português marcha a passos de gigante para a perda da sua autonomia.

Não pode tolerar-se a continuação deste estado de coisas. Cruzar os braços ante as novas exigências tributárias é um crime, visto que a nação não pode pagar mais e o exagero do imposto produz sempre as mais nefastas consequências económicas.

É, portanto, dever de todos os cidadãos dignos deste nome protestarem contra as medidas do governo que têm por fim pagar festas régias e liquidar fabulosas despesas de corrupção política.

Não podemos pagar mais, nem devemos pagar mais!

Os Debates, n.º 583, 20 de Maio de 1890

Corrupção, impostos e empréstimos

A política dominante está reduzida a isto: um sistema de corrupção desenfreada e um regime de impostos e empréstimos cada vez mais esmagador e perigoso.

O agravamento constante dos impostos, que paralisam a actividade nacional e contribuem assim para desenvolver o parasitismo burocrático em que vivemos, é a consequência natural e inevitável da corrupção política que o país tem suportado com lamentável fraqueza. O empréstimo é, por seu turno, igualmente um efeito da mesma causa monárquica. Recorre-se todos os dias loucamente ao Crédito, porque o imposto não dá tudo quanto é preciso para se fazer face aos encargos de um sistema político que se baseia sobre toda essa série de escuríssimas operações imorais que a imprensa regista a cada passo.

As eleições custam centenas de contos tirados do Tesouro público. Rodrigo da Fonseca Magalhães, um dos homens nefastos deste país, afirmava que preferia comprar os deputados já feitos a gastar dinheiro em os fazer. Mas Fontes Pereira de Melo aperfeiçoou os processos de corrupção do mestre Rodrigo. Quando o atacavam, perguntava, referindo-se à ambição pessoal dos adversários: – *Que querem eles?* Esta frase era uma síntese dos seus processos políticos. Governava pela corrupção, e bem pode dizer-se que excedeu o mestre, porque falsificou o sufrágio e alargou extraordinariamente o processo da compra dos eleitos preferida pelo seu antecessor, por ser um processo mais barato e de mais seguros resultados para o governo.

O ministério actual está usando de todos os antigos processos de desmoralização para se manter no poder, e isto não pode deixar de ficar caríssimo. É para pagar as despesas desta orgia de lodo que todos os anos, e há muitíssimo tempo, se lançam sistematicamente impostos pesadíssimos sobre a pele dos contribuintes, e se pedem sem cessar ondas de ouro ao trabalho e à economia do estrangeiro, ouro que, em vez de fertilizar o solo nacional, vem quase que só dar novos requintes de imoralidade à embriaguez dos governantes.

O que neste mesmo instante se está vendo é a mais eloquente das provas do que dissemos.

O governo pergunta aos adversários que o incomodam o *que querem eles*, e, como *eles* não querem senão encher-se de dinheiro, o ministério compra-os por todo o preço, à custa dos sacrifícios dos contribuintes, que deviam ser escrupulosamente aplicados em obras úteis e patrióticas.

Mas para isto é preciso dinheiro, muito, sempre dinheiro. Caído o crédito, resta o imposto. Recorre-se, portanto, ao imposto sobre a agricultura, que se debate numa crise terrível, sobre a indústria, que vegeta raquítica, sobre o comércio, que a custo se desenvolve, sobre a alimentação, que é já difficílissima, sobre a renda das casas, que é enorme, e, enfim, sobre todas as receitas e despesas de cada indivíduo, nas quais se sente sempre de um modo exageradíssimo a garra do fisco, que em muitos casos se parece muito com o trabuco do salteador.

É o processo velho de todos os governantes deste país. Será o processo político de todos os que existirem enquanto o povo não colocar alguma coisa de respeitável,

de nobre, de elevado e de honesto, no lugar onde hoje só existe egoísmo vil, ódio à liberdade e ambição desenfreada.

O mal está em consentir a imoralidade que há muito transforma a nação portuguesa em um charco infecto, onde se debatem ambições mesquinhas de especuladores sem consciência, e onde, com as nossas tradições gloriosas, que não temos sabido honrar, se tem afundado também o nosso decoro e a nossa reputação.

Os governantes levam a sua audácia até ao ponto de especularem vilmente o patriotismo do povo português.

A demissão do nosso ministro em Londres, após o dia 11 de Janeiro, serviu para se nomear para o lugar desse um indivíduo absolutamente desconhecedor das questões africanas e das praxes diplomáticas, o sr. Barjona, a quem, além do vencimento, se deu dinheiro à farta para ir descansar em Londres e não fazer guerra ao governo na câmara aos pares.

As necessidades da reorganização da nossa administração colonial, as necessidades que têm sido esquecidas por quase todos os governos, e que a alguns tem servido para fazerem negócios infames e para afrontarem a nação, são agora invocadas para colorir como serviço à pátria um negócio que, afinal de contas, não passa duma torpíssima abdicação política.

O *Diário Popular* ficou mudo com a nomeação do sr. Mariano de Carvalho para o espantoso cargo de comissário régio nas províncias de Angola e Moçambique, e, pela sua parte, a imprensa regeneradora celebra o procedimento do sr. Mariano, que, em troca desta nomeação, deixou de atacar os abusos inauditos, as baixezas revoltantes e os atentados sem nome com que os servidores da realeza afrontaram a nação e a liberdade.

Seguir-se-ão outras muitas operações do mesmo quilate. Como, porém, tudo isto custa dinheiro, muito dinheiro, os contribuintes têm de pagar agora mais de 3.000 contos de réis e serão dentro em pouco mimoseados com mais impostos, se não souberam assegurar no governo moralidade e economia, que são incompatíveis com esta choldra que nos reduz à miséria e que nos envilece.

Os Debates, n.º 590, 27 de Maio de 1890

O sr. Luciano e os romancistas

Lemos em alguns jornais que o distinto advogado, vereador e deputado da maioria sr. Luciano Monteiro pedira na última sessão camarária que se *providenciasse no sentido de evitar que nas bibliotecas municipais haja romances*.

As providências requeridas pelo simpático advogado fazem-nos lembrar as que se costumam pedir à polícia sanitária quando nos julgamos ameaçados por alguma epidemia.

Ora, se sua Ex.^a dissesse que desejava ver nas bibliotecas não só romances, também bons livros de ciência, de artes, ofícios, enfim, de conhecimentos úteis, além dos que, por felicidade, já lá existem, estaríamos plenamente de acordo. Seria até um bom serviço que prestaria aos munícipes, dotando ainda mais as *negregadas*

bibliotecas com essas obras que se tornam indispensáveis; mas, condenando em absoluto o pobre romance, como se depreende das suas palavras, perdoe-nos o ilustre advogado a nossa discordância.

Naturalmente, o sr. Luciano Monteiro está convencidíssimo que disse muito bem; nós, porém, estamos que disse muito mal, sem que pretendamos com isto *anavalhá-lo nas colunas de um jornal*.

Vamos, pois, provar-lhe que não tem razão, parecendo considerar, qual outro Auger, o romance como um *monstro*.

O grande crítico francês H. Taine, no seu belo livre *De l'Intelligence* (cremos que o distinto advogado o não desconhece), aconselha-nos a leitura dos romancistas onde se podem tirar conclusões do ponto de vista da psicologia.

Há romances, como os de Diderot, Stendhal, Balzac, Flaubert, Zola, Daudet, irmãos Goncourt, etc., etc., que são verdadeiros estados fisio-psicológicos. Isto para não citarmos senão alguns franceses, porque, se formos à literatura russa, encontraremos o que há de mais belo e surpreendente, instrutivo e utilíssimo, sob este ponto de vista.

O romance é a pintura do homem em particular, como a história é a dos homens em geral, e romances há, por exemplo, os do Walter Scott, que são tão verdadeiros como a história, no dizer do V. Cousin.

Rigauld também dizia desse *monstro* de Auger e do sr. Luciano Monteiro que ele é uma arma poderosa; que pode ser uma influência; e Millevoye afirmou algures que um bom romance vale mais do que um tratado de moral.

Os romances de Balzac são grandes estudos sociais; esse gigante modificou a sociedade, criou, por assim dizer, novas almas.

Mas nós perder-nos-íamos em citações e em observações tendentes a evidenciar ao simpático vereador da instrução o seu erro, pedindo providências contra a invasão de romances nas bibliotecas do município.

Sua Ex.^a, que é um habilíssimo advogado, não tem obrigação de saber destas frioleiras – a que Zola chama a *natureza vista através de um temperamento*, e que Taine aconselha aos estudiosos que desconhecem o Coelho da Rocha e outros de não somenos importância, para quem tem de seguir uma carreira nobre ou ser alguma coisa na vida pública.

A nós, uns visionários, que andamos aí por esse mundo de Cristo a pregar às turbas, é que deveras nos interessa[m], à falta de coisa melhor, as obras de arte, como único refrigerio aos nossos males quotidianos, ou por outra, ao nosso pessimismo um tanto irritável. E estamos inteiramente convencidos que o sr. Luciano Monteiro não deixará de considerar o monstruoso romance como obra de arte, prima ou não, e como uma das mais belas manifestações de literatura.

Se tivermos tempo, ainda havemos de conversar mais largamente com sua Ex.^a sobre este assunto, sem que pretendamos, com isso, convencê-lo. No entretanto, vá esperando pelos sinceros agradecimentos, pelo menos dos romancistas cá da casa, muito nossos conhecidos e que se chamam Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, Eça de Queirós, Teixeira de Queirós, Júlio Lourenço Pinto, José Augusto Vieira, Fialho de Almeida, etc., etc., decerto a estas horas muito admirados de que

haja um luminoso espírito moderno que os ponha à margem.

Os Debates, n.º 594, 31 de Maio de 1890

Contra a Monarquia

A tradição poética das cortes de Lamego, que dizem terem sido celebradas na monumental igreja de Nossa Senhora de Almacave, diz-nos que, quando o procurador de rei Afonso Henriques, D. Lourenço Viegas, perguntou se queriam reconhecer a suserania de uma potência estranha, todos se levantaram, e, desembainhando as espadas, à uma exclamaram:

– Nós somos livres; o nosso rei é livre; esta liberdade conquistámo-la nós; nós a defenderemos contra quem quer que seja que ouse disputar-no-la.

E o próprio D. Afonso Henriques, participando do geral entusiasmo, corroborou este protesto patriótico, condenando à morte quem quer que ousasse atentar contra as liberdades portuguesas, e dizendo que, se esse tal fosse seu legítimo sucessor, esse tal não reinaria.

E as cortes corroboraram:

– Rei que consentir um domínio alheio, tal rei não dominará sobre nós.

Os legitimistas portugueses pretendem derivar desta tradição para a ilegitimidade de D. Pedro, que, tendo-se declarado imperador do Brasil a que dera a independência, só por esse facto se desnacionalizara, e, assim, pretendem estabelecer a legitimidade de D. Miguel, esquecidos de que o crime de D. Pedro tem por cúmplice D. João VI, e que este cerdo coroado deve também ser desnacionalizado, o que basta a ilegitimar toda a descendência brigantina, tanto a do ramo mais velho como a do ramo mais novo: pedristas e miguelistas.

Pondo de parte, porém, essa questão, hoje caricata, pois que já não é hora de se discutir se tal ou tal rei é legítimo em frente do direito dinástico, mas, sim, se a Monarquia é legítima em frente ao direito humano, nós perguntaremos apenas se é decoroso para uma nação livre, cuja independência foi firmada com sangue nos campos de batalha, cuja existência autónoma está legitimada por uma acção histórica especial, tão especial e tão grande que pode servir de assunto à primeira das epopeias da idade moderna, se é decoroso que tal nação permaneça sob o jugo de uma dinastia que a tem constantemente atraído, entregando-a nas mãos ávidas da Inglaterra, sua protectora, para que esta lhe sugue até à última moeda do seu erário, até à última baga do seu suor.

Não será já a hora de nós repetirmos, todos, o brado patriótico das lendárias cortes de Lamego, conclamando em frente a esse trono desacreditado:

– Morra quem ouse aparelhar-nos para um alheio senhorio!

O sr. D. Carlos, já aqui o dissemos, segue o impulso fatal das tradições da sua raça. Bronco e sensual, ele é absolutamente incompetente para tratar dos negócios do Estado, e pensa apenas nos prazeres; prazeres de todas as ordens: venatórios, gastronómicos, belicosos, temperados de galanteios, de passeatas, de regatas, quando a pátria geme, quando a pátria chora de raiva, quando a pátria se arrepela em

convulsões de cólera. Este desleixo do chefe de Estado dá em resultado que, quando surge de repente uma infâmia como o tratado de 20 de Agosto, o rei deixe ineptamente que uma figurante feminina entre em cena, a dizer que a coroa foi atraída, e que o rei sabia do que se estava passando!

A desculpa é mais grave talvez do que o delito.

A história portuguesa, porém, deveria bastar a ensinar a esses imbecis como é que o povo português costuma tratar os chefes de Estado que a tal ponto lhe descuram os negócios.

Afonso IV era também um rei caçador e divertido. Pois, porque uma vez foi para Sintra, à caça, em vez de vir tomar parte nas sessões do seu conselho onde se debatiam questões de muito menos importância do que a cedência dos nossos territórios à Inglaterra, os conselheiros fizeram-lhe sentir que era para ter o trabalho das coisas superiores do reino que o país lhe pagava tributos e o mantinha no trono, e não para que ele andasse matando porcos-bravos e veados. E aconselharam-no a que mudasse de caminho, senão...

– Senão, quê?... – perguntou com altivez o rei, julgando-se ofendido com tamanha audácia.

– Senão – responderam os conselheiros –, buscaremos rei que nos governe com justiça, e não deixe correr os negócios à revelia para passar o tempo em montados, à caça.

Ora, hoje, devia pensar nisso o sr. D. Carlos, nós já não buscaremos *outro rei*; e quando tivermos de bater o pé em frente de sua desleixadíssima majestade, será para lhe apontar a porta da rua, para que sua majestade venatória nos livre da sua importuna e irritante presença.

Mas o sr. D. Carlos, como dissemos, obedece à fatalidade que pesa sobre a sua raça. A Casa de Bragança atrelou a nacionalidade portuguesa ao carro triunfal da Inglaterra, só para que esta lhe mantivesse o trono através de todos os perigos. A Casa de Bragança não poderá, pois, reinar mais, porque estabeleceu sobre nós um senhorio alheio.

Nesta conformidade, o dever da nação inteira seria de expulsar sem mais demora essa Casa criminosa, e reassumir a sua soberania, legislando em sua casa, sem dependência de senhores.

Fez isto a nação portuguesa? – Não.

A nação tem, pois, faltado ao cumprimento do dever, e, enquanto se não lavar por uma revolução purificadora, ela será tão criminosa como o seu rei, e compartilhará da infâmia que pesa sobre a dinastia.

Os Debates, n.º 725, 29 de Outubro de 1890

Congresso do Partido Republicano

Abre amanhã o 4.º Congresso do Partido Republicano Português.

As circunstâncias excepcionais em que esta reunião se efectua dão a este congresso uma importância extraordinária. O país atravessa neste instante uma

dupla e temerosa crise financeira e política, uma tremenda crise nacional, que exige remédios heróicos e que obriga o Partido Republicano a pensar seriamente nas gravíssimas responsabilidades que lhe cabem.

Vemos com prazer que ao congresso vieram elementos novos e dos mais valiosos pela sua capacidade intelectual, pela sua situação e pelos esforços que são capazes de fazer em favor da pátria. De há três anos para hoje operou-se no país uma transformação profunda, e desse facto resulta também que o congresso de 1891 tem uma feição diversa da do Congresso de 1887.

O exército republicano foi robustecido com adesões das mais importantes e prestimosas. Homens que ainda há pouco toleravam a Monarquia, e que representam tudo o que de mais valioso existe no país, são hoje partidários dedicados da República, e estão prontos a tudo, absolutamente tudo, para salvar o país.

O Partido Republicano, que até 11 de Janeiro do ano passado foi principalmente um agrupamento de propagandistas, é agora – pela força das circunstâncias – um partido revolucionário. É um partido revolucionário, e não pode ser outra coisa neste momento, sob pena de faltar ao cumprimento dos seus deveres e de falsear a sua missão histórica.

Não queremos com isto dizer que aqueles que tiverem de conduzir à vitória o nosso partido devem inspirar-se em jacobinismos irreflectidos ou em impulsos tumultuários, que são sempre nobres, mas que muitas vezes são inconvenientes por inoportunos. O que queremos, o que julgamos que todos querem, é que o Partido Republicano trabalhe de um modo eficaz na obra revolucionária, lançando-se resolutamente e seriamente neste caminho, visto que não tem outro a seguir para evitar ao país tremendos desastres.

A transformação que no ano funesto de 1890 se operou em Portugal obriga o Partido Republicano a mudar de processos e a trabalhar com outras armas para derrubara Monarquia. Até Janeiro deste ano, bastava-nos a palavra dos nossos oradores parlamentares, a pena dos nossos jornalistas, o voto dos nossos correligionários. Hoje, tudo isso é insuficiente. A Monarquia não cai ante a palavra dos deputados da extrema-esquerda. O sr. D. Carlos não cede ante a lógica dos nossos artigos. A realeza escarnece das votações republicanas, por maiores que sejam.

É, portanto, indispensável empregar outros argumentos *mais convincentes* para que o sr. D. Carlos vá para o exílio com as responsabilidades da sua dinastia, que deixa na história pátria um nome abominável.

Estamos em um período de crise, cujas dificuldades e perigos todos vêem, e que o Partido Republicano tem obrigação de resolver ou evitar.

O congresso que amanhã se reúne, e no qual são brilhantemente representadas todas as forças vivas do nosso agrupamento, pode fazer muito, e vai sem dúvida fazer tudo o que puder, para dar ao Partido Republicano a orientação que é indispensável que tenha.

Todos os congressistas conhecem quais são as condições políticas e financeiras em que a nação se encontra. Sem prurido retórico, pode dizer-se que estamos à beira de um abismo.

Sob o ponto de vista financeiro, estamos em tais condições, que já o governo

desce a hipotecar os rendimentos do Tesouro, colocando assim a nação em condições análogas àquelas em que o Egipto se tem encontrado desde 1876.

Pelo que respeita à nossa administração interna, ninguém desconhece o sudário de torpezas e misérias que a tem caracterizado.

Temos, além disso, uma situação externa deplorável, que nos expõe aos mais graves desaires e que é a consequência dos erros e das traições da Monarquia.

Urge, portanto, actuar com energia, e ao congresso cumpre adoptar as providências necessárias para que o Partido Republicano mude de vida e para que nos lancemos resolutamente no caminho para o qual os acontecimentos nos impulsionaram.

Os Debates, n.º 780, 3 de Janeiro de 1891

Socialismo

Está reunido em Lisboa um congresso operário, no qual se têm feito significativas demonstrações de que Portugal tem, como todas as nações cultas, de contar com a propaganda e com a acção do socialismo.

Não sabemos o que as classes conservadoras pensam destas afirmações, que de dia para dia são mais firmes e eloquentes. O que, porém, nós lhe asseveramos é que são imprudentes e loucos aqueles que pretenderem resistir à onda crescente do socialismo, que caminha e se avoluma, por isso mesmo que se baseia num grande princípio de justiça.

A Revolução gloriosa e fecunda do século passado transformou, é verdade, as bases do direito público e abateu uma oligarquia. Sobre os destroços de um passado de negras opressões e de tirania abomináveis, levantaram-se, contudo, novas oligarquias, medraram pequenos despotismos e, sobretudo, o do capital, que tem levado o seu egoísmo aos mais extremos requintes de crueldade.

Por motivos diversos, e devido às condições da indústria moderna, com os seus progressos assombrosos, que parecem tender a suprimir o trabalho do homem, nas sociedades modernas vêem-se, de um lado, os felizes rodeados de conforto, enquanto, do outro, estão os párias, os deserdados que não tiveram, como aqueles, quem lhes legasse tesouros acumulados, e que nem sempre conseguem obter trabalho para alimentarem a vida a que têm direito incontestável.

Deste antagonismo de situações resulta um conflito de interesses, do qual tem por força sair triunfante o maior número, que é o dos operários, que é o daqueles que dia a dia lutam corajosamente para transformarem em utilidades o esforço do seu braço ou da sua inteligência.

Está a elaborar-se uma nova transformação do direito público.

O alvorecer do século XX terá cintilações desconhecidas. Há-de inevitavelmente assinalar-se um novo período na civilização europeia, porque tem de marcar o complemento indispensável da obra revolucionária do século que nos precedeu.

Há grandes injustiças sociais a corrigir e direitos sagrados a fazer respeitar. É para essa missão que converge toda a energia dos socialistas sinceros, cuja força

ninguém pode desconhecer.

Há, porém, divergências profundas acerca do meio prático de que o socialismo deve lançar mão para fazer vingar as reivindicações das classes trabalhadoras. Entende uma escola que o Partido Socialista deve abstrair da questão de forma de governo, enquanto outro, mais avisada, mais lógica e cientificamente melhor inspirada, julga, pelo contrário, que o socialismo de estado será sempre uma mentira, enquanto o poder representativo do estado não tiver uma origem democrática conforme com os princípios democráticos por excelência, que são a base do socialismo.

Esta divergência, que lá fora tem provocado largas discussões, manifestou-se igualmente entre socialistas portugueses.

Temos também entre nós quem esteja possuído da ilusão de que o socialismo pode fazer vingar as suas aspirações mesmo dentro de fórmulas políticas atrasadas, que *de per si* constituem uma negação dos princípios socialistas. Parece que é esta a escola que domina a maioria da assembleia, agora reunida no Palácio Municipal, e a cujos trabalhos sinceramente nos pesa não ter podido assistir.

A opinião dessa maioria do congresso não resiste, porém, à análise. Não obstante o socialismo de estado de Bismarck e daqueles que o têm imitado, a verdade inegável é que as reformas sociais indispensáveis para se corrigirem as injustiças, de que o congresso se queixa, assentam em princípios incompatíveis com qualquer privilégio. Ora, a Monarquia tem no privilégio os seus alicerces, e, admitido esse privilégio, teríamos de aceitar todos os outros que desse derivam e que tanto oprimem e irritam aqueles que trabalham.

Não compreendemos a existência de socialistas monárquicos, nem podemos admitir que o socialismo transija em princípio com a existência de um regime que tem interesses e ideias absolutamente opostos aos das massas populares, que se agitam e convulsionam contra toda a ordem de privilégios.

Por um calculado oportunismo, alguns governos monárquicos têm, é certo, *transigido* com uma parte significativa das reivindicações operárias. Quem haverá, contudo, que não veja que a Monarquia só pode, nos pontos sérios do programa socialista, fingir que transige? Pois, se ela tem a defender-se da intervenção desafogada e directa das massas populares no governo, para desse modo evitar a República, como há-de favorecer a propaganda socialista, que visa a conquistar a aplicação dos mais extremos princípios da democracia que fazem vibrar essas multidões?

A incoerência dos pseudo-socialistas, que aceitam a Monarquia, é manifesta. Ou declaram guerra a todos os privilégios e a todas as tiranias políticas e capitalistas, e nesse caso têm de defender a forma de governo republicano, como meio indispensável para a consecução dos seus ideais, ou deixam de ser socialistas.

Os Debates, n.º 785, 9 de Janeiro de 1891

Um ano depois

Completa-se amanhã um ano depois que a Inglaterra nos fez a cruelíssima afronta. As misérias e as desgraças deste ano terrível deixaram uma dolorosa impressão

em todos os espíritos sinceramente patrióticos. Devido a uma política miserável, de traições políticas e de mesquinhas pugnas pessoais, passámos por humilhantes vergonhas e foi em vão que os portugueses sinceros e honrados trouxeram à praça pública o ruído da sua indignação e das explosões do seu patriotismo.

Divorciado do país, o poder constituído não se inspirou na opinião pública e persistiu em manter uma aliança dinástica, altamente nefasta e em extremo deprimente para um povo livre.

Aos protestos honrados da nação inteira, que se levantou num ímpeto de desespero, a pedir que ao menos se fizesse um esforço violento para se manter a honra nacional, responderam o rei e o seu governo com o pacto infamíssimo de 20 de Agosto.

Devido a essa traição, e à imprevidência tradicional e criminosa da Monarquia, pelo que respeita aos nossos domínios ultramarinos, encontramos hoje numa situação verdadeiramente triste.

Como há um ano, amontoam-se nuvens sinistras no horizonte da nacionalidade portuguesa. São cada vez maiores os perigos que nos ameaçam, e será preciso muito vigor, muita energia e muito patriotismo para os conjurar.

O conflito luso-britânico, que o gabinete progressista não soube evitar, e no qual, apenas declarado, não teve coragem para manter com firmeza o brio nacional, tornou-se para nós mais grave depois da infâmia de 20 de Agosto. Veio ainda concorrer para nos colocar mal a abdicação do *modus vivendi*, pela qual o governo do sr. João Crisóstomo concedeu arbitrariamente ao inimigo vantagens que nunca lhe deviam ser concedidas nas condições em que o foram.

Surpreendida pela brutalidade inglesa, a Europa manifestou-nos depois de 11 de Janeiro a sua mais viva simpatia e juntou os seus protestos aos do povo português contra o *ultimatum* estranho e insolente com que a Inglaterra provocou as nossas cóleras. Depois de tudo o que se tem passado, é, porém, difícil saber se, amanhã, a Europa estará de novo ao nosso lado, com o seu valioso apoio moral, se a Inglaterra nos vibrar algum novo insulto.

Voltando para Portugal a sua atenção, no momento em que o povo pedia nobremente a desafronta, as nações nossas irmãs enviaram-nos a expressão da sua simpatia e o seu aplauso.

Vendo, porém, a breve trecho, que os protestos da opinião portuguesa indignada se esgotavam como manifestações de um ataque de histerismo, vendo que a nossa energia não chegava para salvar a liberdade que um governo infame atraçoava, a Europa deve ter sentido, e sentiui, uma desilusão que nos não engrandece aos seus olhos.

Caímos, no seu conceito, desde que tolerámos a política traidora dos regeneradores, que nos humilharam aos pés de Lord Salisbury, e que, para consumarem a sua obra miseranda, suprimiram as liberdades públicas.

Por muito doloroso que seja fazer esta confissão, é necessário não a calar no momento em que temos de fazer o balanço de um ano de desgraças, cuja série parece não estar ainda terminada.

É preciso ter a coragem de confessar todas as faltas e erros cometidos, para que

no futuro não possamos cair em faltas e erros análogos que agravem os nossos males e que completem a nossa ruína e o nosso descrédito.

*

O *ultimatum* de 11 de Janeiro devia ter produzido a quebra da aliança inglesa, que tantos sacrifícios e tantas vergonhas nos tem custado.

A Monarquia persiste, porém, em nos manter jungidos ao trono da Grã-Bretanha!

Esta persistência ultrajante para o brio nacional deve inspirar ao povo português actos de força e de audácia, a fim de assegurar a sua honra comprometida.

As medidas que o governo regenerador adoptou para sufocar as liberdades públicas visavam evitar que a nação se insurgisse contra a tutela britânica, e o tratado de 20 de Agosto era a consagração dessa tutela.

Não sabemos o que será o tratado que hoje está sendo negociado entre o governo de Portugal e o ministro Petre. O que, contudo, pode assegurar-se, em vista de todos os precedentes históricos da Casa de Bragança, é que o sr. D. Carlos não hesitará em sacrificar o que lhe pedirem para não alienar a protecção da rainha Vitória.

Acima de tudo antepõem-se nas regiões oficiais os interesses mesquinhos da realeza. Não há sentimento de patriotismo que nas antecâmaras do Paço, onde se delineiam as bases da nova negociação, resista às conveniências da Coroa, que vê fugirem-lhe os últimos restos de força no país, e que, por isso mesmo, carece do apoio de forças estrangeiras para se defender e para, se puder, estrangular a vontade nacional.

Não pode haver a menor dúvida a este respeito. Há um ano que a realeza está lutando com a nação para ser agradável à Inglaterra. Há 250 anos que está atraindo a pátria, em proveito da potência tradicionalmente inimiga, que se tem aproveitado das nossas desgraças e da degenerescência dos descendentes de Nuno Álvares, para nos roubar sempre e cada vez com maior insaciedade.

O reconhecimento desta verdade lançou a grande maioria da parte pensante do país no exército republicano. Deve-se essa transformação repentina ao começo da expiação terrível das faltas e crimes da Monarquia, erros e crimes que produziram todas as desgraças de 1890 e que estão ainda destinadas a produzir muitas outras.

A Monarquia expôs a nação a tremendos desastres. Entrou, por isso mesmo, no seu período de agonia em 11 de Janeiro do ano passado, quando mais dura e cruel começou a sua expiação de 50 anos de loucura, de dissipação, de torpeza política...

O país, vendo-se então sem armas, sem força, sem prestígio, com os seus domínios inteiramente abandonados, e até sem poder defender o porto de Lisboa, voltou-se para os republicanos e aderiu ao seu ideal patriótico. Não basta, porém, que a opinião abandone a Monarquia.

Para que não volte outro 11 de Janeiro, é preciso que a nação se compenetre dos seus deveres, e corte todos os abusos, puna todos os crimes e dê provas inequívocas do seu civismo, fazendo todos os enormes sacrifícios que a nossa situação exige.

O passado deve servir-nos de lição para o futuro, sob pena de sermos uma nação irremediavelmente perdida.

Os Debates, n.º 786, 10 de Janeiro de 1891

A solução republicana

A constituição do governo que hoje dirige os negócios públicos foi uma esperança para muitos. Não faltou quem julgasse que ia ser iniciada uma época de moralidade intransigente, de respeito pela lei e de justiça cega e implacável.

Ignoramos se há ainda quem continue a alimentar essas esperanças, se ainda existem ingénuos que julguem possível dentro da Monarquia a transformação radical dos processos de administração pública que nos colocaram a braços com dificuldades quase invencíveis.

O que, todavia, sabemos é que – embora alguns dos actuais ministros não tenham colaborado em larga escala na obra de corrupção que arruinou e desmoralizou o país – o governo actual não corrigiu nenhum dos vícios fundamentais da política portuguesa, manteve todos os escândalos, patrocinou a imoralidade existente, desenvolveu-a nos ministérios da Fazenda e das Obras Públicas, onde têm vindo à supuração novos actos de imoralidade, tem sancionado todos os abusos dos seus predecessores e, tendo feito tudo isto, não consta ainda que resolvesse nenhum dos problemas que preocupam e perturbam o país.

Que benefícios poderemos, pois, esperar da Monarquia?

A experiência demonstrou, agora mais uma vez, e de um modo evidente, que a causa dos nossos males está nas instituições e não nos homens. É um erro supor o contrário. Apesar da boa vontade de alguns dos ministros, não obstante reconhecerem todos que é impossível continuar-se pelo caminho que temos trilhado, e que nos conduziu à beira de um abismo, não se fez nada para travar a roda dos desperdícios, para corrigir males que põem em risco o nosso futuro.

Constitui-se um Ministério de Salvação Pública e, afinal, o seu papel restringiu-se a cruzar os braços ante a imoralidade que por aí vai, confessando-se deste modo absolutamente impotente para levar a cabo a obra que se propôs executar.

Nestes termos, a solução republicana impõe-se como absolutamente necessária para se evitarem novos desastres. O mal não está nos homens, apesar de muitos se terem perdido no meio moralmente deletério que a política monárquica criou. Está nas instituições, que têm interesses opostos aos do país. Está na Monarquia, que tem a responsabilidade de crimes enormes e que não pode viver senão estrangulando o sentimento nacional, que lhe é hostil.

E nem isto deve surpreender ninguém.

Por muito vulgar que seja dizer-se que o que nos faz falta são homens de carácter, que em caso algum transijam com a imoralidade, o que é certo é que os factos demonstram que essa banalidade não exprime nenhum juízo crítico verdadeiro.

A natureza das instituições políticas de uma nação não é nem pode ser indiferente às manifestações da sua vida pública, por isso mesmo que essas instituições devem ser sempre o resultado do modo de sentir e pensar da sociedade em que vivem. Desde que não se adaptem perfeitamente à orientação intelectual do povo a que estão aplicadas, há um desequilíbrio que, antes de tudo, se manifesta por graves perturbações morais.

Não há poder fraco que não lance mão da corrupção para dominar. Hoje, que

os reis não podem pensar em esmagar as opiniões adversas usando para isso da força discricionária, esse é o último e o melhor recurso de que o poder enfraquecido lança mão para prolongar a existência.

Em Portugal temos visto esse fenómeno de um modo que não admite a menor dúvida. A Monarquia tem corrompido incessantemente, e este governo, como os transactos, não pôde opor nenhum dique à onda de devorismo que impele a nação para os dias de inevitável desventura.

Apesar das qualidades de alguns actuais ministros, podemos mesmo asseverar que quando caírem deixarão mais acrescentada imoralidade governativa.

É inevitável.

A última esperança dos que esperavam grandes coisas deste ministério há-de desfazer-se por completo, deixando no espírito daqueles que se iludiram apenas um arrependimento amargo por terem feito ao país o mau serviço de não aderirem há mais tempo ao Partido Republicano.

Só os cegos de entendimento ou os especuladores persistem no erro, contrariando os interesses nacionais e sufocando a voz da sua consciência, que não pode ditar nenhum acto de dedicação pela Monarquia agonizante.

Os Debates, n.º 799, 26 de Janeiro de 1891

Carnaval político

Agora que o Entrudo avizinha, com a sua costumada e suja bagagem de patranhas e embustes, naturalmente cada um de nós reconhece, sem o menor esforço, que, desde o seu advento ao poder, o actual governo não tem feito senão manter-se em constante e perfeita mascarada.

Salta aos olhos. Sobraçaram eles as pastas e aceitaram a imposição da canga do poder, com ar constrangido e sofredor, vergando os ombros, baixando os olhos, como quem, por amor do país, se impunha um sacrifício; e a opinião pública, tocada de tão nobre e alta isenção, acolheu-os com uma benevolente simpatia.

Vieram depois estes novos sete catões de pacotilha, e, em solene fala do trono, anunciaram que iam finalmente iniciar essa era de moralidade, economia e justiça, por que tão ansiosamente suspira o país, vilipendiado e pobre. A engrenagem da administração pública ia ser subordinada a um novo sistema, e as mesquinhas intrigalhas da política – seriam! – iam ser inexoravelmente sacrificadas e esmagadas ante os ditames do mais intransigente respeito pela lei, da mais cega e inteira imparcialidade.

A opinião pública acreditou-os ainda. Na sua famélica avidez de honestidade e de vida nova, o país, facilmente acreditando o que tão ardentemente desejava, fiou dos novos salvadores de alçapão o cuidado e a floria do renascimento e da vindicta nacional.

Como corolário, expectativa benévola em toda a linha, conselhos, ofertas, adesões, estímulos – todas as sãs energias, todas as santas aspirações de um povo esmagado, convergindo, num ímpeto unânime de revolta e de brio, para o mesmo

ideal de reabilitação e desafronta.

Mas afinal, hoje, temos de reconhecer dolorosamente que fomos burlados mais uma vez!

O actual governo, tendo tomado conta do poder em condições excepcionalmente propícias ao desenvolvimento de medidas de alcance e de largueza, não teve alma ainda de corrigir o mínimo dos vícios fundamentais da política portuguesa. A obra de corrupção monárquica persiste, latente um bocado, é verdade, mas nem por isso menos eficazmente perniciosa. A imoralidade mantém-se; novos escândalos vão mesmo, muito à socapa, supurando. Tirante o Ministério da Guerra, o único ainda assim em que um certo desejo de cortar a direito e de acertar se tem manifestado, nos outros todos, ou tem sido aumentada a despesa, ou arbitradas novas gratificações, ou, com frequência e despalte, criada conezias novas. Desde as bizantinas deslocações e contradanças, havidas com alguns membros do pessoal superior das alfândegas, até à criação de um telegrafo para uso das lebres de Parada de Gonta, é ver; a série dos desperdícios já não vai pequena.

Na Fazenda, enquanto o ministro, azamboado e hesitante, não acha força para abalançar-se ao ensaio de uma emissão directa de títulos, por conta do Estado, anda em volta do Tesouro, zumbindo e enredando, *pesinteressadamente* (!), a alcateia sinistra dos vários judeus da finança, esses insaciáveis vampiros das nossas últimas migalhas.

E os ingleses arvoram no Chipre, impunemente, a sua bandeira, anunciam que o futuro tratado há-de por força ser pior que o de 20 de Agosto, impõem a sua vontade ao modo de proceder do nosso parlamento, e, insolentes e soberbos como sempre, desprezam, esmagam, calcam, insultam.

E o governo, impotente e apático, em perfeita mascarada.

Côncio da própria debilidade, cruza os braços. Supusemo-lo um deus, e saiu-se um manipanso. Fraco e grotesco. Pediu fatos à *Liga* e mascarou-se de *salsa*. E aí o temos agora, feito *xexé*, de monóculo de aro de folha e colar de réstias de retalhos, tornado o escárnio e o brinco dos ingleses, o ludíbrio e a lástima da Europa, e o desespero dos patriotas sinceros.

Entretanto, o país, sonolento e tranquilo, mais uma vez parece caído no seu criminoso e fatal *lazzaronismo*.

Veio o suprimento de uns tantos milhares de libras, estendeu-se a cataplasma do *modus vivendi*, atamancaram-se por uns meses as coisas – e agora o incorrigível boémio, satisfeito e descuidado, tornou-se a estender de ventre ao sol, regaladamente.

Pregado na inércia da sua feliz indolência, nem sequer enxota o daninho mosqueteiro dos sindicatos, que de roda lhe ferroam e o sugam, num desespero.

E não há meio de se convencer este pobre e amado país de que vai assim resvalando, breve e rápido, para uma irremediável ruína!

O juízo optimista e falsíssimo que a maioria da nação forma do estado económico, político e social das suas forças, lembra estas feias máscaras que as crianças põem, para meter medo umas às outras. Elas arranjam carantonhas ferozes e terríveis, mas através dos buracos dos olhos lá se vêem brilhar jovialmente os seus olhos travessos.

O pior é que daqui a pouco, na liquidação final, quando já não houver remédio, quando a morte vier iminente e a derrocada tenha sido completa, então, para desprezo e escárnio das nações cultas, a imagem do nosso país será bem diversa.

Olhos macerados, mortais de desprezo, luzindo lividamente através da máscara mais jovial...

Os Debates, n.º 802, 29 de Janeiro de 1891

Partido Republicano

Estão na imprensa monárquica e nos jornais republicanos as provas irrecusáveis de que à Monarquia e só à Monarquia pertencem todas as responsabilidades da situação aflitiva em que o país se encontra.

Os defensores do Partido Progressista – com o actual ministro da Fazenda à frente – fizeram a crónica fulminante do regime *fontista*, que imprudentemente dissipou os dinheiros públicos em proveito dos especuladores que, com o rótulo do *fontismo*, se apoderaram da direcção superior dos negócios do Estado.

A epopeia escandalosa dos latrocínios da Penitenciária e de mil outros grandes atentados, como o do campo de manobras e das estradas e caminhos-de-ferro feitos pelo quádruplo do que deviam custar, bem como a história da voracidade da realeza, que em festas e actos de ostentosa dissipação absorvem milhares e milhares de contos – tudo isso está feito de um modo brilhante nas colunas das folhas progressistas e, mencionadamente, nos artigos em que o sr. Mariano de Carvalho flagelou o poder pessoal do rei, quando no *Diário Popular* escrevia livre de ligações com os sindicatos de aventureiros, que o enriqueceram a ele e que acabaram de arruinar a nação.

Essa propaganda, que foi honrada e que foi digna, feita pelo actual ministro da Fazenda para desacreditar e esmagar a dissipação *fontista* e palaciana, deixou documentos preciosos que de *per si* bastam para justificar todos os protestos do Partido Republicano contra a corrupção governativa. Deve-se mesmo à campanha progressista de 1878 uma grande parte do êxito que a democracia portuguesa encontrou logo no começo da sua existência, e seria negra ingratidão negar este facto.

O sr. Mariano de Carvalho e alguns dos seus correligionários, que hoje desempenham o papel de servidores do paço, evidenciaram ante o país o que ele devia ao regime monárquico. Mostraram-lhe como o rei e os seus ministros precipitavam a nação para um abismo de onde dificilmente poderia sair sem fazer prodígios de heroísmo. Trouxeram para a arena das discussões públicas – e nisso prestaram um alto serviço – toda a corrupção que se escondia sob as aparências da fraude constitucional em que temos vivido.

E o actual ministro da Fazenda não viu então que os republicanos defendessem a voracidade regeneradora, ou que viessem a público afirmar que o rei D. Luís não merecia as acusações tremendas que no *Diário Popular* e em outras folhas lhe foram feitas.

O sr. Mariano de Carvalho encontrou, antes, ao seu lado todos os que já nesse tempo combatiam a Monarquia, que o *Diário Popular* desacreditava.

Com que direito vem, pois, o actual ministro da Fazenda afirmar que o Partido Republicano Português tem também responsabilidades na situação em que o país se encontra?

Penitencie-se por ter renegado as suas tradições para enriquecer, ou diga que preferiu servir a corrupção que combateu, a pugnar pelos interesses nacionais, mas não procure repartir as suas responsabilidades, e as dos seus correligionários, com o impoluto Partido Republicano, que sempre combateu implacavelmente os mesmos abusos que o *Diário Popular* fulminou nos bons tempos em que esta folha defendia os interesses nacionais.

Mais ainda.

A crónica da imoralidade progressista está feita também nos jornais regeneradores.

Os detalhes tenebrosos das empreitadas de estradas, das obras do porto de Lisboa, da outra *metade*, dos empréstimos escuros e das festas régias, em que o sr. José Luciano devorou milhares de contos, tudo isso e muito mais foi historiado pela imprensa regeneradora.

E viu, acaso, o actual ministro da Fazenda que o Partido Republicano se collocasse ao lado dos ministros que os regeneradores e a consciênciã pública acusavam?

Ninguém presenciou tal vergonha.

Quando os governos do rei lançavam sobre o contribuinte encargos superiores aos recursos da nação; quando acumulavam empréstimos sobre empréstimos, sem repararem nas consequências dessa loucura; quando, para falsificarem a expressão da vontade nacional, corrompiam eleitores com dinheiro tirado dos cofres públicos; quando, a fim de alimentarem o fausto régio, reconstruíam palácios, subsidiavam viagens principescas e pagavam dívidas da Coroa com o dinheiro arrancado à miséria pública; quando, enfim, cavavam o abismo à beira do qual nos encontramos, o Partido Republicano combateu sempre nos comícios, na imprensa e na urna toda essa dissipação que nos comprometeu.

Por isso mesmo foi acusado. Os que supunham que nunca chegaria o momento tremendo da expiação de todos os erros e crimes da administração monárquica de largos anos apontavam-nos como maldizentes, que um facciosismo intolerante levava a agredir tudo e todos.

Com que direito, com que fundamento, é, portanto, que vem dizer-se que o Partido Republicano tem responsabilidades no actual estado de coisas?

O nosso partido combateu sempre a corrupção que nos arruinou; previu que a Monarquia nos arrastava à bancarrota, que agora está próxima, e nunca deixou de o dizer lealmente ao país.

É, pois, à Monarquia que cabem as responsabilidades da situação desgraçadíssima em que Portugal se encontra.

Basta ler a história dos sucessivos ministérios que no poder se têm revezado, para desde logo se ver que não foi tal com os melhoramentos públicos que se arranjou uma dívida de 700.000 contos e um *deficit* financeiro anual que já deve agora atingir a 20.000!

Muitíssimos melhoramentos se podiam ter feito com vantagem e sem perigo de

ruína, se os rendimentos da nação tivessem sido bem administrados, e se não fosse pedido dinheiro ao Crédito senão para serem satisfeitas imprescindíveis e legítimas urgências do Tesouro.

Mas contraíram-se empréstimos para corromper eleitores, para enriquecer galopins e especuladores, e para que à realeza nunca faltassem festas e prazeres.

É por isso que a nação está arruinada.

Quem ler a série de escândalos que temos apontado na secção que vimos publicando sob o título de “O preço da monarquia”, vê que os melhoramentos públicos feitos neste país – que nem possui escolas – podiam ser realizados com os rendimentos próprios do Tesouro ou pouco mais.

Foi, pois, a política do paço que nos colocou na situação quase desesperada em que nos encontramos, e que dentro de poucos meses há-de ser de todo desesperada, por não se encontrar mais quem empreste dinheiro para o pagamento dos juros da dívida pública.

A Vanguarda, n.º 168, 24 de Setembro de 1891

As finanças de Portugal

Fantástico, surpreendente, mirabolante, é, sem a mínima dúvida, o arrazoado financeiro publicado pelo *Tempo* no seu número de 27 do corrente, arrazoado que desvenda, aos olhos empoeirados do país, um amplíssimo horizonte de prosperidades, a brilhantíssima estrela de um saldo positivo no nosso orçamento!

E que exacta previsão das coisas, que superior clareza de vistas, que fagueiro optimismo, que consoladora visão aquela, para nós todos. Oh, portugueses!

Fulgente luminária que, como celeste revelação, projectou os raios da sua luz deslumbrante no espírito anuviado deste bom povo, levando-lhe a convicção de que, em presença de passageiras e superficiais dificuldades como essas de que tão imprópriamente nos queixávamos, e só provenientes de receios piegas, e duma deplorável fraqueza de espírito, pareciam assoberbar-nos, tudo passou... passou, como miragem desfeita pela acção poderosa daquele raio de génio, visto que tudo vai resolver-se com boas intenções, que há direito a esperar daqueles que, verdade seja, nunca as tiveram, até hoje, senão da pior espécie.

Assim, pois, oh, suprema felicidade, dispensar-nos-emos de sacrifícios tão dolorosos como o de bulirmos na arca santa das nossas grandezas, características da opulência, sob cujo regime fomos educados, e desse bem-estar, momentaneamente alterado, não pelas circunstâncias, que sempre foram as mais desafogadas, mas unicamente por um nervosismo irrecusável, visto que, como histéricos, somos atreitos a chilikues, quando nos falam em dívidas ou *deficits*, a nós, tão ricos, tão trabalhadores, tão bem governados por cavalheiros que sempre deram provas do mais fino senso económico, e de muita limpeza de mãos.

Não haverá, pois, necessidade alguma, como supunham os espíritos rasteiros e tacanhos, de reduzir despesas cuja conservação é a prova manifesta da nossa riqueza, tais como a lista civil, o subsídio a S. Carlos, as festas régias, a próxima eleição

municipal de Lisboa, as embaixadas, e as comissões ostentosas; pelo que, parabéns, muitos parabéns, viva a pândega, e haja gáudio em toda a linha!

Eis o que nos ia ocorrendo à proporção que líamos o precioso arrazoado do *Tempo*, quando uma voz cava, senão um verdadeiro piar de ave agourenta, brada, aqui do nosso lado: Mas, ó seu fulano, não será, porventura, esse artigo uma verdadeira cantata, uma finura do sujeito que o escreveu, com a mira de comer aqueles a cuja massa ele pretende deitar a unha, negra ou branca, que para o caso pouco importa a cor?

Homem, você, retorquimos nós, nos tempos que vão correndo, e visto que tem lume no olho, é muito possível que desse com o gato, e, sendo assim, seremos obrigados a reconhecer que o tal sujeito é um gajo que tem ideias de alto lá com ele.

E, realmente, prosseguimos, o facto de dar às receitas públicas uma cifra bastante elevada, e o carácter de seguras ou certas em vez de hipotéticas, e às despesas, teoricamente reduzidas, a feição de hipotéticas, em vez de certas, arranjando desta forma, com surpreendente facilidade, um lindo saldo positivo de mil contos de réis, do qual, só malvados pessimistas, desalmados difamadores do nosso bom nome de pessoas muito honradas, poderão duvidar; cujo saldo sirva de base sólida, de toda a solidez, para uma operaçõzita de uns 15 mil contos, pedidos emprestados, verdade seja que para nunca mais se pagarem, constitui, semelhante concepção, um rasgo de génio administrativo, próprio dessas fenomenais inteligências que, como a de Péricles, marcam um século na história.

E tem alguma coisa que objectar a este raciocínio, seu mocho de cipreste?

O outro embatucara, visto que todos se rendem à evidência das coisas, e a superioridade do talento que concebera semelhante ideia era incontestável.

E das duas uma: ou o homem do *Tempo* falava com o coração nas mãos, e muito há que louvá-lo por tão puras e santas intenções, ou teve em vista arranjar uma esparrela em que caísse a massa suspirada, e isso não é para desagradecer. Logo, o sujeito faz pela vida, sua e dos parceiros, com artes que não há que levar-lhe a mal.

De onde se conclui que os díscolos tão satanicamente malévolos que supõem uma receita, no actual exercício, de 37 mil contos, em vez de 43 mil, como afirma o *Tempo*, isto com o fundamento de grande diminuição nas contribuições directas, pela perda das vinhas, e das indirectas, pela diminuição de despachos nas alfandegas, invenções sem o mínimo fundamento; que calculem as despesas em 55 mil contos, em vez de 43 mil, como o dito sujeito proclama, isto na presunção de que as economias em despesas improdutivas serão nenhuma, e nas produtivas, como as do porto de Lisboa, sendo poucas, e improdutivas, como adiamento de encargos, mais agravarão as actuais circunstâncias do país; que imaginem sobrecarregado, por efeito do câmbio, em alguns milhares de contos, o pagamento dos juros no estrangeiro, e como resultado de tudo isto um belo *deficit*, só próprio de nações de primeira ordem, de 20 mil contos, apimentado com a linda indemnização com que nos mimoseará o arbitral de Berna, com a inconvertibilidade das notas, com o encerramento das lojas, cujos donos não resistem à crise comercial, com o descabelado encarecimento e falsificação dos géneros de consumo, com a exaustiva emigração, e mil outras achegas; que poder-se conceber a criminosa ideia da vantagem de um absoluto

descrédito, a ponto de não se apanhar um vintém emprestado, mantendo-nos fatal e rigorosamente adstritos aos próprios recursos, viva quem puder, morra quem morrer, depois de liquidados devidamente, e por todas as formas directas e indirectas, as tremendas responsabilidades de alguns, e não de todos, como pretendem fazer acreditar os que já se vão sentindo entalados no actual estado de coisas, que lançou numa voragem insondável dezenas de milhares de famílias, despovoando o país, que não pode proporcionar à sua população os meios de uma parca e miserável subsistência; é assim que a síntese de toda esta embrulhada será fatalmente um *deficit* pavoroso, sem meio algum de ser saldado, e depois?...

Convençam-se os que assim pensam, almas descaradas, senão perversas, que tudo se resolverá de uma forma brilhante, visto que o governo, com o simples trabalho de imprimir notas, dispõe de larguíssimos recursos, a ponto de se achar desafogado para criar embaixadas extraordinárias generosamente estipendiadas, para promover diariamente festas congratulatórias com as instituições monárquicas, essa verdadeira Providência, cuja missão tem consistido em salvar repetidas vezes o país das crises provocadas pelos erros do povo, que ainda não se revolveu a considerá-las como panaceia de todos os seus achaques, e que, como prova irrecusável da sua divina virtude, transforma, como por milagre, 20 mil contos de *deficit*, criado por imaginações doentias, senão criminosas, no brilhante fanal de mil contos de saldo incontestável, que vai atrair ao país um caudal de ouro estrangeiro.

Oh! Supremo gáudio

Pum!!!!...

A Vanguarda, n.º 175, 1 de Outubro de 1891

O ano de 1893

Abriu o ano de 1892 com a denúncia de que do Tesouro público haviam sido roubados milhares de contos de réis para socorrer bancos e companhias arruinadas por escandalosa e fraudulenta administração; começa o ano de 1893 com a notícia de que ao país serão exigidos mais 7.000 contos de impostos.

A crise de 92 foi a crise dos ladrões, a de 93 será a crise da fome.

Em 92, o país recapitulou tudo quanto conhecia em matéria de imoralidade e chegou ao convencimento de que, nas classes dirigentes, o impudor tocou o cúmulo, desde que um ministro declarou ter salvo o país da bancarrota, auxiliando banqueiros devassos e administradores concessionários.

No ano findo, os acontecimentos foram de tal ordem, que os períodos da sua história podem ser marcados por ladroeiras célebres. Foi roubado o Tesouro público, foram sancionadas com a impunidade as fraudes do Banco Lusitano, da Companhia Real, da agência de Évora e do Banco do Povo.

Apresentou-se ao parlamento a proposta de acusação contra um ministro e essa proposta foi rejeitada; invocou-se a intervenção do poder judicial contra os administradores de bancos e companhias, e todos eles estão impunes; reclamou-se o auxílio da polícia contra os gatunos de grande categoria e esses, parentes de ministros

ou influentes qualificados, passeiam livremente.

Declarados e comprovados os roubos, lançaram-se novos tributos e proclamou-se o calote nacional.

Absolvidos ou impunes os ladrões, deixaram ficar na Penitenciária o cabo Salomé e mandaram encerrar numa fortaleza doentia de África o jornalista João Chagas.

Não se repararam injustiças odiosas, mas redigiram-se decretos em que os envenenadores ficam ao abrigo da lei.

Em Janeiro de 92, governava um ministro que protegia ladrões; em Dezembro do mesmo ano, está no poder um ministro que defende assassinos.

O ano que findou foi fechado como tinha sido aberto, com uma gazua.

*

Vai começar o ano de 1893. Os poderes do Estado são como eram: incapazes de merecer a confiança do país. Há um governo nascido do arbítrio e um parlamento eleito pela fraude.

O governo é constituído por imbecis, entre os quais avulta o presidente do conselho; o parlamento é constituído, na sua maioria, por sindicatos denominados partidos constitucionais.

O governo gastou-se num ano de reformas insensatas; o parlamento vai desacreditar-se sancionando os actos do governo.

Como consequência da situação criada há muitos anos e constantemente agravada, os dois poderes políticos, em desacordo, por vezes, sobre questões de interesses pessoais, vão estar de harmonia num assunto de prejuízo público.

Com a esperança de continuarem no poder uns, outros com o desejo insofrido de lá subirem, todos os homens da Monarquia cerrarão fileiras para esmagarem o país sob a violência de novos impostos.

Isto não é uma previsão pessimista, é a convicção de um facto brevemente posto em evidência na sua dolorosa realidade.

A bancarrota já principiou, vai começar a fome!

Assim tinha de ser!

A miséria vai concluir o que o descrédito iniciou.

Os que não puderem emigrar, os que não conseguirem empregar-se, têm, individualmente, dois caminhos a seguir: roubar ou suicidarem-se. A estatística incompleta do ano findo, feita dia a dia no trabalho dos jornais, justifica, ainda assim, claramente as nossas palavras.

Cresce dia a dia o número dos que roubam para viver e dos que fogem à vida para não se desonrarem.

Em compensação, progride igualmente o número dos que vivem para roubar e dos que se preparam para estrangular de vez a nacionalidade portuguesa.

Oxalá que ao menos neste ano de 93 alguma coisa mude; referimo-nos à paciência do país.

É que, na realidade, tem sido demasiada a impassibilidade dos portugueses perante tantos crimes e à vista de tantas exigências violentas.

Um enervamento completo da opinião deixa suprimir as liberdades públicas, deixa assassinar lentamente condenados políticos, permite que entre os homens de bem passeiem os homens abjectos e criminosos de lesa-pátria.

A indiferença é de tal ordem, que parece que algum sindicato monstruoso tenta comprar o silêncio do povo como compra a consciência dos políticos. Será possível que a lama dos *panamás* consiga arrastar para a desonra, na sua corrente viscosa, a consciência de um povo, como tem arrastado a consciência dos seus dirigentes?

A Vanguarda, n.º 573, 1 de Janeiro de 1893

A indecente farsada Abstenção geral dos eleitores honestos – Xequo formidável para o governo em Lisboa e nas províncias – A mais torpe das eleições – O que faria um governo que tivesse vergonha

A batota de ontem redundou em um cheque tremendo para esse governo de especuladores reles que aí está a escarnecer do povo português e a subsidiar, à custa do contribuinte, os caprichos do rei, para que o rei os ampare.

Quiseram desempenhar uma comédia que iludisse o país e o estrangeiro e, afinal de contas, alcançaram em todas as assembleias do continente a mais espantosa pateada que um governo tem sofrido.

Se os actuais ministros tivessem um resto de pudor, se fossem dignos e honestos, compreendessem os mais elementares deveres de todo o homem público, fugiriam envergonhados do palco onde têm exibido as mais vergonhosas habilidades.

Mas a gente que governa a nação portuguesa está convencida de que tem o rei na barriga e de que Portugal é propriedade do sr. D. Carlos.

Forte com a confiança do monarca, sente-se com coragem para continuar a afrontar a opinião.

O povo português chicoteou-o, ontem, com o seu desprezo, deixando-o em uma deplorável situação, sem precedentes na nossa história política.

Como, porém, o governo não tem vergonha, não nos surpreenderá que esses ministros fiquem ainda no poder.

A abstenção das oposições, à qual só não se associou o desacreditado sr. Dias Ferreira, teve o enorme merecimento de provocar na urna a mais formidável exautoração que do governo podia ser feita.

Entregue às suas próprias forças, o governo debateu-se, esbravejou [*sic*], tentou fazer indecorosos acordos, e, por fim, encontrou-se numa situação miserável em toda a parte.

Nunca se desceu tão baixo. Nunca o desprezo público se acentuou dum modo tão formidável.

O País, n.º 18, 18 de Novembro de 1895

Ano novo, vida nova!

Vida nova para a nação!

Vida nova para o Partido Republicano!

Sem compromissos com um ou com outro grupo, sem apoiarmos este indivíduo contra aquele, o nosso papel dentro do Partido Republicano é atacar a Monarquia e defender a República.

A República nacional, sem transigências e sem vinganças, que seja a expressão da justiça e da vontade do povo.

É isto o que nós queremos, é isto o que quer a grande massa dedicada e sincera do nosso partido, que é, no fim de tudo, a maioria do país, cansada da Monarquia e esperando a cada momento que os republicanos, cheios de audácia e de enérgica altivez, digam finalmente a sua última palavra.

Dentro desta doutrina procedemos e, cômnicos do aplauso popular, exporemos aqui a norma do nosso proceder intransigente.

O ano de 1895 foi um ano de humilhações para o povo português e foi um ano quase perdido para os republicanos. Porque, para o nosso partido, pode hoje considerar-se trabalho estéril todo aquele que não tenha por fim exclusivo e imediato a acção violenta contra o poder que domina, esmaga e desonra a nação.

Perdemos grande parte do nosso trabalho na aliança com um partido que julgámos sincero na sua deliberação patriótica de marchar até onde a dignidade se impunha.

Chegados ao termo duma luta passageira, nós ficámos, porém, desacompanhados. O partido, que seguira pela estrada do dever que levava à revolução, recuou pela viela da subserviência que leva ao poder.

Não fomos repelidos. As nossas ideias é que afastavam os especuladores.

Assim nós, estamos bem. Estamos melhor do que nunca.

Da coligação liberal aproveitou-se conhecer que o país é contra a Monarquia. Não é tudo. Resta agora fazê-lo seguir o Partido Republicano pelas obras, já que com ele se encontra nas ideias. Para isso, basta decisão, coerência e honradez.

O nosso partido, sendo um partido nacional, dispensa o concurso de agrupamentos monárquicos. Para experiência, bastou o trabalho do ano findo; para desilusão, é escusado tentarmos, novamente, saber o que valem os homens da realza.

O nosso programa é este – republicanos com republicanos. A nossa bandeira não cobrirá, nunca mais, os servidores da Monarquia, que venham, descontentes, buscar o espectro vermelho para que o rei os chame ao poder. Não queremos, nem precisamos disso. Quem quiser vir para o nosso lado, há-de lutar pela República. Pela Carta Constitucional ninguém se bate, nem quer morrer. Seria um suicídio cómico e desprezível. Não temos nada com a Carta, nem queremos ter. É obra mentirosa de um aventureiro e, cumprida ou violada, só favorece o rei e os seus ministros contra a nação. Ora, a nação nem quer o rei, nem quer os seus ministros. Toleram-os, mas não os aplaude. Revoltar-se-á contra eles no dia em que o Partido Republicano, sem hesitações, desprezando perigos, sacrificando-se por todas as formas, levantar o grito

de guerra, que é a liquidação de um regímen que tem sido a desonra e a ruína de Portugal. É por isso que o Partido Republicano deve congregiar todas as suas forças e, por uma vez, decidir-se a avançar, sem se prender com pequenos incidentes políticos, que poderão fazer as delícias dos habilidosos impotentes, mas nem sempre são prova de coerência partidária.

Quem tiver medo, que vá para casa. Quem não quiser responsabilidades, nem quiser compromissos, que se afaste; quem não for digno seja expulso; quem não tiver valor, que se retire e deixe trabalhar aqueles que nada mais querem como prémio ao seu trabalho senão a revolução, que é o mais ardente desejo do povo, cansado da Monarquia, mas também fatigado de retórica epiléptica e politiquices saloias.

O Partido Republicano já não é hoje um agrupamento restrito de doutrinários e sonhadores. A cada passo, à mais leve iniciativa, encontra adesões e chama ao seu campo homens de valor. Haja em vista o trabalho dos nossos correligionários do Porto – único trabalho aproveitável e sério no ano que terminou –, por homens, na maioria novos para o partido, que rapidamente se impuseram, arrastando todo o Norte num movimento de adesão extraordinário à causa republicana. Para isso bastou audácia e desinteresse.

Constituiu-se a comissão de Coimbra, foi demitido, do lugar que ocupava, um dos seus membros, e ameaçados os professores republicanos. O que fizeram eles? Ficaram no seu posto de honra na Universidade de Coimbra, como ficaram os das escolas do Porto.

Este exemplo deu garantia da seriedade e da dignidade daqueles homens.

A intransigência e o desassombro, num facto simples, de ocasião, venceu mais que o palavreado de muitos meses. É disto que necessitamos: de gente que se sacrifique, que jogue os seus interesses e, quando for preciso, a sua vida.

Se queremos chamar o povo à rua, arriscando-o a ser metralhado, façamos-lhe ver que partilharemos da sua sorte. Sejam os que dirigem o Partido Republicano tão desinteressados, como os humildes e obscuros que na hora do perigo, ao nosso apelo, não-de aparecer a lutar, sem nos exigirem prémio, nem nos dizerem sequer o nome...

A Monarquia quer sustentar-se, custe o que custar, e o país segue, cada vez mais desgraçado, para a força da administração estrangeira.

Nas desgraças da pátria, o Partido Republicano terá tanta responsabilidade como os monárquicos, se não intervier energicamente, disposto a lutar até às últimas consequências.

É necessário agitar o povo, sacudir-lhe os nervos, torná-lo digno, cónscio dos seus direitos e defensor da integridade nacional. Para isso, o que é necessário?

Audácia e honestidade. Audácia para vencer, honestidade para consolidar a vitória.

Pensemos por uma vez no dever que nos é imposto, não só pela consciência e dignidade partidária, mas pela situação da pátria.

Marchemos para a República através de todos os perigos!

Quem tem medo, que se retire; quem quiser impedir os de boa vontade de seguirem o seu caminho, que seja desviado por bem ou por mal. Sacrificar um homem nada importa, quando se salva a pureza de uma ideia. Por um indigno que se expulsa,

aparecem muitos homens de bem, muitos hoje desconhecidos, para se juntarem aos que, sem desvairemento, mas com decisão, sigam o caminho revolucionário.

Repetimos o que dissemos no princípio: não temos compromissos com grupos ou personalidades do partido. O nosso jornal estará, pois, abertamente ao lado dos primeiros que, cheios de abnegação, despidos de conveniências, sem acordos, intransigentes e revolucionários, soltem o grito de guerra sem tréguas e sem medo, contra a Monarquia. É o que nós queremos e que o Partido Republicano exige. O ano findo, excepção feita do esplêndido trabalho de organização do partido, no Norte, foi para os republicanos e para a nação um ano quase perdido. Que se aproveite o que há de bom, que se congregue quem é sincero e quem tiver coragem, que a República será um facto. Para isso é que nós pedimos vida nova no Partido Republicano, que é o partido nacional.

Custa pouco e basta consegui-lo, para que estejamos certos de vencer.

O País, n.º 61, 1 de Janeiro de 1896

Lições da História

Condenação e enforcamento do general Gomes Freire

O assassinio do honrado patriota e grande militar Gomes Freire de Andrade, enforcado fora da torre da S. Julião da Barra, e o homicídio não menos infame dos liberais enforcados no Campo dos Mártires da Pátria, em 1817, encham algumas das mais negras páginas da história abominável da dominação estrangeira em Portugal.

Vem de muito longe essa dominação, que foi assegurada pelos primeiros reis da dinastia de Bragança e que continua a ser garantida por essa dinastia.

Vamos, porém, referir-nos a esse domínio em Portugal no começo deste século, e em especial ao monstruoso processo que o marechal Beresford urdiu para fazer matar na forca o general Gomes Freire, para que este patriota não pudesse dirigir o movimento de reabilitação nacional, que visava libertar-nos da tutela infamante do estrangeiro e a assegurar a liberdade.

É sabido que, tendo D. João VI fugido para o Brasil quando Portugal foi invadido pelos franceses, e havendo os ingleses vindo à nossa terra, sob pretexto de nos defender da invasão napoleónica, o governo de Londres exigiu de D. João VI que nomeasse Carr Beresford marechal-general do reino, e é igualmente sabido que este oficial foi o verdadeiro rei deste país enquanto aqui esteve.

Para que Portugal fosse uma simples feitoria do estrangeiro, era necessário que o povo português se prestasse a ser simplesmente um rebanho de escravos que se deixasse tosquiado submissamente. Por isso, tratou Beresford de destruir todos os fermentos de reabilitação patriótica e de, por todos os modos, assegurar o seu domínio, explorando avidamente a nação.

Ele, só à parte, recebia do Tesouro português 40 contos de réis por ano, e gastava muito mais com o seu estado-maior, todo constituído por oficiais ingleses.

Os pobres oficiais portugueses, repelidos do comando dos corpos e dos postos de confiança, sofriam as maiores privações. Porém, aos oficiais estrangeiros nada

faltava, e todos os dias passeavam em Lisboa em luzidas cavalgadas, atropelando o povo e afirmando por vários actos que estavam em país conquistado.

O povo, que via esses oficiais nas ruas praticando frequentemente as mais odiosas brutalidades, e não podendo admitir que os estrangeiros se deixassem ficar em Portugal como se fora casa sua, tendo, aliás, cessado a guerra com os franceses, que lhes serviu de pretexto para se apoderarem deste país, odiava profundamente tudo o que era estrangeiro.

No exército, aumentava também de dia para dia esse ódio patriótico.

Beresford não cessava, por isso, de dar caça a todos os liberais.

Um havia, porém, que ele temia especialmente pelo seu prestígio, pela sua capacidade militar e pela estima que todos os bons portugueses lhe dedicavam – o general Gomes Freire da Andrade.

Carecia, portanto, de o submeter ou de o eliminar.

Para ver se o submetia, aquele marechal convidou-o para um baile que dava no palácio onde residia. O grande patriota recusou, porém, esse convite.

O marechal ficou desesperado e jurou vingar-se. Visto que não podia fazer de Gomes Freire um instrumento da sua vontade, deliberou fazê-lo matar, porque o reputava um patriota perigoso.

Havia então em Portugal grande número de lojas maçónicas, nas quais se juntavam muitos dos que desejavam banir o jugo estrangeiro e assegurar os direitos do povo.

O nome do general Gomes Freire de Andrade era naturalmente apontado para a chefatura do movimento revolucionário e foi consultado por alguns dos membros duma sociedade de conspiradores acerca do que convinha fazer para salvar a pátria.

Sabendo que se planeava uma conspiração, um tal Pedro Pinto de Moraes Sarmiento procurou o marechal Beresford e denunciou-lhe tudo, contando-lhe como se tratava de o expulsar a ele e a todos os ingleses do governo de Portugal e do exército.

Beresford aconselhou o denunciante a que entrasse na associação para a conspiração com um seu amigo chamado João de Sá Pereira, para o irem informando do que se passasse.

Não foi difícil aos dois miseráveis, Sarmiento e Pereira, fazerem-se aceitar pelos conspiradores como inimigos de Beresford, e assim conseguiram apoderar-se das proclamações, instruções e mais papéis da conspiração, que entregaram a Beresford, a quem disseram que os principais conspiradores haviam conferenciado com o general Gomes Freire.

O estrangeiro ficou satisfeitiíssimo e combinou com os denunciante e espia a maneira de comprometer o general.

Forjaram documentos, alteraram todos os papéis impressos e combinaram até os depoimentos que haviam de levar à força o grande patriota e os chefes do movimento projectado.

Na tarde de 24 de Maio de 1817, recebeu Gomes Freire uma carta anónima, avisando-o de que nessa noite seria preso. Em vez de fugir, o general recolheu serenamente a casa mais cedo, e estava dormindo, quando, alta noite, lhe cercaram a casa com soldados e polícias e, arrombando a porta, penetraram no quarto de Gomes

Freire de Andrade, a quem um oficial inferior deu a voz de prisão.

Estranhando que de tal modo o prendessem, apresentou-se-lhe o ajudante do intendente da polícia, com uma ordem escrita do inglês Beresford, diante da qual o estimado patriota se entregou à prisão, sendo conduzido em uma sege à torre de S. Julião da Barra, onde o meteram em uma enxovia sem luz, húmida, fria e sem ar, sujeitando-o aos mais infames tratos.

Beresford ia vangloriar-se, praticando a mais revoltante das infâmias, escrevendo uma das páginas mais negras da história da dominação estrangeira em Portugal.

Contaremos amanhã o que se passou depois desta prisão e da prisão que ao mesmo tempo se efectuou dos eméritos conspiradores que haviam conferenciado com Gomes Freire e de outros que se atreveram a pensar da reabilitação da pátria, abandonada pelo rei D. João VI e explorada e governada por Beresford.

É útil esta narrativa, para que os homens de hoje saibam o que devemos aos aliados da Casa de Bragança e aprendam nos sacrifícios dos grandes vultos da nossa história a sacrificar-se também um pouco pela liberdade e pela pátria.

O País, n.º 214, 4 de Junho de 1896

Lições da História

A revolução de 1836 – Passos Manuel e a rainha D. Maria II

Visto que o governo e a corregedoria nos intimaram a não continuarmos a história do processo a que nos vínhamos referindo, por julgarem que essa narrativa, feita por tantos historiadores nacionais e estrangeiros, acenderia grandes ódios desde que fosse transcrita nas colunas d'*O País*, passamos a ocupar-nos nesta secção de um facto da mais alta importância na nossa história, que todos os democratas devem conhecer para nele aprenderem – **A revolução de 1836.**

Não tendo meio de resistir às ordens do governo, que tem ao seu serviço os tribunais, a guarda municipal, a polícia e o seu ferocíssimo e dúplice juiz corregedor, submetemo-nos, protestando contra essas ordens e contra a guerra que os governantes nos têm movido por variadas formas, encarcerando-nos, fazendo-nos espancar, ameaçando-nos, difamando-nos, suprimindo ou assaltando os jornais onde escrevemos, e praticando, enfim, os maiores abusos para nos submeterem, o que – com orgulho o dizemos – ainda não conseguiram e jamais conseguirão.

Não querem que nos ocupemos do assunto que vínhamos tratando nesta secção e até nos proibem de fazer o enunciado do processo que vínhamos extractando e apreciando?!

Pois bem: visto que impera o arbítrio em vez da lei e que nós temos pela nossa parte, por enquanto, só a força do direito, que em Portugal nada vale, enquanto os srs. Hintze e Veiga têm pelo seu lado o direito da força, não trataremos desse assunto que o sr. Hintze excomungou.

A tal estado chegou a Monarquia, que até já receia que a transcrição de algumas das mais comoventes páginas da nossa história em um jornal como *O País* possa prejudicar a sua política e ferir os seus interesses!

Enquanto não estiverem de todo proibidas na imprensa as transcrições históricas, nós prosseguiremos, contudo, ensinando ao povo como nações abatidas e desprestigiadas se têm salvado e reabilitado fazendo revoluções purificadoras, e como é relativamente fácil fazer essas revoluções patrióticas quando os bons cidadãos amam a liberdade e a sua pátria e são capazes de pôr um bocado de energia e de desinteresse na luta pelos seus ideais.

Compreendemos que os governantes se aflijam com estas *Lições da História*, visto que a Monarquia constitucional, vindo da Revolução, traiçooou a Revolução que lhe deu a vida, que levantou o trono em que o sr. D. Carlos se senta.

Mas nós estamos no nosso papel, cumprimos um dever e usamos de um direito, apontando ao povo os grandes factos da história portuguesa e estrangeira, que todos os cidadãos têm necessidade de conhecer para saberem avaliar o preço das grandes conquistas da democracia e para se habituarem à convicção de que a defesa dessas conquistas é uma elevada obrigação cívica, que muitas vezes impõe grandes sacrifícios, mas que só não é cumprida pelos povos corruptos.

É relativamente pouco conhecida a história da revolução de 1836.

Depois da vitória das armas constitucionais sobre o exército miguelista, o poder caiu nas mãos dos mais submissos reaccionários e dos mais corruptos, que enriqueciam deitando as mãos aos bens dos conventos, em grande parte saqueados em proveito pessoal da gente da Corte.

As figuras mais notáveis da revolução constitucional, como Mousinho da Silveira, de quem havemos de publicar nesta secção um perfil biográfico, eram votadas ao ostracismo, sendo o poder apanágio dos mais corruptos, dos mais ambiciosos, dos menos inteligentes, dos mais servis adutores da rainha.

O desprezo pela lei não atingia então o extremo requinte de impudor que hoje atingiu, mas vivia-se já sob um odioso régimen de arbítrio que a nação entendeu não dever tolerar.

Tomou a chefatura do movimento de opposição à rainha um grande e simpático vulto, Passos Manuel, que no exílio e no cerco do Porto havia conquistado a reputação de feroz demagogo republicano.

O seu radicalismo assustou muita gente. Os *cabeleiras*, que em vez de ideias tinham na cabeça apenas tropos e que queriam viver em paz com o paço, não gostavam do seu honrado radicalismo. Mas o calor da sua frase inflamava e a nitidez das suas ideias gerava poderosas convicções.

Passos Manuel foi, por isso, o chefe incontestado da Revolução de 1836, à qual ele deu todo o seu entusiasmo, toda a sua dedicação, toda a sua inteligência e um trabalho que assombra.

Em 1834, entrava nas Cortes, pela primeira vez reunidas por D. Pedro nesse ano, e aí, na tribuna, ocupou um dos lugares mais proeminentes, advogando inalteravelmente e com desafogada franqueza os bons princípios democráticos.

Foi o chefe do grupo denominado *oposição*, que em 1836 passou a denominar-se *setembrista*, quando também os seus adversários passaram a designar-se *cartistas*.

Os discursos por ele pronunciados impressionavam pelo calor da frase, pela

correção da palavra, pela eloquência tribunicia do eminente orador, que, sendo tribuno dos mais entusiastas, possuía também uma vasta capacidade e uma completa educação filosófica.

O seu prestígio crescente coincidia com o desprestígio progressivo da rainha e dos seus validos. O povo e as guardas nacionais viam com maus olhos que a Carta era rasgada pela rainha e que no palácio de Belém, residência de D. Maria II, só eram recebidos e ouvidos com agrado os mais ferrenhos partidários da autoridade exclusiva da Coroa.

A pouco e pouco, a nação tinha de novo caído no odioso regímen do livre arbítrio da suprema majestade, que trazia em sobressalto todo o partido liberal avançado. A supremacia das leis e da carta antepunha-se o princípio da vontade absoluta da rainha que se sentava no trono e o capricho daqueles que a rodeavam, e que entre si, à porfia, disputavam a honra de ser cada qual mais servil e reaccionário.

Veremos amanhã como a revolução se produziu e qual foi o procedimento da rainha D. Maria II.

O País, n.º 216, 6 de Junho de 1896

Lições da História

A revolução de 1836 – Passos Manuel e a rainha D. Maria II

Continuemos a mostrar ao povo com os exemplos da História quais são os meios revolucionários de que deve lançar mão quando a tirania e a corrupção o desonra.

Vinhamos descrevendo o estado de Portugal antes de se produzir a revolução de 1836.

A irritação havia-se generalizado por causa da falta de respeito dos governantes pelas leis. A guarda nacional, que era para o povo uma garantia e que, por isso, foi destruída mais tarde, andava irritada com a vitória cada vez mais insolente dos reaccionários.

Nos clubes, e especialmente no célebre clube dos Camilos, crescia a agitação.

Conspirava-se por toda a parte.

Concertado o plano da revolução e tendo o governo convocado as novas cortes para o dia 11 de Setembro, deliberou-se fazer o movimento revolucionário no dia 10, em que os deputados eleitos pelo Porto, os Passos, etc., chegavam ao Tejo no vapor que fazia a viagem daquela cidade a Lisboa.

Em uma reunião de patriotas, efectuada em casa do revolucionário oficial da guarda nacional Moraes Mantas, foi eleita uma comissão composta de Rufino José Garcia, João José Alves Freineda, F. Pereira Serzedelo, Jerónimo Ferreira Duarte, José Anjo Garcez, José Marques e Carlos das Dores Lourenço, para preparar a recepção.

Esta comissão abriu uma subscrição para as despesas das festas e resolveu que, não obstante os editais do governador civil, que proibiam o lançamento de foguetes e outras manifestações, se lançassem muitos foguetes logo que o navio chegasse à barra, mandar a bordo uma deputação com os deputados liberais que estavam em Lisboa para cumprimentar os deputados do Porto, e aguardar os viajantes no Terreiro

do Paço com músicas, uma das quais era a do batalhão n.º 15 da guarda nacional. Foi igualmente decidido que o cortejo se dirigisse ao largo das Cortes e que ali aclamasse a Constituição de 1822.

Os chefes do movimento revolucionário, Leonel Tavares, Cassiano Tavares Cabral, Soares Caldeira e Moraes Mantas, activavam pelo seu lado os trabalhos, para que ao grito de *Viva a Constituição de 1822!* fosse deposto o governo e obrigada D. Maria II a jurar essa constituição.

No dia 9, o governo mandou abrir uma devassa a respeito do que se havia passado em várias reuniões revolucionárias, proibiu a música do 15.º batalhão de tomar parte na recepção dos deputados do Porto, deu ordem para a prisão de todas as pessoas que levantassem vivas à Constituição de 1822 ou que lançassem foguetes, e adoptou grandes precauções.

O povo de Lisboa e a guarda nacional não se importaram, porém, com as medidas do governo.

Logo na manhã de 10, era grande a excitação em Lisboa, sendo as ruas atravessadas a cada instante por tropas, e convergindo para o Terreiro do Paço muita gente, que se mostrava disposta a tudo para salvar a liberdade.

Viam-se por toda a Baixa muitas patrulhas da guarda municipal e polícia.

Eram 3 horas da tarde quando se avistou o vapor *Napier*, onde vinham os deputados, subindo ao ar, então, milhares de girândolas de foguetes em toda a cidade, ficando a polícia desnorteada com esta primeira manifestação de desobediência produzida ao mesmo tempo em diversos pontos da capital.

As músicas tocaram o hino de 1820, que também era proibido, e romperam logo no Terreiro do Paço e em outros pontos muitos vivas à Constituição.

Às 4 horas, desembarcaram os deputados, e nesse mesmo instante entrou no Terreiro do Paço um batalhão da guarda municipal comandado por um coronel amigo da rainha. Como o povo continuasse a levantar vivas reputados subversivos, este coronel teve a audácia de gritar *Viva a rainha! Viva a Carta!*

Com tal fúria o povo se precipitou sobre ele, que o deitou do cavalo abaixo, tendo o ousado oficial de fugir, para não ser vítima da enorme multidão contra a qual a sua força era impotente.

O comandante da guarda municipal, que andava vendo se haviam sido cumpridas as suas ordens, foi colocar-se à esquina das ruas Augusta e dos Retroseiros na ocasião em que desfilava o cortejo, à frente do qual iam os deputados.

O povo, vendo os ares provocadores do comandante da guarda, quis obrigá-lo a dar vivas à Constituição. Ele respondeu, porém, levantando vivas à rainha e à Carta. Em seguida, desembainhou a espada e deu com ela em alguns populares que o ameaçavam, do que resultou precipitar-se sobre ele muita gente, que lhe matou o cavalo, e que o mataria também a ele se não lhe acudisse o ajudante Batalha.

Depois deste incidente, espalhou-se que a guarda municipal ia cair sobre o povo.

Os guardas nacionais correram, então, aos quartéis a pegar nas espingardas. Ouviam-se por toda a parte gritos de *Às armas! Viva a Constituição de 1822!* e toques de sinos a rebate, rufos de tambores chamando os guardas nacionais e hinos

revolucionários.

Estava iniciada a Revolução.

Contaremos amanhã o que em seguida se passou, para que o povo português aprenda alguma coisa no exemplo do povo em Lisboa em 10 de Setembro de 1836.

O País, n.º 217, 7 de Junho de 1896

Lições da História

A revolução de 1836 – Passos Manuel – A rainha D. Maria II

Continuamos a fazer a história do glorioso movimento revolucionário de 1836, enquanto a polícia não proibir por completo que *O País*, este jornal odiadíssimo pelo paço, pelo governo e pelo corregedor, se ocupe de quaisquer assuntos históricos.

Às 8 horas da tarde, começaram a reunir-se as guardas nacionais.

Os batalhões n.ºs 15, 16 e 17 reuniram-se nos seus quartéis, e, sendo comandados pelo ex-deputado Francisco Soares Caldeira, dirigiram-se para o Campo de Ourique, a fim de se incorporar ao regimento de infantaria n.º 2, o que se realizou. Marcharam em seguida para o Coleginho, onde se lhes juntaram duas companhias da guarda municipal, uma de infantaria e outra de cavalaria, e dali foram para o Rossio, onde permaneceram toda a noite.

Os batalhões n.ºs 9 e 10 postaram-se no Terreiro do Paço. O governo mandou-os dispersar pelo regimento de cavalaria n.º 4 e uma força de caçadores e artilharia, mas, declarando os chefes dos insurgidos que estavam dispostos a resistir, a tropa de linha retirou-se e eles marcharam sem obstáculo para o Rossio.

O batalhão n.º 19 correu a reunir-se na mesma praça, onde não cessaram os vivas à Constituição de 1822.

Pouco depois, chegou ali o batalhão de caçadores n.º 5, com ordem de fazer evacuar aquele local. Porém, o comandante das forças insurreccionadas declarou ao major de caçadores n.º 5 que os cidadãos ali reunidos estavam dispostos a fazer todos os sacrifícios para restaurar a Constituição de 1822, e, como os soldados que o governo julgava fiéis fraternizassem com o povo, teve o referido major de abandonar o Rossio sem que nenhum soldado o seguisse. Assumiu o comando do batalhão o tenente do mesmo, Miguel de Sousa Guedes.

Foi, em seguida, nomeada uma comissão composta de um oficial de cada corpo para levar à rainha uma mensagem, na qual se lê o seguinte:

“*Senhora*. A leal guarda nacional e a leal guarnição de Lisboa dirigem-se a vossa majestade pedindo-lhe que haja de anuir aos seus votos e em geral aos da nação portuguesa, provendo de remédio os males que desgraçadamente têm levado esta magnânima nação à proximidade do mais horroroso abismo, do qual só poderá ser salva pela imediata proclamação da Constituição de 1822, com as modificações que as cortes constituintes julgarem por bem fazer-lhe.”

A rainha recebeu esta comissão às 4 horas da manhã e pediu-lhe que regressasse aos seus corpos, onde enviaria rápida resposta.

Às 6 horas, apareceu Tomás de Mello Breyner no Rossio com a resposta da

rainha, que declarava ter demitido o governo e incumbido o visconde de Sá e o conde de Lumiares de organizarem gabinete.

Comunicava mais que tinha nomeado comandante das forças revoltosas Luís de Moura Furtado, que ao mesmo tempo se apresentava para assumir o comando, como assumiu, não sem descontentamento, e ficando a seu lado Soares Caldeira.

Às 7 horas, marcharam os corpos reunidos para o palácio das Necessidades, onde se fez a solene proclamação da Constituição de 1822.

Os acontecimentos do dia 9 foram coroados de êxito superior a toda a previsão. No dia 10, lia-se no alto da primeira coluna do *Diário do Governo*:

“O voto de toda a nação portuguesa já era conhecido, mas ontem, por ocasião da chegada dos deputados pela província do Douro a esta cidade, manifestou-se mais abertamente o desejo nacional. A grande maioria de cidadãos, todos os corpos nacionais e de linha deram as mãos para patentearem como homens dum povo livre a sua vontade.

A rainha, conhecendo enfim qual era a verdadeira expressão nacional, aceitou como lei fundamental do Estado a Constituição política da monarquia portuguesa decretada pelas Cortes Gerais e constituintes aos 23 de Setembro de 1822, com aquelas modificações que a assembleia nacional, a cuja convocação vai imediatamente proceder-se, achar justo e conveniente que se façam.

Sua majestade irá hoje, pelas 5 horas da tarde, à câmara municipal prestar juramento à Constituição política da monarquia.”

Em seguida, encontravam-se na mesma fo-[lha] as demissões dos ministros que até ao dia 9 ocuparam o poder, a nomeação do novo governo e o seguinte decreto:

“Tendo eu concordado com as representações que acabam de me ser feitas por grande número de cidadãos e atendendo a outras claras demonstrações da opinião nacional a favor do restabelecimento da Constituição política da Monarquia, de 23 de Setembro de 1822, com as modificações que as circunstâncias fizerem necessárias, sou servida declarar em vigor a dita Constituição e mandar que imediatamente se proceda na forma dela à reunião das Cortes Gerais da nação portuguesa, a cujos deputados, além das faculdades ordinárias, se outorguem os poderes precisos para fazerem na mesma Constituição as modificações que as mencionadas cortes entenderem convenientes.

O ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino assim o tenha entendido e faça executar, propondo-me logo as providências necessárias para o pronto juramento da Constituição e reunião das Cortes. – Palácio das Necessidades, 10 de Setembro de 1836 – Rainha – Manuel da Silva Passos.”

O governo demitido era formado pelo duque da Terceira, Agostinho José Freire, Joaquim António de Aguiar, José da Silva Carvalho, Manuel Gonçalves de Miranda e conde de Vila Real.

O novo ministério ficou constituído pelos srs. conde de Lumiares, Manuel da Silva Passos, António Manuel Lopes Vieira de Castro, visconde de Sá da Bandeira e António César de Vasconcelos.

No gabinete demissionário, estavam dois homens que tinham bem merecido do partido liberal pelos seus assinalados serviços. Eram eles os srs. Joaquim António

de Aguiar e José da Silva Carvalho. Porém, o seu liberalismo era impotente para se sobrepor aos sentimentos reaccionários da rainha e dos seus colegas.

Veremos amanhã como a rainha faltou aos seus compromissos.

O País, n.º 218, 8 de Junho de 1896

Lições da História

A revolução de 1836 – Passos Manuel – A rainha D. Maria II

Continuamos a narração dos factos que se deram por ocasião da patriótica revolução de 1836.

Antes de dar a demissão, o governo presidido pelo duque da Terceira reuniu no paço, sob a presidência da rainha, com os membros do Conselho de Estado, os representantes de duas nações europeias e D. Fernando (marido de D. Maria II).

Foi deliberado nessa reunião que se resistisse ao movimento popular. A rainha exigia prontas medidas de repressão, actos de força que esmagassem os revoltosos.

Mas o governo hesitava. Via que lhe fugia o terreno debaixo dos pés e nessas hesitações estava quando ao paço chegou a notícia de que a tropa de linha aderira à Revolução.

Então a rainha, sentindo-se perdida, chamou a toda a pressa o honrado Sá da Bandeira e pediu-lhe que organizasse um governo que pudesse conter a revolta.

O bravo militar recusou, mas ao fim de muitas instâncias aceitou e saiu para organizar o gabinete, que daí a horas tomava conta do poder.

Mas na ausência do visconde de Sá da Bandeira deu-se um facto importante dentro do palácio das Necessidades, o qual fez mudar de opinião à rainha, ao esposo e à camarilha, até aí amedrontados. Lord Howard de Walden ficou encolerizado com o ver que a Coroa se humilhava, transigindo com a Revolução, e com o ver no poder os patriotas e *vintistas*.

Saiu precipitadamente do palácio real e foi combinar com o almirante da esquadra da sua nação um desembarque de forças. Voltou às Necessidades e ofereceu à rainha o concurso da esquadra, para, aproveitando-se do sossego momentâneo da cidade, refugiar-se nela e de lá protestar, em nome da Carta, contra todo e qualquer atentado à sua pessoa e poder.

Quando os novos ministros entraram no palácio, a rainha já tinha assinado um protesto contra o compromisso que eles lhe tinham arrancado ante a multidão; mas eles replicaram-lhe que era esse o único meio de salvar o trono. A rainha D. Maria II respondeu que iria no dia seguinte protestar à face das cortes estrangeiras contra a *supercherie* de que tinha sido vítima.

– Pois bem, replicaram-lhe os ministros, somos obrigados a declarar a Vossa Majestade que não tem um soldado só, para a defender e proteger.

Foi exactamente nessa ocasião que retrocederam para as Necessidades as tropas sublevadas e o povo que as acompanhava, ao terem conhecimento do movimento da esquadra inglesa.

Ouvia-se fora um tumulto enorme, grande sussurro e milhares de vozes – *Viva*

a constituição de 20! Viva a constituição de 20! –, as quais ecoaram dentro do palácio, lançando novamente nele o terror e o desânimo.

A rainha passou da exaltação para o furor e do furor para o desespero, ao ver-se ainda mais uma vez na impossibilidade de resistir e ao perder a esperança do auxílio da esquadra.

Tornou-se-lhe impossível sair do palácio no meio da população sublevada, e que ora se desfazia diante dele em ruidosas manifestações a favor do movimento revolucionário.

A atitude do povo deitou por terra os planos de Lord Howard, e salvou a rainha.

Os gritos, as vozes, as aclamações e os vivas continuavam fora com mais veemência, e indicando que o desespero e a ira popular iam numa onda sempre crescente.

Perderam-se todos os recursos de vencer a revolução triunfante. – É necessário ceder – disseram todos os que cercavam a rainha.

Os ministros e os próprios chefes da camarilha expuseram o perigo de se prolongar por mais tempo uma resistência, tão inútil quão arriscada.

O tumulto crescia e o povo mostrava-se fora terrível e ameaçador. Era para recear que, enfurecido, invadissem os aposentos reais e aí impusesse à força a sua vontade.

A rainha, ante a atitude dos ministros estrangeiros, hesitava ainda. Nisto, ouvem-se fora novos gritos tumultuosos, e milhares de vivas à Constituição de 20, soltados em altas vozes e com exaltação. Dizem alguns que nessa ocasião Sá da Bandeira dissera à rainha – Assine Vossa Majestade, que não podemos conter aquele povo. A rainha, ao chegarem a seus ouvidos esses gritos e essas vozes terríveis e ameaçadoras, e ao ver o desalento dos seus, foi acometida por um ataque nervoso. Fora de si, na maior excitação e convulsa, pegou subitamente na pena, e com mão trémula, num traço só, assinou o decreto para a promulgação da Constituição de 20, que o visconde de Sá lhe entregara. A voz sumira-se-lhe na garganta, apertada pelos soluços, que ela continha muito a custo e com violência; não pôde proferir uma palavra; mas, depois de ter assinado o maldito decreto, rebentaram-lhe os olhos congestionados lágrimas de raiva e de desespero.

Imediatamente, e como um acto de desforço e de vingança, a rainha entregou ao corpo diplomático o protesto que já tinha sido assinado.

Assim caiu a situação cartista ao apelar, nos seus últimos momentos agonizantes, para o estrangeiro, donde nasceu e com o qual se manteve!

Assim se fez a Revolução, sem haver uma morte, como a de 20; foi, porém, parto difícil e laborioso. Uma tarde, uma noite inteira, e quase um dia depois esteve a população em armas, sem comer nem dormir, para fazer valer a sua vontade e impô-la à Coroa.

E tal foi o epílogo de tantos anos de lutas e conspirações contra a liberdade, da política de 1826 a 1828; da *Belfestada*, da expedição de Saldanha à ilha Terceira; dos conflitos e intrigas da emigração, de regência da Terceira, da ditadura de D. Pedro e dos manejos reaccionários dos primeiros anos do reinado de D. Maria II.

Por um pouco que a rainha esteve para ter a sorte de Carlos X, como lhe

profetizava Passos Manuel.

Ela viu-se na colisão de ou ceder ou tomar o caminho de Cherburgo, segundo a alusão daquele estadista e tribuno. Se o povo lho não vedasse, ela ter-se-ia refugiado a bordo da esquadra estrangeira para protestar, escudada nessa força, e a sua abdicação teria sido inevitável e fatal.

Assim se fez a revolução de 1836.

Cumpre-nos agora recordar os actos praticados pela rainha para destruir a obra dessa revolução, e isso, que é muito interessante, é o que faremos em outro artigo com epígrafe diferente desta secção, se os srs. Hintze e juiz Veiga não proibirem por completo as referências históricas.

O País, n.º 220, 10 de Junho de 1896

Vida podre

Antero de Quental, numa carta que foi publicada em 1890, escrevia sobre a situação do país as palavras seguintes:

«Portugal é um país eunuco, que só vive de uma vida inferior para a vileza dos interesses materiais e para a intriga cobarde, que é o processo desses interesses.»

Certamente, para aqueles a quem as palavras do poeta merecem um piedoso desdém, não parecerá verdadeira a sua afirmação.

A subtileza dos que reconhecem retratada a sua vida naquele período de fogo buscará com artifícios banais explicar, por manifestação doentia, a audácia de tal verdade.

Os que vivem na política do egoísmo, da perfídia e da indignidade – que são os dominadores – hão-de replicar que não é tal assim, procurando em redor homens que oponham com o seu exemplo um desmentido a tal acusação. Mas, por mais que em tal esforço ocupem o seu tempo, hão-de confessar a si próprios que nem mentindo serão capazes de contestar que é na verdade a vileza dos interesses materiais, servida pela intriga cobarde, a vida deste período político do constitucionalismo.

Não há mister grande esforço para adivinhar naqueles que são os depositários do poder e nos que lutam por conquistá-lo não vive uma grande e nobre ideia que arraste um povo, o anime a combater e o disponha para todos os sacrifícios de onde possa resultar uma grande acção de civismo.

No pântano político do constitucionalismo fermenta a cada dia a podridão e, se alguma agitação se percebe, é simplesmente a da lama que mais o enegrece, quando algum homem se afunda.

O cinismo adquiriu foros de arte *des beaux esprits* e quem se atreva a dizer que um ideal generoso pode ainda desentorpecer um povo terá pela frente uma gargalhada soez daqueles que, sob os hábitos de uma civilização convencional, só conseguem que o trabuco do salteador se transforme em gazua de gatuno, mas não evitam que se lhes enxergue a procedência vilã.

Um alarido ensurdecador abafa os gritos de protesto e as mais altivas vozes muitas vezes emudecem, hesitantes, em frente, não da audácia, mas do atrevimento

de uma minoria que domina, que explora a nação, jamais pensando nos destinos de um povo, mas num jogo de interesses, de lucros a realizar, seja como for, seja com quem for.

Não se discute um princípio, nem se pensa no futuro.

Apresenta-se um problema a resolver? O que se pergunta?

Se dá dinheiro.

Afirma-se que a Monarquia procede mal, que compromete a nação, que esmaga as liberdades, que nos ameaça terrivelmente na vida internacional. O que ocorre?

Derrubar a Monarquia? Não: substituir Franco por Luciano, mudar aquele governador civil, nomear este administrador, promover um amanuense.

Um critério estreito afasta da questão principal as atenções, fazendo-as derivar para simples incidentes.

De forma que a revolução, que é um acto, substitui-se nos espíritos pela queda de um ministério, que é uma simples intriga.

Diz-se que o mal está nestes e noutros processos, que derivam de uma causa única. Demonstra-se com factos, prova-se com documentos que o regime dá origem a tudo. É necessário, portanto, seguir direito a um fim.

Mas a coragem cívica desfalece e, havendo o valor pessoal de arrostar com a própria morte, não existe o desprendimento, a energia moral para lutar com o preconceito, com a conveniência, com mil e um pequenos incidentes que são toda a preocupação de espíritos muitas vezes valiosos.

Sobre tudo isto, uma indiferença criminosa de muitos que poderiam impor-se e varrer de uma vez a farrapagem de uma situação que liquida.

Porque não se procede por essa forma?

A afirmação de uma verdade enérgica, ligando fortemente alguns homens decididos a tudo, bastaria para, num momento, desconjuntar todo o maquinismo deste regime condenado.

A Monarquia não tem sectários, tem simplesmente servidores. Não é, pois, um regime sustentado por convicções, mas por folhas de pagamento.

A ideia do direito divino, que fazia dos defensores do trono e do altar combatentes dedicados, inimigos figadais dos que não reconheciam o absolutismo, desapareceu. Ficou uma mentira servindo os interesses de uma dinastia, sem se defender com um princípio, mas jogando simplesmente com interesses.

Não há monárquicos em Portugal, e, se os houver sinceros – poucos –, eles próprios não querem esta Monarquia.

O povo não ajoelha à passagem do seu rei como nos tempos de D. Miguel, com uma ingenuidade bronca, mas sincera. Na alma popular, o poder da realeza, extinto o simbolismo e a lenda, passou a ser coisa tão indiferente como o poder do regedor ou do cabo de polícia. Nesta situação, o regime sustenta-se pelas clientelas e pelos chamados partidos constitucionais, formam em longa cauda à porta do paço, invectivando-se, como uma multidão de famintos à porta de uma padaria, quando o pão se distribui numa cidade cercada.

Depois, nos momentos de paz, quando se dá o caso de *chegar para todos*, logo as dissensões e os crimes desses e doutros são comentados como aventuras galantes

de patifes bem dotados.

Quando se agrirem, não poupando o trono – que os dentes dos mais fiéis dos cães não reconhecem o dono quando a fome aperta –, conseguem iludir a ingenuidade incorrigível de muita gente, mas são mais os momentos em que de braço dado riem das próprias fúrias do que aqueles em que, combinados como num exército, se combatem.

Lá está o dono para os chamar à ordem e lá está ele que lhes dá o pão e lhes pode dar o pau.

Isto é a vida do regime monárquico em Portugal. Cinismo que não se remedeia já. Eles bem o sabem. Eles bem compreendem que para procederem bem teriam de eliminar a causa. Como hão-de fazê-lo? Seria o mesmo dizer-lhes que atirassem fora o preço por que se vendem, o preço por que se alugam, o preço por que se servem.

É necessária uma força estranha à que os sustenta para os aniquilar.

Porque não a mover, se é tão fácil deitar abaixo uma árvore podre?

Não é preciso um machado. Basta prender-lhe uma corda e puxá-la com algum cuidado.

O País, n.º 248, 8 de Julho de 1896

O estrangeiro e os traficantes nacionais

Diante da ladroeira arvorada em sistema de administração corrente em Portugal, tanto nas secretarias do Estado como nas grandes companhias – com o que têm enriquecido muitos políticos graúdos da escola Lopo Vaz –, o estrangeiro, que nos emprestou os seus capitais, julgou-se com direito a intervir na administração portuguesa, para salvar o seu dinheiro da rapinagem que aqui triunfa imprudentemente, sem que a justiça se importe com isso.

E, é preciso confessar esta dura verdade, a Monarquia portuguesa deu razão ao estrangeiro, mormente desde que os revoltantes escândalos da Companhia Real, apurados por uma comissão da sindicância nomeada pelo actual ministro do Reino, serviram apenas para demonstrar que os tribunais portugueses não foram instituídos para punir os grandes bandidos políticos que desonram este país, e desde que se verificou que a última bancarrota não serviu, ao menos, para se corrigirem os abusos da nossa administração pública.

Não temos, por enquanto, em Portugal uma comissão internacional análoga à que no Egipto fiscaliza as receitas e as despesas e administra a caixa da dívida egípcia, mas, graças ao descrédito em que a depravação monárquica fez cair a nação portuguesa, estamos a ser constantemente invadidos pelo estrangeiro, que, para defender os seus capitais ameaçados pela ambição insaciável dos mais dedicados servidores do trono, trata de se apoderar da administração das empresas onde há capitais seus, tornando-se, deste modo, senhor deste país e criando para o povo português uma situação aviltante.

É o estrangeiro que manda hoje na Companhia Real. Estão nas mãos de estrangeiros todas as nossas companhias coloniais. Está um estrangeiro senhor

do porto de Lisboa. Temos o estrangeiro na companhia do gás. É estrangeira a companhia que explora o nefasto monopólio dos tabacos. Enfim, cada vez mais se desnacionaliza a administração das nossas grandes companhias, passando para as mãos de franceses, alemães e belgas a direcção do trabalho nacional!

Ora, isto é deveras grave.

Mas porque é que este facto se produz?

Para se tratar de um mal é sempre útil conhecer as suas causas, que, neste caso, estão patentes à vista de todos quantos conhecem a história da nossa administração pública e os incidentes vergonhosos e criminosos que se têm dado na administração das grandes companhias.

A verdade incontestável, absolutamente incontestável, é que, antes de nos voltarmos contra os estrangeiros ávidos que se estão apoderando dos nossos instrumentos de trabalho, devemos insurgir-nos contra essa infecta quadrilha de salteadores monárquicos que com os seus abusos, com os seus crimes, com as suas infâmias, dão motivos aos estrangeiros interessados nas empresas portuguesas para apregoarem o nosso descrédito, para apontarem este país como uma Calábria, onde os homens mais importantes vivem do saque dos cofres públicos e do assalto às caixas fortes das companhias poderosas e à algibeira do paciente contribuinte, que de sol a sol passa curvado sobre a terra, trabalhando sem descanso para alimentar os parasitas que corroem o organismo nacional.

É principalmente contra essa cáfila, que tem arruinado o Tesouro público, as companhias e os contribuintes, que se devem revoltar todos os portugueses que sinceramente desejam para a sua pátria melhores dias que os de agora, pois que é sobre essa gente sem pudor, sobre esses vis traficantes da Monarquia, que passam as responsabilidades do que está acontecendo.

Se a nossa administração pública fosse honesta; se as grandes companhias não tivessem caído nas mãos de políticos corruptos e desacreditados que não têm cinco réis comprometidos nas empresas de cuja administração se apoderaram por habilidosos processos; se não fosse hoje corrente no estrangeiro que em Portugal têm força de lei os caprichos da quadrilha política que nos explora a todos; e se não se soubesse lá fora que aqui ninguém pode confiar nos tribunais portugueses quando estão em jogo os interesses de qualquer influente político, decerto não aconteceria nada disto.

Se não estivéssemos à mercê de uma quadrilha que só procura enriquecer, o estrangeiro havia de nos respeitar e decerto que não desnacionalizariam as nossas administrações, como era necessário que não se desnacionalisassem, para estar assegurada a defesa dos mais altos interesses portugueses.

Mas, vendo as grandes companhias nas mãos de tratantes, reconhecidos como tais, que defraudaram os cofres públicos, que enriqueceram por milagre quando entraram para certas administrações, ou que têm o nome nos grandes syndicateiros portugueses – que andam fora das prisões, porque nesta terra existe um regime que vive da sua complacência com esses miseráveis –, os estrangeiros têm razão para fazerem de Portugal o péssimo conceito que presentemente fazem e que, estamos seguros disso, há-de mudar no dia em que o povo português varrer todo esse

pestilento lixo que para aí está a envenenar a atmosfera com o seu apodrecimento.

Dói-nos ver nas mãos do estrangeiro os nossos principais caminhos-de-ferro e o porto de Lisboa; irrita-nos ver os estrangeiros cada vez mais seguramente senhores da administração de várias empresas; assusta-nos mesmo esta invasão, que é meio caminho andado para se chegar à tutela ignominiosa de uma comissão internacional, pelo que respeita à nossa administração financeira.

Mas é forçoso confessar que as causas deste mal-estar estão no triunfo impudentíssimo dos quadrilheiros políticos, que em Portugal vivem da exploração gananciosa do Tesouro e das companhias que os têm como administradores, para se imporem aos governos sempre que isso lhes convier.

Basta lançar um golpe de vista sobre a lista dos corpos gerentes de algumas dessas grandes empresas, para se reconhecer que os estrangeiros não podem deixar de nutrir receio pelo destino dos seus capitais, vendo-os confiados a homens absolutamente desacreditados.

E não é preciso reflectir muito tempo sobre tudo isto, para se reconhecer também que a responsabilidade desta afirmação deprimente cabe inteira ao regime que vive do apoio de personagens cheios de crimes, que exploram a mesma indústria que fez enriquecer milagrosamente Lopo Vaz, e aos quais esse regime, a Monarquia, tem por interesse próprio de garantir a mais escandalosa impunidade.

Se em Portugal existissem juizes capazes de meterem na penitenciária os Baihauts que têm passado pela direcção das secretarias de Estado, decerto o estrangeiro não nos invadiria e nos respeitaria.

O mal está, pois, nos quadrilheiros políticos que exploram o Tesouro e as grandes companhias, e a responsabilidade desta situação pertence à Monarquia, que não mete essa gente na penitenciária e que antes lhes abre as portas do paço nos dias de festa.

O País, n.º 282, 11 de Agosto de 1896

A independência nacional

Passa hoje o aniversário da independência de Portugal e, por isso que esta independência corre no momento presente graves riscos, devido à administração monárquica que este país tem sofrido, é oportuno reflectir um pouco sobre o que cumpre fazer para se evitar a queda da nossa nacionalidade

É demasiado sombria a situação em que nos encontramos, para que o sentimento nacional possa tranquilizar-se simplesmente com a iluminação do monumento da Avenida e do palácio dos condes de Almada, ou com o hino da Restauração soprado com maior ou menor entusiasmo pelas filarmónicas populares.

O inimigo não é hoje a Espanha, a Espanha abatida e humilhada em Cuba, onde um povo, que tem direito a ser independente, se bate com heroísmo para alcançar a sua emancipação, conquistando as simpatias de todos quantos prezam a justiça.

A nação vizinha sabe que o povo português deseja a sua amizade, mas que quer, sobretudo, manter a sua integridade e que, quaisquer que sejam as instituições

políticas da Espanha, o povo português faria sempre todos os sacrifícios para conservar a sua absoluta autonomia.

A Espanha sabe que o nosso país aspira a constituir uma República nacional que levante no conceito do mundo o prestígio da pátria portuguesa; que não consinta na mutilação do seu território, que a Monarquia tem retalhado para conquistar auxílio do estrangeiro. Sabe que em Portugal se combate para a implantação de instituições que assegurem o respeito de todos os países por esta nacionalidade, que vive há sete séculos e que há-de continuar a viver amiga da Espanha, mas independente, livre, autónoma, senhora dos seus actos e da sua vontade, que terá de ser pautada apenas pelas regras do direito internacional.

O povo espanhol não tem nem pode hoje ter ilusões a tal respeito. Portugal caminha para uma república cuja missão consistirá, principalmente, em garantir a integridade da pátria e em honrar todos os compromissos a que o povo português está moralmente obrigado.

O perigo não está, pois, na Espanha.

Todavia, existe um perigo que ameaça muito seriamente a nacionalidade portuguesa: é a nossa administração monárquica.

O que é urgente neste crítico instante não é, pois, iluminar o monumento da Avenida ou tocar o hino da Restauração.

O que é indispensável é tocar a rebate contra os traidores que estão conspirando para perder a nação portuguesa. O que é urgentíssimo é chamar as multidões ao combate contra os inimigos de casa, que estão preparando para Portugal a ignomínia da administração estrangeira. O que se impõe como necessidade inadiável é reorganizar a sociedade portuguesa com instituições novas com homens novos.

Só assim poderemos assegurar a independência nacional; só deste modo poderemos defender-nos do estrangeiro, que nos rouba as colónias, que nos invade por todos os lados, explorando a inépcia e as dificuldades em que os governantes se encontram para arranjam dinheiro.

A solução para os nossos males está, pois, na organização de uma república nacional que se levante apoiada pela opinião pública e que, forte com este apoio, pratique actos de justiça inflexível e de moralidade indiscutível.

Todos os que querem que Portugal seja uma nação independente e respeitada devem lutar por esta solução, que é a única eficaz.

É bom recordar o aniversário da Restauração da nacionalidade portuguesa.

É, todavia, muito melhor trabalhar com energia para assegurar a independência de Portugal. Os governantes estão comprometendo de um modo cada vez mais grave esta nacionalidade, que tem grandes e gloriosas tradições, e que pode viver honradamente, desde que a sua administração seja patriótica e honesta.

Urge, portanto, que se façam esforços sérios para salvar Portugal.

Passou a época das manifestações festivas em favor da independência.

Chegou a hora em que é preciso pelejar a valer para salvar este país da tutela estrangeira.

O País, n.º 394, 1 de Dezembro de 1896

Mais um ano perdido

É o que vimos dizendo constantemente, e, cada vez, por nosso mal, com mais razão, há muito tempo.

Um ano perdido para a nacionalidade portuguesa, irremediavelmente condenada a morrer, se o regime monárquico permanecer na posse dos nossos destinos.

Será preciso, para tal demonstrarmos, referir quanto se tem passado? Não o é, infelizmente. Por demais a nação conhece a miséria em que vive, a desonra que sobre ela pesa, o futuro terrível que a espera.

Não faremos, pois, à guisa de cronistas, uma larga exposição de quanto se tem passado. Seria reproduzir o que temos dito todos os dias. Contudo, há, para classificar o ano que finda, um caso curioso, embora não seja novo, sob a Monarquia, e, principalmente, sob a gerência do Partido Progressista. Convém acentuar o caso. Este ano que findou bem pode denominar-se o ano da apostasia. Na verdade, será difícil, em qualquer país, encontrar um facto semelhante ao da defecção progressista. Quem leu os jornais do Partido Progressista durante a oposição, quem ouviu os discursos inflamados, revolucionários, dos seus homens políticos, não podia supor, apesar de tudo, que um partido, em massa, renegasse tão formal e cinicamente as suas afirmações, os seus compromissos de honra

Atacando o rei, acusando-o de exercer o governo pessoal, comentando quase insultuosamente os seus actos políticos, discutindo com irreverência mais do que jacobina, os episódios dados durante a sua viagem ao estrangeiro, desacreditando o regime e apelando mesmo para as ameaças da revolução, o Partido Progressista, subitamente, sem que o chefe do Estado alterasse, por um momento, o seu modo de proceder, caiu-lhe aos pés, rojando-se humildemente, apostando, com a mais degradante submissão, das suas palavras, do seu programa, proclamado e jurado à face do povo em assembleias de milhares de cidadãos.

Havendo, com justiça, com provas indiscutíveis, acusado de traído à pátria o embaixador em Londres, mal chegados ao poder, os progressistas, a uma simples indicação do rei, esse governo de apóstatas, contrito e arrependido, foi solicitar àquele que acusava que lhe desse a honra de aceitar o lugar de embaixador junto da corte inglesa.

Tendo insultado, com as mais degradantes ofensas, o célebre juiz de instrução criminal, proclamando-o merecedor de escarros e chicotadas, o governo, em vez de o expulsar da corregedoria, mantém-no, solicita os seus serviços, aceita a sua colaboração numa reforma policial!

Mas isto não é tudo!

O partido que invocava a doutrina constitucional para protestar contra a censura prévia manda exercer essa censura. O governo que recordava a memória dos grandes ditadores liberais para acusar, como um atentado indigno, a apreensão das folhas periódicas, manda apreender os jurados, *quando eles transcrevem as palavras da imprensa progressista na oposição!*

Esse governo faz mais: põe em estado de sítio as redacções das folhas republicanas, manda prender, para os revistar, como se fossem gatunos, os jornalistas

democratas, e aplica a lei de imprensa do famigerado Lopo, lei que havia declarado infame, indigna de ser reconhecida por homens de bem num país livre.

Este governo, descendo à vilania dos seus antecessores, reconheceu os seus decretos ilegais, aceitou a sua obra infamíssima.

Por um decreto inconstitucional do célebre João Franco, fez as eleições dos seus deputados. Aceitou uma organização eleitoral que, bem claramente, havia declarado que não podia ser aceite por quem possuísse uns restos de dignidade.

Isto é um ligeiro resumo da obra da apostasia progressista durante o ano de 1897.

O País, n.º 786, 1 de Janeiro de 1898

<http://gremio.cm-vilareal.pt>

ISBN: 978-972-9462-96-2

00 09 2012